

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

CAROLINE WYNNEK

**AS REDES NO MEIO RURAL E A REALIDADE DOS ACAMPAMENTOS E
ASSENTAMENTOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM
TERRA (MST) DE PONTA GROSSA-PR E REGIÃO**

**PONTA GROSSA
2024**

CAROLINE WYNNEK

**AS REDES NO MEIO RURAL E A REALIDADE DOS ACAMPAMENTOS E
ASSENTAMENTOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM
TERRA (MST) DE PONTA GROSSA-PR E REGIÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Área de concentração: Cidadania e Política Públicas. Linha de Pesquisa: História, Cultura e Cidadania.

Orientadora: Prof. Dr. Reidy Rolim de Moura.

PONTA GROSSA

2024

W989 Wynnek, Caroline

As redes no meio rural e a realidade dos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) de Ponta Grossa-PR e região / Caroline Wynnek. Ponta Grossa, 2024.

180 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Reidy Rolim de Moura.

1. Redes. 2. Movimentos sociais. 3. Meio Rural. 4. Reforma agrária. I. Moura, Reidy Rolim de. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. III.T.

CDD: 361.1

TERMO DE APROVAÇÃO

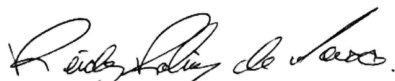
CAROLINE WYNNEK

"As redes no meio rural e na realidade dos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Ponta Grossa-PR e região".

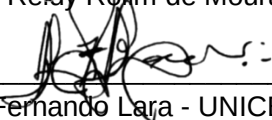
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 27 de maio de 2024.

Assinatura pelos membros da Banca



Profa. Dra. Reidy Rolim de Moura - UEPG-PR - Presidente



Prof. Luiz Fernando Lara - UNICE



Documento assinado digitalmente

LUIZ ALEXANDRE GONCALVES CUNHA

Data: 03/06/2024 19:24:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha – UEPG-PR – Membro Interno

Prof. Dr. Fabio Lanza - UEL-PR – Suplente Externo

Prof. Dr. Igor Sporch da Costa – UEPG-PR – Suplente Interno

“Então as relações com as redes de apoio, com as redes que se desdobram no comércio com o pequeno produtor, em políticas públicas para as famílias do campo, que estão passando por necessidades, para nós elas são uma troca de aprendizado. Como construir uma sociedade com as peças que ela precisa com as normas que ela precisa, mas discutidas por nós, povo brasileiro? Direitos para todos e deveres para todos, iguais, tanto no direito quanto nos deveres. Nós não podemos aceitar essa diferença nos deveres, porque essa diferença nos machuca, a diferença não tá nos direitos, a diferença está nos deveres porque parece que nós que somos pobres devemos mais, para obter os mesmos direitos, a gente tem que sofrer mais, tem que gritar mais, tem que se revoltar, tem que fazer loucura pra chamar atenção, enquanto o direito tá lá, é de todos. Mas esses deveres nos consomem e nós esquecemos até dos nossos direitos.”

(Trecho da Entrevista com a liderança
do Assentamento Emiliano Zapata).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, à minha mãe Vera, por ter sido a principal apoiadora do meu ingresso no mestrado, sempre acreditando na educação como ferramenta de mudança social. Nada disso seria possível sem ela.

Ao meu pai Sergio, meu irmão Sérgio e à minha sobrinha Alice, por serem a base de construção desse sonho.

A minha orientadora, Dr. Reidy Rolim de Moura, minha eterna gratidão, por ter acreditado em mim desde o segundo ano da graduação, ainda na iniciação científica, que além de me apoiar e orientar sempre me deu liberdade, isso com certeza tornou tudo rico e mais leve.

Agradeço aos meus amigos da vida, Camila Guimarães, Leonardo Lautert e Renata Melissa Gessi por sempre estarem ao meu lado, independente de tudo. E aos amigos da graduação em Serviço Social, Alisson Palamar, Audrey Bankes, Giovanna Krubniki e Tatiany Hilgenberg, que me acompanharam e me deram forças durante todo esse processo.

Por fim, agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), principalmente ao Assentamento Maria Rosa do Contestado, ao Assentamento Emiliano Zapata e ao Acampamento Padre Roque Zimmermann por terem acreditado no meu trabalho e dado abertura para eu me aproximar de seu território, de suas lutas e de suas identidades. Tudo isso me marcou profundamente e terá um significado enorme em minha vida, como mulher, pesquisadora e assistente social.

RESUMO

O meio rural brasileiro é um território muitas vezes isolado e longe das redes, programas e serviços que interligam os centros urbanos. Os problemas gerados com esse isolamento territorial se expressam em péssimos índices de insegurança alimentar, mortalidade infantil, incidências de endemias, insalubridade, analfabetismo, além da dificuldade da própria permanência no campo. Todas essas carências colocam os camponeses e pequenos agricultores em condição de subalternidade, precisando lutar e criar estratégias para reivindicar seus direitos, em uma disputa de hegemonia com os grandes latifundiários. Nesse sentido, uma das práticas que vem se destacando, quando se acompanha os acampamentos e assentamentos rurais nos últimos anos, têm sido as organizações em redes, sejam elas de várias especificações: comercialização, luta coletiva por alguma pauta, entre outras. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa será analisar quais os impactos das redes no meio rural e na realidade dos assentamentos e acampamentos do MST de Ponta Grossa e região, que atuam diretamente com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A pesquisa conta com uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória-descritiva, com pesquisa bibliográfica, documental e de campo, através de entrevistas semiestruturadas com foco nas lideranças dos acampamentos/assentamentos universo da pesquisa, e questionários com foco nas famílias desses acampamentos/assentamentos, com a finalidade de se tomar conhecimento de suas experiências em rede de forma mais específica. Para a análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin (1977) como metodologia. Os principais resultados obtidos foram: o conhecimento sobre quais redes os acampamentos/assentamentos de Ponta Grossa e região participam; a importância das redes de comercialização e de geração de renda para a permanência dos camponeses no meio rural; a potencialidade das redes políticas, culturais e educacionais na luta pela reforma agrária e pela disputa de hegemonia; as redes de solidariedade que ganharam força e visibilidade no período da pandemia e que marcaram sentimentalmente na vida acampados/assentados, entre outros, expressados com profundidade no capítulo três. Os resultados obtidos sobre como as redes se expressam no meio rural e na realidade dos acampados/assentados, poderão dar luz às necessidades e carências que esses indivíduos enfrentam, e às estratégias que precisam criar para lutar por seus direitos.

Palavras chave: Redes; Movimentos Sociais; Meio Rural; Reforma Agrária.

ABSTRACT

The Brazilian rural environment is a territory that is often isolated and far from the networks, programs and services that connect urban centers. The problems generated by this territorial isolation are expressed in terrible rates of food insecurity, infant mortality, incidences of endemic diseases, unhealthy conditions, illiteracy, in addition to the difficulty of staying in the countryside. All these shortcomings place peasants and small farmers in a subordinate condition, needing to fight and create strategies to claim their rights, in a dispute for hegemony with large landowners. In this sense, one of the practices that has stood out, when monitoring camps and rural settlements in recent years, has been network organizations, whether of various specifications: commercialization, collective struggle for an agenda, among others. Thus, the general objective of the research will be to analyze the impacts of the networks in rural areas and in the reality of the MST settlements and camps in Ponta Grossa and the region, which work directly with the State University of Ponta Grossa (UEPG). The research uses a qualitative approach, of an exploratory-descriptive nature, with bibliographical, documentary and field research, through semi-structured interviews focusing on the leaders of the camps/settlements in the research universe, and questionnaires focusing on the families of these camps/settlements, with the purpose of learning more specifically about their experiences on the network. For data analysis, Bardin's content analysis (1977) was used as a methodology. The main results obtained were: knowledge about which networks the camps/settlements in Ponta Grossa and the region participate in; the importance of marketing and income generation networks for peasants to remain in rural areas; the potential of political, cultural and educational networks in the struggle for agrarian reform and the dispute for hegemony; the solidarity networks that gained strength and visibility during the pandemic period and that had a sentimental impact on the lives of campers/settlers, among others expressed in depth in chapter three. The results obtained on how networks are expressed in rural areas and in the reality of campers/settlers, may shed light on the needs and shortcomings that these individuals face, and the strategies they need to create to fight for their rights.

Keywords: Networks; Social Movements; Countryside; Land Reform.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeiro Congresso Nacional do MST em Curitiba	70
Figura 2 - Segundo Congresso Nacional do MST em Brasília	73
Figura 3 - Terceiro Congresso Nacional do MST em Brasília	74
Figura 4 - Quarto Congresso Nacional do MST em Brasília	76
Figura 5 - Quinto Congresso Nacional do MST em Brasília	77
Figura 6 - Sexto Congresso Nacional do MST em Brasília	78
Figura 7 - Ocupações de terra no Brasil entre 1988 a 2004	83
Figura 8 - Atual composição das unidades de produção do Assentamento Emiliano Zapata	101
Figura 9 - Flyer de divulgação da festa da conquista do Assentamento Emiliano Zapata	103
Figura 10 - Mapa da área do Assentamento Maria Rosa do Contestado.....	108
Figura 11 - Flyer de divulgação da festa da conquista do Assentamento Maria Rosa do Contestado	109
Figura 12 - Fluxograma das relações em torno da Rede de Comercialização Maria Rosa do Contestado	125
Figura 13 - Capa do Documentário “Resistência em Movimento” do Assentamento Emiliano Zapata	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos constitutivos do Movimento Social	52
Quadro 2 - Fases de um Movimento social	53
Quadro 3 - Comparativo entre acampamento e assentamento	72
Quadro 4 - 1996/1999 – Brasil - Número de ocupações e número de famílias – participação do MST	75
Quadro 5 - Número de ocupações e de famílias no Paraná de 2005 a 2019	84
Quadro 6 - Número de assentamentos e de famílias no Paraná de 2005 a 2019	85
Quadro 7 - Número de ocupações e número de ocupações realizadas pelo MST no Paraná, no período de 2005 a 2016	86
Quadro 8 - Setores e frentes de organização do MST	88
Quadro 9 - Instrumentos de atuação do MST	90
Quadro 10 - Bandeiras de luta do MST	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Os tipos de redes que as famílias do MST de Ponta Grossa e Região participam	114
Gráfico 2 - A importância das redes de Ponta Grossa e região para os acampamentos/assentamentos do MST	136
Gráfico 3 - A importância econômica das redes para as famílias dos acampamentos/assentamentos de Ponta Grossa e região	137
Gráfico 4 - A importância social das redes para as famílias dos acampamentos/assentamentos de Ponta Grossa e região	138
Gráfico 5 - A importância política das redes para as famílias dos acampamentos/assentamentos de Ponta Grossa e região	139
Gráfico 6 - A importância das redes na luta pela reforma agrária.....	140
Gráfico 7 - A importância do MST de Ponta Grossa e região para as redes	141
Gráfico 8 - A importância econômica das redes no enfrentamento da pandemia	144
Gráfico 9 - A importância social das redes no enfrentamento da pandemia	145
Gráfico 10 - A importância política das redes no enfrentamento da pandemia	146
Gráfico 11 - O fortalecimento e criação de novas redes durante a pandemia	147

LISTA DE SIGLAS

AGU - Advocacia Geral da União

ANL - Aliança Nacional Libertadora

ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATERRA - Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária

CAD/PRO - Cadastro de Produtor Rural

CCA - Circuito Curto Agroalimentar

CEBs - Comunidades Eclesiais Base

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPERAS - Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia Solidária

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CTP - Centro de Treinamento para Pecuaristas

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DPU - Defensoria Pública da União no Paraná

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAB - Força Aérea Brasileira

IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná

IAT - Instituto Água e Terra do Paraná

IESOL - Incubadora de Empreendimentos Solidários

IFPR - Instituto Federal do Paraná

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LAMA - Laboratório de Mecanização Agrícola

MASTEL - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral

MASTEN - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MASTES - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná

MASTRECO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro Oeste

MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MPL - Movimento Passe Livre

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

ONG - Organização Não Governamental

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCI - Partido Comunista Italiano

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRA - Plano Nacional da Reforma Agrária

PSI - Partido Socialista Italiano

PT - Partido dos Trabalhadores

RCVD - Rede de Combate à Violência Doméstica

SOS - Serviço de Obras Sociais

SUS - Sistema Único de Saúde

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

TLC - Termo de Consentimento Livre

UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFPR - Universidade Federal do Paraná

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - TUDO COMEÇA NA DIVISÃO DE CLASSES: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E REFLEXÕES.....	22
1.1 O ESTADO MODERNO.....	23
1.2 A CRÍTICA AO JUSNATURALISMO MODERNO.....	30
1.3 A SOCIEDADE CIVIL E AS CLASSES SUBALTERNAS PARA GRAMSCI.....	40
CAPÍTULO 2 - A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA (MST) EM REDES.....	49
2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES: ASPECTOS CONCEITUAIS.....	50
2.2 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E O NASCIMENTO DO MOVIMENTO SOCIAL RURAL MST.....	60
2.3 A LUTA PELA TERRA NO PARANÁ E A ATUAÇÃO DO MST NO ESTADO.....	81
2.4 A PARTICIPAÇÃO DO MST EM REDES.....	87
CAPÍTULO 3 - AS REDES NO MEIO RURAL E NA REALIDADE DOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS DE PONTA GROSSA E REGIÃO.....	98
3.1 O MST EM PONTA GROSSA E REGIÃO.....	99
3.1.1 O Assentamento Emiliano Zapata.....	99
3.1.2 O Assentamento Maria Rosa do Contestado.....	104
3.1.3 O Acampamento Padre Roque Zimmermann.....	110
3.2 A PARTICIPAÇÃO DO MST EM REDES EM PONTA GROSSA E REGIÃO.....	112
3.2.1 Os Tipos de Redes que os Acampamentos/Assentamentos do MST de Ponta Grossa e Região Fazem Parte.....	113
3.2.2 Os Impactos das Redes nos Acampamentos e Assentamentos do MST de Ponta Grossa e Região.....	123
3.2.3 A Importância das Redes para os Acampamentos/Assentamentos de Ponta Grossa e Região.....	136
3.2.4 A Chegada da Pandemia de Covid-19 para os Acampamentos e Assentamentos do MST de Ponta Grossa e Região e os Impactos das Redes Neste Cenário.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	156
ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADO COM AS LIDERANÇAS..	166
ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS DO QUESTIONÁRIO COM MORADORES.....	168
ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	170
ANEXO D - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE (TLC's) ASSINADOS.....	177

INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro carrega lutas que vêm desde o período da colonização, marca de uma distribuição desigual de terras e da falta de investimentos e apoio aos que ali vivem. Foram diversos os meios de resistência dos sujeitos do campo, que desde então buscam formas de permanecer no meio rural e permanecer com qualidade de vida.

Por ser um território muitas vezes isolado fica longe das redes, programas e serviços que interligam os centros urbanos. Os problemas gerados com esse isolamento territorial são expressos em péssimos índices de insegurança alimentar, mortalidade infantil, incidências de endemias, insalubridade, analfabetismo e diversos outros.

O meio urbano é um espaço privilegiado em suas funções político-administrativas. Com funções centralizadoras, é depositária do poder público e distribuidora dos serviços públicos e privados, destinados a todos os municípios, rurais e urbanos. Inversamente, no espaço rural do interior da sociedade brasileira, o povoamento é mais rarefeito e disperso em relação ao centro municipal. Existem nele apenas pequenas aglomerações, que não estão inscritas na estrutura político-administrativa do país, nem absorvem os serviços essenciais e muitas das vezes ficam fora das políticas públicas (Wanderley, 2004).

Assim, os movimentos sociais, as redes e as diversas organizações da sociedade civil, se tornam determinantes na realidade de muitos agricultores e camponeses, por criarem espaços de trocas, convivência e assistência nas carências e vulnerabilidades desses indivíduos e dessas comunidades, que muitas vezes se encontram em condições de subalternidade devido ao seu pertencimento ao meio rural.

Este cenário fica ainda mais desafiador, se pensarmos que em 2020 temos na realidade do mundo, uma crise pandêmica em que vai trazer desafios para todos os segmentos da sociedade. Que obrigou a adoção de modelos alternativos para a continuidade das atividades básicas. As instituições de ensino passaram a ofertar o ensino remoto, diversas empresas mudaram sua rotina de produção, em escala e sistematização. E, no campo, os grandes e pequenos produtores também precisaram se adaptar, para manter em atividade a cadeia de suprimentos do país e garantir a

continuidade e manutenção da agricultura (Vieira Filho, 2020). Nesse contexto, a pandemia do coronavírus estabeleceu novas relações no espaço rural, exigindo novos reposicionamentos de vida e economia.

Assim, uma das práticas que vem se destacando, quando se acompanha os acampamentos e assentamentos rurais nos últimos anos, em especial que se fortaleceu durante a pandemia, têm sido as organizações em redes, sejam elas de várias especificações: comercialização, luta coletiva por alguma pauta, entre outras. Dessa forma, questiona-se se atualmente, os movimentos sociais, as organizações e as redes estão tendo impactos na realidade dos movimentos sociais inseridos no meio rural, bem como se a participação ou a organização em rede em suas várias configurações, possibilitam fornecer alternativas, trocas de informações e conhecimentos que fortaleçam o movimento e como tem se vivenciado as redes no mundo rural, com as novas tecnologias e se essas redes se tornaram instrumentos de resistência no período da pandemia.

O papel dos movimentos sociais no meio rural ainda é um tema pouco explorado e analisado, para Gohn (2014) grandes lacunas permanecem na produção acadêmica a respeito dos movimentos sociais, embora elas tenham estado presentes na literatura há algum tempo e alimentado o debate a respeito. E ainda mais distante se encontra o esclarecimento sobre o papel das redes sociais, que para Gohn (2014)

Ela é importante na análise das relações sociais de um dado território ou comunidade de significados porque permite a leitura e a tradução da diversidade sociocultural e política existentes nessas relações. Sem cair em visões totalizadoras da unicidade, ela tem certa permanência e realiza a articulação da multiplicidade do diverso, tanto em períodos de fortes fluxos das demandas como nos de refluxos (Gohn, 2014, p. 34).

Os diversos usos e significados do termo rede, trazem a necessidade da discussão. Em resumo: observa-se que há muitas matrizes teóricas que sustentam a ideia de rede. Na prática, ela caracteriza-se por “articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais. Compreendem vários níveis organizacionais.” (Scherer-Warren, 2009, p. 515). Estes níveis vão dos agrupamentos de base às lutas políticas mais amplas, transnacionais (Gohn, 2014).

Neste cenário dos movimentos sociais e das redes, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), considerado um dos movimentos mais expressivos do Brasil, sua luta se dá por uma reforma agrária justa, igualitária e democrática.

O MST atua e participa diretamente de diversas redes, que estão presentes no cotidiano dos acampados e assentados. Assim, os impactos das redes, na realidade desses sujeitos serão foco de estudo no presente trabalho.

O estudo se faz necessário para que essas iniciativas sejam reconhecidas, e para que possam ser ampliadas e fomentadas, conforme o impacto de cada uma delas, na vida e no cotidiano desses indivíduos. Dessa forma busca-se saber: como as redes estão presentes no meio rural? Quais são elas? Elas têm impactado o cotidiano desses indivíduos? E como elas se apresentaram durante a pandemia?

Partindo da necessidade de se levantar quais são essas redes no meio rural e de compreender o papel delas, o **objetivo geral** da pesquisa será analisar quais os impactos das redes no meio rural e na realidade dos assentamentos e acampamentos do MST de Ponta Grossa e região, que atuam diretamente com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Também se definiu como **objetivos específicos**: Compreender as concepções de Estado moderno e de sociedade civil; Discutir os vários usos e abordagens utilizadas em relação à expressão redes e suas tipologias no universo dos movimentos sociais; Elencar quais os tipos de redes que os assentamentos e acampamentos do MST de Ponta Grossa e região fazem parte; Elucidar qual a importância dessas redes para os acampamentos e assentamentos estudados; Como foi o enfrentamento da pandemia e como as redes se comportaram nesse período.

A presente pesquisa está estruturada em 3 capítulos, o capítulo um traz um debate sobre o Estado Moderno e os críticos ao contratualismo, partindo para as teorias de Gramsci de sociedade civil, hegemonia e classes subalternas, buscando uma compreensão sobre as condições de subalternidades nas quais foram colocadas os camponeses e pequenos agricultores no Brasil.

No capítulo dois, procura-se, primeiramente, discutir o que são os Movimentos Sociais e as Redes. Posteriormente, será exposto a luta pela terra no Brasil e o

contexto de nascimento do MST. Se aproximando do universo da pesquisa é elucidado a luta pela terra no Estado do Paraná e atuação do MST no Estado, bem como sua participação em redes.

O terceiro e último capítulo é a peça essencial deste trabalho, consiste nos dados levantados nas entrevistas e nos questionários respondidos pelos moradores das comunidades do MST de Ponta Grossa e região.

Portanto, considera-se que os resultados da pesquisa que serão expostos neste trabalho poderão contribuir significativamente para a comunidade acadêmica, que terá acesso a uma discussão ampla e aprofundada do tema, visto que os estudos em torno deste tema ainda são incipientes.

Destaca-se também, a importância do trabalho para os camponeses, pequenos agricultores e para os movimentos sociais e organizações da sociedade civil que lutam pela terra, por sua conquista ou pelo direito de nela permanecer.

Procedimentos metodológicos

A metodologia empregada partirá de uma abordagem qualitativa, pelo seu reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes. Na pesquisa qualitativa, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para isso, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno a ser pesquisado (Godoy, 1995).

Assim, a pesquisa será de natureza exploratório-descritiva. “A pesquisa exploratória procura conhecer as características de um fenômeno para procurar explicações das causas e consequências de determinado fenômeno” (Richardson, 1999, p. 281). Para Sampieri *et al.* (1991), “os estudos exploratórios são feitos, normalmente, quando o objetivo da pesquisa é examinar um tema ou problema de

investigação pouco estudado ou que não tenha sido abordado antes” (Sampieri *et al.*, 1991, p. 59).

Já a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 2002).

Para chegar aos objetivos propostos, a pesquisa se deu através da pesquisa bibliográfica, documental e da pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica, tem por finalidade, segundo Pádua (2000, p. 52): “colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa”. Destaca-se que a pesquisa bibliográfica terá como fontes materiais publicados no meio acadêmico, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e periódicos.

Assim, na pesquisa bibliográfica foram abordadas as discussões sobre o estado moderno e os críticos ao jusnaturalismo, através dos autores Montañó e Duriguetto (2014), Costa (2006), Coutinho (2011). Assim como as teorias de sociedade civil, hegemonia e classes subalternas para Gramsci, com a bibliografia do próprio Gramsci e outros autores como Simionatto (2009).

Também foram trazidos os principais autores que discutem temas como movimentos sociais e redes, como Gohn (1997, 2008, 2014), Acioli (2007) e Scherer-Warren (2009, 2013), dentre outros que se fizeram necessários durante a pesquisa.

A pesquisa documental, consiste em pesquisas elaboradas por meio de materiais que não receberam tratamento analítico. Segundo Gil (2002, p. 51), “a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes.”

Desta forma, a pesquisa documental contém elementos que darão embasamentos mais pessoais e próximos sobre a realidade tratada. Para essa pesquisa, os principais documentos utilizados foram os relatórios do Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA) dos anos de 2006 a 2019 e reportagens e notícias sobre o MST, através de seu site oficial (MST, 2023), que atualmente é seu principal meio de divulgação.

Já no que tange a pesquisa de campo, de acordo Gonçalves (2001)

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (Gonçalves (2001, p. 67).

Quanto ao universo da pesquisa: definiu-se os acampamentos e assentamentos do MST, de Ponta Grossa e região, que tem vínculos com as atividades da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), se tornando a UEPG uma rede de sociabilidade para esses indivíduos. Os acampamentos e assentamentos serão: Assentamento Emiliano Zapata de Ponta Grossa, o Assentamento Maria Rosa do Contestado e o Acampamento Padre Roque Zimmermann, ambos localizados em Castro.

A amostra da pesquisa foi definida contendo: 1 liderança e 6 moradores de cada um dos acampamentos/assentamentos, o que somará 3 lideranças e 18 moradores (identificados na pesquisa como *sujeitos*).

A pesquisa de campo contou com entrevistas semiestruturadas e questionários. As entrevistas semiestruturadas foram direcionadas às lideranças dos acampamentos e assentamentos para uma compreensão mais ampla da participação deles em redes.

A entrevista semiestruturada segundo Manzini (2004)

[...] possui um roteiro de perguntas básicas previamente estabelecidas e que fariam referência aos interesses da pesquisa. Ela difere da estruturada pela sua flexibilidade quanto às atitudes e compreensão do pesquisador, podendo ou não alterar as perguntas no decorrer das respostas dadas (Manzini, 204, p. 21).

Assim, na realização desta entrevista, há a presença de um roteiro envolvendo questões principais como meio de se organizar e atingir os objetivos propostos, mas considera que questões momentâneas permeiam a interação entre o pesquisador e o participante, o que muitas vezes pode fazer emergir informações de forma mais livre (Manzini, 2004, p. 2).

Já os questionários foram aplicados aos moradores, para se ter um conhecimento mais detalhado de como as redes se expressam em seus cotidianos. Para Gil (2002), o questionário pode ser definido como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por

escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações por eles vivenciadas.

A coleta das entrevistas e dos questionários foram realizadas através de diversas aproximações com os sujeitos da pesquisa. Essas aproximações aconteceram da seguinte forma: idas às feiras de economia solidária da IESOL na UEPG, devido a participação dos assentamentos Maria Rosa e Emiliano Zapata nela, idas nas entregas da Rede de Comercialização do Assentamento Maria Rosa que acontecem quinzenalmente na Cáritas Diocesana de Ponta Grossa, participação na Jornada da Agroecologia em Curitiba em 2023, e diversas idas aos acampamentos e assentamentos que são o universo da presente pesquisa.

Cabe destacar que no universo dos movimentos sociais, essas aproximações são fundamentais para estabelecer um vínculo de confiança entre pesquisador e pesquisado. Isso se torna ainda mais importante no contexto do meio rural, pois sem essas aproximações não seria possível a coleta de dados, devido à dificuldade de comunicação via internet.

Portanto, as entrevistas e a aplicação dos questionários aconteceram presencialmente. Devido à dificuldade de comunicação com os moradores, a coleta também aconteceu em diferentes datas e lugares, aplicadas individualmente pela própria pesquisadora, com aprovação formal do Comitê de Ética em Pesquisa e com a assinatura dos Termos de Consentimento Livre (TLC) de participação na pesquisa dos envolvidos.

Cabe reforçar que as entrevistas foram semiestruturadas com uma liderança de cada uma das comunidades. Já os questionários, foram aplicados com 6 moradores de cada comunidade, totalizando 18 respostas, cada uma de famílias diferentes. O número de respostas dos questionários foi de acordo com o número de pessoas que se disponibilizaram a participar da pesquisa no momento em que foi solicitado.

A análise de conteúdo foi escolhida como método de análise e interpretação das informações obtidas. De acordo com Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdo se caracteriza por ser:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de

conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p.42).

Assim, a análise de conteúdo se desenvolve em diferentes etapas, a saber: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 1977).

Na pré-análise foi realizada uma leitura minuciosa do material e escolhido o que seria útil a pesquisa, o que foi escolhido foi preparado através da transcrição das entrevistas e transcrição das respostas dos questionários, pois eles foram coletados em papel, devido à dificuldade com internet nos locais da pesquisa de campo.

Na etapa da exploração do material, foi realizada a codificação de dados, nesta fase, notou-se que as redes que apareceram como resposta, quando perguntado aos sujeitos “Em quais redes vocês participam?” serviriam como unidades de registro na codificação dos dados. As redes que apareceram como resposta foram: *redes de comercialização, redes políticas, redes culturais, redes ambientais, redes de educação, redes religiosas, redes de geração de renda, redes de direitos humanos, redes de alimentação, redes de saúde, redes de produção e redes disciplinares*.

Assim, todas essas redes foram utilizadas como categorias de análise. Por exemplo, para explorar a categoria *redes de comercialização*, foram utilizadas como unidades de registros todas as vezes que apareciam questões relacionados com a comercialização, como: comércio, relações comerciais, comercial, grupos de vendas etc. E assim, sucessivamente em todas as redes que apareceram como resposta.

Para Moraes (1999), a unidade de registro corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. As unidades de registro podem ser variáveis e “A decisão sobre o que será a unidade é dependente da natureza do problema, dos objetivos da pesquisa e do tipo de materiais a serem analisados” (Moraes, 1999, p. 5).

Através da categorização, foi possível responder os seguintes objetivos específicos da pesquisa: Elencar quais os tipos de redes que os assentamentos e acampamentos do MST de Ponta Grossa e região fazem parte (item 3.2.1); Explorar os impactos dessas redes na realidade dos acampamentos/assentamentos (item 3.2.2).

A pandemia também foi utilizada como categoria de análise, para compreender as diversas representações que esse momento teve na vida dos sujeitos da pesquisa. O que foi utilizado para atingir o seguinte objetivo específico: Como foi o enfrentamento da pandemia e como as redes se comportaram nesse período (item 3.2.4).

Por fim, foi realizada a análise e a interpretação do material. Para Gomes (2007),

[...] a interpretação dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa não tem como finalidade contar opiniões ou pessoas. Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar. Esse estudo do material não precisa abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores porque, em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costuma ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias (Gomes, 2007, p. 79).

Ou seja, neste momento foi realizada a confrontação entre teoria e os objetivos, essencial para responder ao objetivo geral da pesquisa.

CAPÍTULO 1 - TUDO COMEÇA NA DIVISÃO DE CLASSES: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E REFLEXÕES

O presente capítulo, primeiramente, apresenta as diferentes concepções do estado moderno e da sociedade civil, com as teorias dos jusnaturalistas Hobbes, Locke e Rousseau, que justificam a formação do Estado a partir da vontade dos indivíduos e com o objetivo de proteção comum, associada há alguns bens fundamentais como liberdade, a propriedade e a segurança, que, no Estado natural, são ameaçados seguidamente por conflitos. O princípio de legitimação desse poder é o consenso daqueles sobre o qual o poder é exercido, que seria expresso em um pacto ou em um contrato social, firmado sobre os indivíduos, as autoridades e nas normas de convivência social, nas quais os indivíduos aceitam se submeter renunciando a liberdade individual e natural (Bobbio *et al.*, 1998; Montañó; Duriguetto, 2014).

Assim, parte-se aos críticos dos jusnaturalistas, primeiro, com Hegel e sua crítica ao contratualismo de Rousseau, sobre a origem do Estado e da sociedade. Hegel via o Estado como o ponto de partida da normatividade ética que organiza a sociedade civil, não como um reino dos interesses particulares. O Estado como universalidade ética deveria dar vida ao corpo social, constituindo-se na esfera pública, devendo imperar o interesse coletivo não os individuais (Montañó; Duriguetto, 2014).

Depois, com Marx e Engels, temos as primeiras problematizações sobre o Estado moderno a partir dos interesses privados de classe e das estratégias políticas para a superação desse dilema. Marx afirmava que não era o Estado que fundava a sociedade civil, e sim, ela que criava o Estado e o legitimava. Para Max havia a existência de vinculação do Estado aos interesses da classe dominante e as relações materiais que os homens estabelecem, o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas relações (Costa, 2006; Marx; Engels, 2014). Neste caso, a burguesia, como dona dos meios de produção, passa a ser a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que passa a expressar os interesses da burguesia em suas leis e normas, é nessa arena de interesses que nasce a luta de classes (Montañó; Duriguetto, 2014).

Por fim, o capítulo traz as teorias do marxista Gramsci, que defendia que o Estado era “Todo o complexo de atividades práticas e teóricas com o qual a classe

dominante não somente justifica e mantém seu domínio, mas procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais exerce sua dominação" (Gramsci, 1999, p.24). Através dessas ideias, Gramsci chegou à concepção de hegemonia, que é a produção ativa do consenso nos aparelhos da sociedade civil, para assegurar a posição dominante de uma classe, combinada às formas de coerção dentro e fora da sociedade política (Pronko; Fontes, 2012). A dominação que a burguesia exercia era expressa no terreno político-cultural da hegemonia, com a história dos grupos subalternos suprimida e marginalizada, passando por uma desagregação e pela perda de consciência política. Com os grupos subalternos invisibilizados, o Estado, a partir do ponto de vista da classe dominante, formulava suas concepções de direito, economia, educação, ética etc, estabelecendo uma unidade no plano jurídico-formal e a estendendo, ideologicamente, de forma unitária, para toda a sociedade (Simionatto, 2009). A sociedade civil, para Gramsci, é composta por uma rede de organizações como os sindicatos, associações, organizações, movimentos sociais, parlamentos, redes, igrejas etc. Ela é uma das esferas sociais onde as classes se organizam e podem defender seus interesses, nela acontecem os confrontos dos diversos projetos societários, na qual as classes e suas frações lutam para preservar ou conquistar hegemonia (Montaño; Duriguetto, 2014).

É através do entendimento gramsciano de sociedade civil, hegemonia e subalternidade que se constrói a base teórica do presente trabalho. Pois, é nesse cenário de confrontos que se encontram os movimentos sociais e as redes, é onde as classes subalternas se expressam e defendem seus interesses e seus projetos societários.

1.1 O ESTADO MODERNO

Para compreender a sociedade, sua organização e suas regras de convivência social, é necessário discutir o Estado. As primeiras concepções de Estado e de sociedade civil no pensamento moderno, tem sua base nas teorias contratualistas do "direito natural" ou jusnaturalismo, que foram produzidas e desenvolvidas no processo de transição para o capitalismo (Costa, 2006).

Essas teorias moldam as doutrinas políticas de tendência liberal e individualista, e defendem a necessidade de o Estado respeitar e legitimar os direitos inatos dos

indivíduos, o que reduz o poder do próprio Estado a uma função derivada dos direitos individuais. Desta forma, a ordem política é vista com a finalidade, quase que exclusiva, de coibir qualquer violação dos direitos individuais (Montaño; Duriguetto, 2014).

Segundo Bobbio *et al.* (1998), para os jusnaturalistas a sociedade civil contrapõe-se a "sociedade natural", se tornando sinônimo de "sociedade política" e, portanto, de "Estado". Nesta ideia, o Estado ou sociedade civil nasce por contraste com um estado primitivo da humanidade, com o homem vivendo sem outras leis senão as naturais. Nasce, portanto, com a instituição de um poder comum que só é capaz de garantir aos indivíduos associados alguns bens fundamentais como a paz, a liberdade, a propriedade, a segurança, que, no Estado natural, são ameaçados seguidamente pela explosão de conflitos, cuja solução é confiada exclusivamente à autotutela.

Os principais defensores do direito natural moderno são os contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau, suas reflexões apontam para um tema central, a criação de um princípio novo de legitimação de poder político ou do Estado Moderno. Esse princípio de legitimação de poder é o consenso daqueles sobre o qual o poder é exercido, que seria expresso em um pacto ou em um contrato social, firmado sobre os indivíduos, sobre as autoridades e nas normas de convivência social, nas quais os indivíduos aceitam se submeter renunciando a liberdade individual e natural, seria por meio deste contrato que se instituiu o Estado (Montaño; Duriguetto, 2014).

Os modelos de Hobbes e Locke são formados por dois elementos que se contrapõem e sucedem o estado (ou sociedade) de natureza e o estado (ou sociedade) civil. Aqui, sociedade civil e estado não se opõem, mas sim, são sucessivos (um substituindo o outro) de dois momentos, dois estados: um natural, sem leis e autoridades, com os indivíduos vivendo isolados, seguindo seus instintos e desejos. Nele todos são iguais e livres, o que representa o exercício dos direitos individuais naturais. Já o outro, o estado ou sociedade civil, se dá através de um contrato social e nele se estabelecem normas, leis e autoridades, que os indivíduos seguem a partir da razão, vivendo unidos a partir dessas regras. O contrato social seria o meio pelo qual ocorreria a passagem de um estado para o outro e o produto deste contrato seria o Estado, ou seja, da soma das vontades individuais (Montaño; Duriguetto, 2014).

Para Hobbes (1998), esse estado de natureza é configurado pela existência de um desejo perpétuo de poder pelos indivíduos. Um poder definido pela capacidade individual de buscar e adquirir riqueza, reputação e comandar os outros. Neste estado, todos se veem como concorrentes, pois todos são iguais para alcançar seus objetivos, podendo até causar um ao outro a morte na busca por seus interesses.

Esse desejo de poder, onde todos são iguais e os bens insuficientes para satisfazer a todos, coloca os sujeitos em um estado de guerra permanente. O estado de natureza para Hobbes (1998) é o estado de guerra de todos contra todos, com o homem visto como o lobo do homem, saindo de seu estado de natureza por razões de segurança e para a conservação de sua vida.

Por não haver nenhum tipo de autoridade no estado de natureza, também não há regras, pois a única forma de se estabelecer regras seria pela instituição de um poder comum. Assim, Hobbes vê a necessidade de um contrato, com regras de convívio e de subordinação política, pelo qual seus poderes e direitos seriam transferidos a um poder soberano, que seria o Estado (Montaño; Duriguetto, 2014).

A constituição desse Estado, é o que marca a passagem do estado de natureza para a constituição da sociedade civil ou política. Através do contrato firmado entre os indivíduos, o poder é transferido do direito natural a um soberano. Esse acordo impõe aos indivíduos a obrigação de obedecer a tudo aquilo que o poder soberano ordenar, em troca de proteção individual (Hobbes, 1998).

Esse contrato de união caracteriza a soberania que dele deriva mediante três atributos fundamentais: a irrevogabilidade, o caráter absoluto do poder e a indivisibilidade do poder e da autoridade (Bobbio *et al.*, 1998). Assim, a finalidade da constituição de um Estado é a garantia da paz e da segurança e de boas leis, revertendo o ambiente de guerra de todos contra todos (Montaño; Duriguetto, 2014).

O inglês John Locke, argumenta, assim como Hobbes, que os homens viviam em um estado de natureza, em absoluta liberdade. Para ele, esse estado de natureza também é passível de conflitos em razão da ausência de leis e da coerção, porém, para ele, o possível conflito ameaça a paz natural. Para Locke, a legitimidade de posse dos bens (propriedade privada) não é objeto de disputa pela força, mas o fundamento originário da propriedade é o trabalho (Montaño; Duriguetto, 2014).

Assim, os indivíduos tornavam-se proprietários de bens à medida que transformavam o “estado comum” da natureza através de seu trabalho, visando sua subsistência e satisfação. Apropriando-se e transformando a natureza pelo trabalho, os homens podem acumular bens, e nessa acumulação poderia produzir mais do que o necessário para sobrevivência, tornando-se assim produtores de valores de troca, o que leva a produção de homens ricos e homens pobres, ou seja, a riqueza viria somente pelo mérito do trabalho (Montaño; Duriguetto, 2014).

O desenvolvimento das relações mercantis, levou a concentração de riqueza, tornando possíveis as ameaças de conflitos, que teriam como motivação, a propensão humana “natural” pela acumulação. Dessa forma, o medo pela perda da liberdade e da propriedade faz com que os indivíduos criem um poder político para protegê-las (Montaño; Duriguetto, 2014).

Dessa forma, para Locke, a passagem do estado de natureza para a sociedade civil ou política, através de um contrato, se faz para assegurar e conservar o direito natural à propriedade. A garantia dessa proteção sobre propriedade individual é a razão da instituição de um Estado. Diferente de Hobbes, para Locke, o contrato é um pacto de consentimento dos indivíduos, para a proteção da propriedade e não de submissão dos súditos a um soberano (Montaño; Duriguetto, 2014).

As ideias de Locke constituíram as diretrizes fundamentais do Estado Liberal, se firmando como princípios e fundamentos centrais do liberalismo o Estado existir para a proteção dos direitos e liberdades dos cidadãos, tendo o Estado uma esfera de atuação restrita e sua prática limitada para garantir o máximo de liberdade aos seus cidadãos (Held, 1987).

Para além disso, suas afirmações consistiram na afirmação, em termos universais, de direitos e deveres que tinham um conteúdo de classe e que, portanto, eram desiguais, devido ao fato de que para serem cidadãos de direitos os indivíduos precisavam ser proprietários de bens, uma cidadania extremamente limitada e excludente (Macpherson, 1979).

Para Montaño e Duriguetto (2014), as obras e ideias de Locke tiveram uma grande influência em algumas revoluções liberais da época moderna. A teoria do direito natural inspirou a Declaração da Independência dos Estados Unidos, de 1776, fruto da

Revolução Americana, que afirmava que todos os homens são possuidores de direitos inalienáveis. Locke também influenciou na “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, de 1789, que constitui um dos primeiros atos da Revolução Francesa, com a promulgação dos direitos naturais de igualdade, liberdade e propriedade.

Essas revoluções liberais contribuíram para o movimento de emancipação política da burguesia. Uma emancipação que ficou limitada somente à classe burguesa. Se para Locke a cidadania é um atributo da liberdade. Apenas os homens livres eram cidadãos. A liberdade foi transformada em atributo da propriedade, fazendo com que os não proprietários ficassem em posição de subalternidade, sem desfrutar de direitos, não considerados cidadãos. Essa transmutação da liberdade em liberdade de propriedade pela política da burguesia serviu para justificar os direitos políticos dos proprietários. O contrato social criava o Estado, e os indivíduos que eram considerados cidadãos, poderiam dissolver o Estado caso este não cumprisse suas funções, para eles a função principal do Estado era a defesa da propriedade privada dos possuidores de bens (Costa, 2006).

Esse projeto emancipatório da burguesia também provocou forças contra hegemônicas contra a própria classe burguesa, por defenderem a autonomia e a igualdade, acabou alimentando também os movimentos de ampliação da cidadania (Karnal, 2008).

A forma como a cidadania liberal se configurou na modernidade impôs limites à universalização da autonomia ao gênero humano, por desprezar os direitos dos grupos diferenciados e subalternizados. Desta forma, apesar da contribuição de Locke para a configuração do Estado moderno, fica explícito, em seu pensamento, a desigualdade entre os indivíduos e sua repercussão na organização política da vida em sociedade (Siqueira, 2017).

Entre os pensadores clássicos, o suíço Jean Jacques Rousseau (1712-1778), era contrário às desigualdades entre os homens no processo de formulação do pacto social, com concepções de Estado e de sociedade civil radicalmente opostas às de Hobbes e de Locke (Montaño; Duriguetto, 2014).

O estado originário do homem para Rousseau não é o de guerra de todos contra todos, em defesa de seus interesses individuais, mas sim, um estado natural de

felicidade e pacificidade, pois o homem não tendo outras necessidades além daquelas que podia satisfazer em contato com a natureza, não se viu no dever e na obrigação de atacar aos seus semelhantes (Montaño; Duriguetto, 2014).

Esse estado natural pacífico passa por radicais transformações com o crescente processo de socialização da humanidade e, com ele, a instituição da propriedade privada. Assim, para Rousseau, é a instauração da propriedade privada que cria as grandes desigualdades de acesso à riqueza, competição e rivalidade de interesses que tornam o egoísmo a motivação básica da vida social, esse é o contexto identificado por ele como sociedade civil (Montaño; Duriguetto, 2014).

Assim, para Rousseau:

(...) Ora, nada é mais meigo do que o homem em seu estado primitivo, quando colocado pela natureza a igual distância da estupidez dos brutos e das luzes funestas do homem civil, e compelido tanto pelo instinto quanto pela razão a defender-se do mal que o ameaça, é impedido pela sociedade natural de fazer mal a alguém sem ser a isso levado por alguma coisa ou mesmo depois de atingido por algum mal. Porque, segundo o axioma do sábio Locke, “não haveria afronta se não houvesse propriedade” (Rousseau, 1999, p.93).

Dessa forma, Rousseau faz uma crítica a Locke, colocando a defesa da propriedade privada, como na verdade, a raiz dos conflitos, pois apenas os proprietários são protegidos, validando um sistema de desigualdade, dominação e opressão política, dos que têm bens pelos que não tem.

Na sua obra *Do Contrato Social* (1999), ele propõe a formação de uma ordem política legítima, que se contrapõem a esse sistema de desigualdade e dominação através da propriedade, e para isso propõe a distribuição equitativa da riqueza e da propriedade. Para Coutinho (2011), mesmo que Rousseau denunciasses a desigualdade na distribuição de bens, ele não apoiava a eliminação da propriedade ou sua socialização, para ele a limitação do excesso e a garantia do acesso a todos seriam suficientes.

Para Rousseau, era necessário a construção de um novo tipo de homem, que fosse capaz de orientar-se por um interesse comum e esse interesse comum deveria ter predomínio nas ações do Estado, que seria assegurado pela soberania popular. Ou seja, são os indivíduos que devem criar as leis e o governo deve se submeter à soberania de seu povo (Montaño; Duriguetto, 2014).

Só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o possibilitou. O que existe de comum nesses vários interesses forma o liame social e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordassem, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, somente com base nesse interesse comum é que a sociedade deve ser governada (Rousseau, 1999, p.85).

O fundamento da ordem e da legitimidade sociopolítica, resulta de um contrato social, em que cada indivíduo coloca a sua pessoa e seu poder sobre a vontade geral, se alienando totalmente, com todos os seus direitos, à comunidade. A vontade geral é entendida como o que traduz o que há em comum nas vontades individuais, não sendo a simples soma dessas vontades e nem a soma da maioria. O que dá suporte à vontade geral, é o interesse comum, e esse é entendido como o interesse de todos e de cada um como componente de um coletivo. É com base nesse interesse comum, para Rousseau, que a sociedade deve ser governada. O soberano é o povo, ditando a vontade geral, cuja expressão é a lei (Montaño; Duriguetto, 2014).

Para Coutinho (2011), mesmo que Rousseau tenha contribuído na construção democrática da ordem política, o modo como determina e se opera a construção da vontade geral é problemática, pois, ela não vê o processo de elevação do interesse individual em relação ao interesse comum, como resultado da tomada de interesses coletivos, pois diversos coletivos como grupos, associações, instituições e classes sociais são portadoras de interesses que jamais seriam considerados comuns a todo um corpo social, contribuindo com a subalternidade e desigualdade de grupos (Montaño; Duriguetto, 2014).

A democracia de Rousseau foi fundamental para o questionamento da cidadania abstrata apresentada por Locke, que defendia que apenas os proprietários eram cidadãos. Isso porque, para Rousseau, as regras de convívio social não seriam justas e legítimas se estivessem distantes da real condição de vida dos indivíduos. Do contrário, o pacto se tornaria um instrumento de opressão política (Siqueira, 2017).

Assim, vemos que o debate sobre a desigualdade social e o poder político no âmbito da democracia é um tema que emerge ainda no século XVIII, especialmente através da modernização iluminista, suas ideias e conceitos corroboram até os dias atuais, inspirando o liberalismo e o neoliberalismo (Rouanet, 2003).

Na contemporaneidade, uma série de conflitos são travados em função da propriedade, seja por seu proprietário que busca sua proteção, ou pelos que dela estão expropriados, lutando por sua conquista. A maior parte dos conflitos territoriais, pelo direito à terra, por exemplo, é engendrada pelo interesse econômico de grupos específicos e acabam, muitas vezes, em uma situação de opressão política e social.

No contexto brasileiro, o país atuou, durante muito tempo, exclusivamente como um fornecedor de matérias-primas para o mercado externo e importador de mão-de-obra escrava e de outros produtos para abastecimento do mercado interno, formado praticamente pelos grandes proprietários de terras. Assim, o seu mercado consumidor interno foi lentamente desenvolvido, tendo experimentado alguma aceleração em fins do século 19. Isso foi possível graças ao controle, por parte de uma elite reduzida, de grandes extensões de terra, através do regime de sesmarias, voltadas principalmente para a produção monocultora de cana-de-açúcar e posteriormente do café, com a utilização do trabalho escravo e imigrante, numa vinculação estreita com os interesses dos colonizadores europeus (Egas, 2008).

Esse modelo de colonização gerou impactos profundos na formação política, social e econômica brasileira. O País atravessou o século 20 sem ter transformado as relações de propriedade. O acesso à terra não foi democratizado sequer por meio de uma reforma agrária de caráter burguês, pois a propriedade de bens e de terras continua se restringindo à burguesia, e os dela destituídos continuam ocupando uma condição de subalternidade (Egas, 2008). Sobre as particularidades da luta pela terra no Brasil, será abordado mais profundamente no Capítulo 2 do presente trabalho.

Compreendendo as primeiras concepções de Estado Moderno, parte-se para a crítica aos jusnaturalistas, primeiro, com Hegel e sua crítica ao contratualismo de Rousseau, e depois, com Marx e Engels, com as primeiras problematizações sobre o Estado moderno a partir dos interesses privados de classe, que se configura na perpetuação dos interesses da burguesia.

1.2 A CRÍTICA AO JUSNATURALISMO MODERNO

Com Hegel (1770-1831), temos a crítica ao contratualismo, quando o mesmo analisa o conceito de sociedade civil e a predominância dos interesses particulares

sobre o público, o que para ele representaria a falta de eticidade. Hegel critica a teoria da vontade geral, formulada por Rousseau, retomando a visão elaborada pelos filósofos gregos, sobre a origem do Estado e da sociedade, analisando o espaço de formação do consenso que dá ordem ao caos dos interesses privados, vendo o Estado como o ponto de partida da normatividade ética que organiza a sociedade civil (Costa, 2006).

Para Hegel, o Estado como universal é a síntese conciliadora das individualidades. O Estado não seria o reino dos interesses particulares, mas o momento de consenso ético e dos interesses gerais e coletivos. A sociedade civil, antes vista como reino dos interesses particulares e da proteção da propriedade privada, para Hegel seria uma sociedade civil organizada e guiada pela normatividade ética do Estado (Costa, 2006).

Para compreender a dialética do mundo social, Hegel elaborou o conceito de *eticidade* ou *vida ética*, ele buscou compreender a “sociedade civil-burguesa” como um momento essencial da totalidade social moderna, uma totalidade que tinha sua máxima expressão na universalidade em-si e para-si (objetiva e autoconsciente) do Estado (Coutinho, 2011).

Ou seja, diferente de Rousseau, Hegel não buscava contrapor como reciprocamente excludentes o público e o privado, o singular e o universal, para ele esses dois momentos tinham uma dimensão dialética através da particularidade, mediação essa que teria seu principal espaço na “sociedade civil-burguesa”. Com a teoria da mediação, Hegel conciliou, por um lado, a liberdade individual (autonomia do sujeito), surgido na modernidade e transformada como um valor do liberalismo e, por outro lado, a reconstrução de uma ordem social fundada na prioridade do público (universal) sobre o privado (particular) (Coutinho, 2011).

A crítica feita a Rousseau, aparece na obra *Filosofia do Direito* (1821), de Hegel com a conceituação dele sobre a sociedade e o Estado de seu tempo

Rousseau teve o mérito de afirmar que o princípio do Estado [...] é a vontade geral. Mas, tendo entendido a vontade universal não como a racionalidade em-si e para-si da vontade, mas apenas como o elemento comum que deriva da vontade singular [Rousseau] faz com que a associação dos indivíduos no Estado se torne um contrato, algo que, portanto, tem como base o arbítrio desses indivíduos, a opinião e o consenso explícito deles (Hegel, 1995, p. 400)

Assim, Hegel afirma, que o contrato social resulta da extrapolação da instituição do direito privado para o campo do direito público. Seu conceito de Estado como “efetividade da ideia ética”, é um conceito, que para Hegel, o Estado existente deveria sempre tender (Konder, 1991).

O Estado, como conceito de universal, expressa as determinações da ideia absoluta, uma realização máxima do espírito absoluto que se objetiva para dar unidade aos indivíduos. Partindo do princípio de que os homens, sujeitos que criam a história humana, são objetivações do espírito absoluto, que se aliena de si para cumprir seu destino, cuja síntese ocorre na universalidade ética do Estado (Konder, 1991).

Assim, para Hegel, o Estado é a razão objetivada na história, a eticidade que normatiza a sociedade e por essa necessidade de ser normatizado, Hegel defende que se estabeleça uma Constituição, a qual deve ser outorgada pelo monarca, visto como defensor da monarquia constitucional. O Estado como universalidade ética deve dar vida ao corpo social, constituindo-se na esfera pública, devendo imperar o interesse coletivo. Hegel, defendeu a necessidade da Constituição como meio para evitar uma desfiguração do Estado pela corrupção e predominância dos interesses privados e individuais (Costa, 2006).

Hegel fez a análise do Estado a partir da figura de Napoleão Bonaparte e estabeleceu na sua obra *Filosofia do Direito* uma dialética entre Estado, família e sociedade civil entre as esferas da universalidade (o Estado) e as singularidades (indivíduo). Emerge aqui a liberdade como característica fundante do Estado Hegeliano. Liberdade esta que no Estado acolhe a particularidade da sociedade civil no bojo universalizante do Estado (Costa 2006). Dessa forma

O Estado é a efetividade da liberdade concreta; mas a liberdade concreta consiste em que a singularidade da pessoa e de seus interesses particulares tenham tanto seu desenvolvimento completo e o seu reconhecimento de seu direito para si (no sistema da família e da sociedade civil-burguesa), como, em parte, passem por si mesmos ao interesse do universal, em parte, com seu saber e seu querer, reconheçam-o como seu próprio espírito substancial e são ativos para ele como seu fim último, isso de modo que nem o universal valha e possa ser consumado sem o interesse, o saber e o querer particulares, nem os indivíduos vivam meramente para esses últimos, enquanto pessoas privadas sem os querer ao mesmo tempo, no e para o universal e sem que tenham uma atividade eficaz consciente desse fim. O princípio do Estado moderno tem esse vigor e essa profundidade prodigiosos de deixar o princípio da subjetividade completar-se até o extremo autônomo da particularidade pessoal e, ao mesmo

tempo, o reconduz para a unidade substancial e, assim, mantém essa nele mesmo (Hegel, 2010, p.235).

A necessidade do Estado foi colocada como o momento ético, para se transcender da singularidade egoísta dos indivíduos. Para a filosofia hegeliana, o Estado é o universal existente em si e a particularidade subjetiva. Neste sentido, sua filosofia rompe com a perspectiva individualista presente na teoria contratualista, que os indivíduos, por um ato de vontade, criam a sociedade e o Estado. Para Hegel, o indivíduo não é uma realidade isolada (Costa, 2006).

Com a defesa de uma Constituição, Hegel discute a tarefa de regulação que o Estado deve desempenhar frente às contradições dos interesses privados que existem na sociedade civil e a necessidade de conter o Estado existente, limitando o seu poder por meio das normas éticas (Costa, 2006).

Segundo Costa (2006), Hegel parte de uma análise racional, assim como na teoria jusnaturalista. No entanto, há diferenças profundas quando se considera que o fundamento inicial para a formação do Estado, não é o indivíduo, mas a razão ou o espírito absoluto, pois a racionalidade não é atribuída ao indivíduo, e sim ao Estado, como objetividade histórica. Entre os interesses do indivíduo e a vontade universal se coloca um conjunto de mediações, a esfera da particularidade. Assim, o singular se comunica com o universal por meio da particularidade, sendo que um importante espaço dessa mediação é atribuída às corporações, que vinculam os interesses privados dos indivíduos à esfera da universalidade ética, o Estado. Assim, a relação entre indivíduo e Estado não ocorre de forma direta e imediata, senão mediada por um conjunto de instituições que se formam na sociedade civil, dada a complexidade dos diferentes interesses particulares existentes. O Estado como momento da normatividade ética é o espaço de superação do interesse privado, possibilitando a legitimidade do interesse coletivo (Costa, 2006).

A problematização do Estado Moderno a partir dos interesses privados de classe, foi obra de Karl Marx (1818-1883), com uma crítica a *Filosofia do Direito* de Hegel, Marx afirmava que não era o Estado que fundava a sociedade civil, e sim, ela que criava o Estado e o legitimava. Assim, para Marx a dialética de Hegel estava de cabeça para baixo. Ele contestou o conceito de Estado elaborado por Hegel, confrontando-o com a realidade do Estado liberal existente (Costa, 2006).

Os fundamentos de Marx se aprofundam em pelo menos três fontes de pensamentos: o materialismo histórico dialético, as teorias de valor-trabalho e mais-valia e a teoria da luta de classes (Montaño; Duriguetto, 2014).

Contrariando a ideia dos pensadores anteriores, de que o Estado representa o interesse geral, Marx e Friedrich Engels (1820 – 1895), trouxeram na obra *A Ideologia Alemã*, de 1845, a existência de vinculação do Estado aos interesses de determinada classe social, isto é, da classe dominante. Expondo os fundamentos do materialismo histórico dialético, os autores destacam que as relações materiais que os homens estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas relações (Marx; Engels, 2014).

A sociedade civil é definida, enquanto sociedade burguesa, como a esfera de produção e reprodução da vida material. Ou conforme definidos por Marx e Engels (2014, p. 53) “a sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos [...]. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase”.

Neste sentido, “tanto os processos ligados à produção são transitórios, como as ideias, concepções, gostos, crenças, categorias do conhecimento e ideologias que, gerados socialmente, dependem do modo como os homens se organizam para produzir” (Quintaneiro, 2002, p. 31).

Marx e Engels, consideram as condições materiais existentes em uma sociedade (o modo como as coisas são produzidas, distribuídas, consumidas e o modo como as relações sociais são estabelecidas) como a base de suas estruturas sociais e da consciência humana (Montaño; Duriguetto, 2014).

Assim, as relações não são em absoluto, criadas pelo poder do Estado, mas sim, constituem o poder que cria o Estado. Estado esse que emerge das relações de produção e expressa os interesses da estrutura de classe inerente às relações sociais de produção. Neste caso, a burguesia, como dona dos meios de produção, passa a ser a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que passa a expressar os interesses da burguesia em suas leis e normas (Montaño; Duriguetto, 2014).

Nessa medida, identificar o Estado moderno como expressão do interesse geral é um equívoco, uma vez que o Estado corresponde ao aparato ideológico-político que emerge a partir das relações tecidas no âmbito da sociedade civil. Desta forma, se a base material, ou seja, a sociedade civil se caracteriza no modo de

produção capitalista a partir da divisão de classes sociais, o Estado espelha as contradições dos interesses de classe (Siqueira, 2017, p. 46)

Garantindo a propriedade dos donos dos meios de produção, o Estado legitima a sua dominação e a exploração da burguesia sobre o proletariado, revelando a sua essência de representante dos interesses de uma classe em particular, a burguesia (Montaño; Duriguetto, 2014).

Essa divisão da sociedade civil em classes sociais, são articuladas por Marx e Engels, na obra *Manifesto do Partido Comunista* (2014, publicada originalmente em 1948), afirmando que:

Cada uma dessas etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um progresso político correspondente. Classe oprimida sob o domínio dos senhores feudais, associações armadas e autônomas na comuna; aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia, depois, no período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia corporativa ou absoluta e, em geral, principal fundamento das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa (Marx; Engels, 2014, p. 47).

Para Costa (2006), a emancipação humana na ordem do capital é parcial e só ocorre para a classe burguesa, através da exploração do trabalho. Assim, para Marx, a democracia seria sempre restrita, devido à exploração do capital sobre o trabalho. A crítica de Marx não é sobre uma forma de governo, e sim ao conteúdo substantivo da democracia burguesa, que tem como função central do Estado assegurar a propriedade privada dos meios de produção. A regulação social feita pelo Estado deveria manter a ordem capitalista, acima de qualquer coisa, mesmo quando se colocasse em questão os direitos trabalhistas.

Segundo Coutinho (2011), nesse primeiro momento de formulação do conceito de Estado, a teoria política presente no *Manifesto* estava centrada em três pontos: primeiro, em uma ideia “restrita” do Estado, identificado como o “comitê executivo da burguesia”, usando da coerção e a opressão para cumprir suas funções; segundo, na concepção simplificada da luta de classes, através do binômio burgueses e proletários, expresso como uma “guerra civil mais ou menos oculta”, que levará a uma “explosão” e, em terceiro, em uma de revolução socialista como “revolução permanente”, que, ao

gerar a constituição de um contra poder da classe operária, deve derrubar violentamente o poder burguês, substituindo-o por outro poder, que mais tarde foi chamada de “ditadura do proletariado”.

A proposta da radicalização da democracia, é o que levaria à superação do capitalismo, pois a igualdade democrática é contrária à lógica de acumulação do capital. Assim, a polêmica política se dirigiu sob as possibilidades de o Estado regular a vida econômica e social, colocando como prioridade o interesse do coletivo sobre o particular e a supressão da propriedade privada, como condição necessária ao funcionamento da sociedade regulada, espaço do interesse coletivo. Nessa polêmica se colocou a discussão sobre a necessidade da luta política como uma força capaz de construir uma vontade hegemônica. A ideia de Rousseau sobre a vontade geral ressurgiu, com a necessidade de construir a vontade geral a partir das vontades particulares, que seriam os interesses dos trabalhadores. Isso seria a tarefa do partido político, para colocar os interesses dos trabalhadores para além da sua classe, como interesses gerais da humanidade. Assim, os trabalhadores deveriam tornar-se a classe hegemônica para suprimir a si próprios enquanto classe, construindo uma sociedade socialista (Costa, 2006 apud Przeworski, 1989).

Marx, ainda denuncia os mecanismos da burguesia na democracia, em que o poder reivindicatório das classes é reduzido e para terem poder era necessário que se organizassem.

Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a forma puramente política das reivindicações democráticas da pequena burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista. Assim surgiu a social-democracia. [...] O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia (Marx, 2015, p. 48).

Assim, Marx e Engels passaram a defender que os trabalhadores deveriam organizar-se em partidos políticos, com o lema “Proletários de todo mundo, uni-vos” (Marx; Engels, 2014, p. 41), mais tarde, Marx e Engels participaram da fundação e direção da Associação Internacional dos Trabalhadores, que depois, ficaria reconhecida como Primeira Internacional.

Com o pensamento pós-moderno, a luta de classes é cada vez mais invisibilizada, pois é apoiada a ideia de que as recentes transformações societárias não permitem mais referências coletivas, como as de classe. Esse pensamento considera haver uma erosão da identidade de classe configurada na unidade ampla dos trabalhadores, predominando novas identidades de acordo com novos e múltiplos interesses, esses interesses sempre aparecem parciais e não mais universais e coletivos. Assim, os interesses universais de classe dão lugar a projetos grupais específicos e localistas (Ribeiro, 2014).

Mesmo com todas as tentativas do capital de deslocar o debate do desenvolvimento do capitalismo para uma visão pós-modernista, em uma perspectiva crítica de leitura da realidade, é mantido o debate da centralidade na luta de classes. Mesmo que as pautas na pós-modernidade tenham se diversificado, como as de reconhecimento étnico, gênero, direitos sociais e ambientais, por exemplo, elas expressam particularidades de uma universalidade mais ampla que é a classe (Ribeiro, 2014).

Para Marx e Engels (2014), as classes emergem na base econômica, quando ela se ergue sobre modos de produção antagônicos, organizados em torno de diferentes modalidades de exploração do trabalho. A exploração é estrutural e objetiva, assim como é objetiva a contradição antagônica que opõe os proprietários das condições de produção aos produtores diretos expropriados. A exploração não depende da consciência dos explorados.

As contradições objetivas de interesses impelem a choques individuais entre os trabalhadores proletários assalariados e os empresários capitalistas, gradativamente, esses choques se transformam em lutas coletivas locais, depois nacionais, as lutas por reivindicações econômicas se combinam com lutas por direitos políticos (Pereira, 2003).

Para Losurdo (2015) a complexidade da luta de classes não se resume à relação burguesia *versus* proletariado, mas abrange diversas configurações como o patriarcalismo e o colonialismo.

Para Dias (1998)

O movimento real, das classes e dos seus antagonismos, é transformado em algo invisível, em um não-movimento. O trabalho e o capital são apresentados como elementos de uma história natural sujeita à orede ferro do mercado. Além

disso, para maior eficácia, atribui-se à tecnologia toda essa imensa transformação: fala-se mesmo em uma revolução tecnológica. O mercado não é compreendido como o conjunto das forças e relações capitalistas de produção. O trabalhador e o capitalista são vistos como funcionários (hierarquicamente diferenciados) das necessidades do consumo. As classes não são portadoras de projetos: são apenas “coletivos de compradores” ávidos pela última moda transformada em necessidade. O interesse do consumidor (querem nos fazer crer) passa a “determinar” toda a produção. Assim faz-se necessário, em um único movimento, eliminar toda e qualquer manifestação de antagonismo e de imperfeição na produção da mercadoria (Dias, 1998, p. 45).

Trata-se de uma massacrante luta ideológica, disfarçada de modernidade capitalista. Esta luta tem por objetivo negar a possibilidade de uma identidade classista do trabalhador, negar suas formas de sociabilidade e subjetividade. O trabalho, na sua forma clássica, não tem mais sentido para o trabalhador. Com isso, procura-se eliminar, no discurso e na prática, o papel das classes e de suas lutas, dos direitos do trabalhador (Dias, 1998).

A defesa do fim da sociedade do trabalho é a justificativa para se colocar a ciência e a tecnologia como a melhor possibilidade de resolução das contradições sociais dentro da sociedade capitalista. Com a racionalidade sempre crescente e independente do confronto entre classes, projetos e concepções de mundo. Isto não é apenas a tônica do momento atual. A história do capitalismo é a história da “reestruturação produtiva” (Dias, 1998).

Para Dias (1998), para se compreender como se dá essa armadilha do capital, é necessário compreender o que é o modo de produção capitalista. Esse modo de produção visa a produção de mais-valor, que basicamente é a produção de sobretrabalho, de apropriação de trabalho não pago, que se oferece aos olhos e se objetiviza como mais-valor (Marx, 2015).

Ele é produtor e reproduzidor das relações sociais capitalistas, das classes e de seu permanente e irreversível antagonismo. Dessa forma o capital subordinou o trabalho. As forças produtivas do trabalho aparecem como forças produtivas do capital, perdendo os trabalhadores a consciência e o valor sobre seu próprio trabalho. Desta forma o capital nega a historicidade do trabalhador e seu o trabalho parece não ter vida própria (Dias, 1998).

A política, forma sempre atual das contradições classistas, faz se história. O Estado foi sempre privatizado. Ele potencializa e garante a expansão máxima da classe dominante/dirigente. Para sua maior eficácia o Estado capitalista tem,

necessariamente, que aparecer como social, como articulador do conjunto da sociedade, como resumo qualificado do todo social. Tentou-se, sempre, restringir as formas associativas das classes subalternas, seja no plano sindical, seja em outros elementos de sua organicidade, pela sua integração e subalternidade à lei do capital. A ideia de indivíduo, atomizado e em permanente contraste com os demais, foi sempre o modelo (aparência necessária) dessa institucionalidade. A sociedade, pensada como somatória de vontades cívicas, não é chamada a tomar as mais fundamentais decisões; não indo quase nunca além dos pronunciamentos eleitorais. Tentou-se, permanentemente, restringir tudo e todos à esfera do individual, entendida como esfera do privado. Os direitos sociais e políticos permanecem na forma individualizada, em detrimento da socialização política objetiva dos trabalhadores. Aqui também se coloca a cisão entre essência e aparência, própria das formas mercantis (Dias, 1998, p. 47).

As potências capitalistas, sempre que estão marcadas por mais um momento de crise, impõe como uma estratégia de superação para elas mesmas, uma série de medidas de “ajustes estruturais”. Essas medidas geralmente recaem sobre os países da periferia, aos ditames imperialistas no processo de renegociação de suas dívidas e mudando as atuais configurações da histórica luta de classes.

Para Simionatto

[...] a classe burguesa busca eliminar os antagonismos entre projetos de classe distintos, no intuito de construir um consenso ativo em nome de uma falsa visão universal da realidade social. Procede-se, assim, a uma verdadeira reforma intelectual e moral, sob a direção da burguesia, que, em nome da crise geral do capital internacional, consegue socializar uma cultura da crise, transformada em base material do consenso e, portanto, da hegemonia (Simionatto, 2009, p.10)

Assim, a consolidação do neoliberalismo exige um processo de submissão e aceitação passiva dos indivíduos. É neste processo de relação antagônica entre capital e trabalho, que reside o cerne das mais variadas expressões das desigualdades, uma mola propulsora dos movimentos sociais e das mais variadas formas de organização e luta da classe trabalhadora (Cisne, 2007).

A luta pela terra no Brasil expressa uma das configurações da luta de classes na contemporaneidade. A opressão histórica que os povos que vivem no campo sofreram no processo de colonização se restitui e se desenvolve diante dos conflitos gerados pelo modelo de desenvolvimento capitalista adotado, especialmente no campo, a partir do que ficou conhecido como “Revolução Verde” (Siqueira, 2017).

Nesta revolução, houve um processo de modernização agrícola criado após a Segunda Guerra Mundial, com financiamento dos Estados Unidos, que ganhou

expressão principalmente a partir da década de 1960. Tem como proposta o aumento da produção agrícola através da inserção de tecnologias no campo, como maquinário, técnicas de fertilização, uso de insumos químicos e sementes geneticamente modificadas. Tal proposta tem se mostrado ambiental e socialmente insustentável, já que contribui para a concentração de terras e práticas ambientais predatórias (Moreira, 2000).

O resultado disso foi uma enorme pressão sofrida pelos camponeses e pequenos agricultores, exercida pelo modelo da monocultura, assentada no latifúndio e comprometida com as grandes multinacionais, como as do ramo das sementes transgênicas, assim como com a submissão da agricultura à indústria (Siqueira, 2017).

Dessa forma, há em curso, no meio rural brasileiro, dois modelos de desenvolvimento em plena disputa política e econômica: de um lado o agronegócio e de outro a agricultura familiar e camponesa. Ao agronegócio estão os investimentos e o apoio político, econômico e social e para a agricultura familiar e camponesa estão as carências, que coloca esses indivíduos em condições de subalternidade, precisando lutar e reivindicar seus direitos dia após dia. Sobre essa condição de subalternidade dos pequenos agricultores e camponeses serão feitas as discussões nos capítulos a seguir, juntamente com o debate da luta pela terra.

1.3 A SOCIEDADE CIVIL E AS CLASSES SUBALTERNAS PARA GRAMSCI

Antônio Gramsci (1891-1937), nascido na Itália, foi um teórico e ativista marxista. Suas leituras de Marx, Engels e Lenin o levaram a rebater o idealismo filosófico. Em 1921, juntou-se ao grupo que fundaria o Partido Comunista Italiano (PCI). Foi perseguido e preso em 1926, durante o regime fascista de Mussolini. Na cadeia, produziu entre 1929 e 1935 uma grande obra intitulada *Cadernos de Cárcere*, manuscrita em mais de trinta cadernos, que entraram para a história do marxismo.

Segundo Coutinho (2011), Gramsci parte dos conceitos básicos de Marx, Engels e Lênin para pensar o Estado e sua relação com a sociedade civil, a partir da situação vivenciada por ele, não só na Itália, mas também, nas sociedades capitalistas desenvolvidas de seu tempo.

Gramsci sistematizou uma ciência marxista da ação política, para além de ver a política como uma atividade autônoma, dentro do contexto do desenvolvimento histórico das forças materiais, como para Marx. Para Gramsci, “a política é a atividade humana central, o meio através do qual a consciência individual é colocada em contato com o mundo social e material, em todas as suas formas” (Hobsbawm, 1982, p. 23).

Essa concepção de Gramsci sobre a política, surgiu enquanto ele analisava as transformações econômicas e políticas, no início do século XX. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a Itália foi palco de uma intensa luta entre partidos de esquerda e de direita, tendo a vitória do fascismo e a supressão dos direitos políticos, em 1922. Como uma figura central do Partido Socialista Italiano (PSI) e em seguida do PCI, Gramsci viu o fracasso de um movimento revolucionário das massas trabalhadoras e o início de um fascismo apoiado por grande parte da classe trabalhadora (Carnoy, 2008).

Assim desenvolveu um enfoque marxista alternativo do Estado. Para Gramsci, o Estado era “Todo o complexo de atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém seu domínio, mas procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais exerce sua dominação” (Gramsci, 1999, p.24). Desenvolveu também, uma teoria marxista da política, uma estratégia alternativa para a derrubada do Estado burguês e a construção do socialismo (Carnoy, 2008).

A partir disso, Gramsci passou a defender que a luta pela transformação das relações de opressão política e econômica existentes no sistema capitalista deveria ser travada no âmbito da sociedade civil, em detrimento da tomada abrupta de poder do Estado (Siqueira, 2017).

Com sua experiência como intelectual orgânico¹ e integrante de partidos políticos, percebeu que o domínio da classe dominante era exercido através da conquista de consentimento das classes dominadas, com a dominação aceita e inquestionável (Carnoy, 2008).

Gramsci, através dessas ideias, chegou à concepção de hegemonia, que para ele é a produção ativa do consenso nos aparelhos da sociedade civil, para assegurar a

¹ Elaborado por Gramsci, o conceito de intelectual orgânico pode ser resumido como a valorização da singularidade e do saber popular. Gramsci defende a socialização do conhecimento, recriando a função dos intelectuais na sociedade, conectando-os às lutas políticas dos “subalternos”. Para maior aprofundamento ver Semeraro (2006).

posição dominante de uma classe, combinada às formas de coerção dentro e fora da sociedade política. A categoria hegemonia contribuiu para explicar as formas específicas da produção e organização das sociedades capitalistas e as condições das lutas das classes subalternas, passando a integrar a tradição marxista (Pronko; Fontes, 2012).

Carnoy (1998, p. 90) conceitua a hegemonia gramsciana, como uma ordem pela qual um certo modo de vida e de pensamento é dominante, na qual um conceito de realidade é difundido por toda sociedade, em todas as suas manifestações institucionais e privadas, estendendo sua influência a todos os gostos, comportamentos morais, costumes, princípios políticos e religiosos, e todas as relações sociais, particularmente em suas conotações morais e intelectuais.

Para Gramsci (2000), a dominação que a burguesia exercia era expressa no terreno político-cultural da hegemonia, com a história dos grupos subalternos suprimida e marginalizada, passando por uma desagregação e pela perda de consciência política. Com os grupos subalternos invisibilizados, o Estado, a partir do ponto de vista da classe dominante, formulava suas concepções de direito, economia, educação, ética etc, estabelecendo uma unidade no plano jurídico-formal e a estendendo, ideologicamente, de forma unitária, para toda a sociedade (Simionatto, 2009).

Gramsci percebeu que o Estado assumia “[...] parte dessa função de promover um conceito (burguês) único da realidade e, conseqüentemente, emprestou ao Estado um papel mais extenso (ampliado) na perpetuação das classes” (Carnoy, 2008, p.91).

Para Montaño e Duriguetto (2014), foi com uma intensa *socialização da política*, resultante da presença de organizações, tanto dos trabalhadores quanto do capital, com os partidos políticos e sindicatos, a conquista do sufrágio universal, das ondas de fascismo e nazismo, assim como, nos movimentos de expressão de hegemonia política da burguesia, que Gramsci observou a complexificação das relações de poder, e das formas de organização de interesses, que fazem emergir uma nova dimensão da vida social, que ele denominou de *sociedade civil*.

A sociedade civil, para Gramsci, é composta por uma rede de organizações como os sindicatos, associações, organizações, movimentos sociais, parlamentos, redes, igrejas etc. Ela é uma das esferas sociais onde as classes se organizam e

podem defender seus interesses, nela acontecem os confrontos dos diversos projetos societários, na qual as classes e suas frações lutam para preservar ou conquistar hegemonia (Montaño; Duriguetto, 2014).

Para Gramsci, a massa de trabalhadores era capaz de desenvolver a consciência de classe, porém ele considerou que na sociedade ocidental os obstáculos a tal consciência eram muito fortes, não era simplesmente a falta de um entendimento de sua posição no processo econômico que impedia os trabalhadores de compreender o seu papel de classe, nem eram somente as instituições "privadas", como a religião, as responsáveis por manter a classe trabalhadora longe da autoconsciência, mas era o próprio Estado que estava encarregado da reprodução das relações de produção. Em outras palavras, o Estado era muito mais do que o aparelho repressivo da burguesia, o Estado incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura (Carnoy, 2008).

Com a então socialização da política, Gramsci observa que o Estado se amplia, adquirindo novas funções, e incluindo em si a luta de classes. O Estado ampliado, preservando a função de coerção (sociedade política), também incorpora a esfera da sociedade civil (cuja função é o consenso) (Montaño; Duriguetto, 2014).

Desta forma, essas duas esferas, sociedade política mais sociedade civil, formam o Estado da realidade histórico social, analisado por Gramsci. Ele denomina a sociedade política, como a esfera estatal, cuja função, é a dominação de uma classe, classe esta que está conformada com sua condição de dominada, devido aos *Aparelhos de Coerção e Repressão* utilizados pela classe dominante para impor de forma coercitiva a sua dominação, usando todos os aparatos de dominação possíveis: policial, militar, jurídico e administrativo (Montaño; Duriguetto, 2014).

Gramsci foi para além de Marx, quanto ao Estado ser o aparelho repressivo da burguesia, ele incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura, o consenso e a produção da aceitação dos setores subalternos sobre serem dominados (Montaño; Duriguetto, 2014). Para Gramsci (2000, p. 331) "o Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados".

Desta forma, o ponto chave, é o conjunto de mediações que conformam e esclarecem esse domínio e esse consentimento, pois, a capacidade de dirigir e

organizar o consentimento dos subalternos é um elemento fundamental para o fortalecimento da dominação de classes. Assim, para Gramsci, a esfera da sociedade civil é a esfera das mediações, do exercício da dominação de classe, pelo exercício do convencimento (Montaño; Duriguetto, 2014).

Montaño e Duriguetto (2014) afirmam que na sociedade política a classe dominante exerce seu poder através dos aparelhos coercitivos do Estado. Na sociedade civil, esse poder é exercido através de uma relação de hegemonia que é construída pela direção política e pelo consenso. Dessa forma, os grupos e as classes sociais realizam a organização da representação de seus interesses e de suas reivindicações sócio políticas através dos “aparelhos privados de hegemonia”, cuja adesão é voluntária ou contratual.

Sociedade civil e política são, para Gramsci, distinções analíticas do conceito de Estado. O momento unificador dessas duas esferas está na forma como o grupo social exerce sua “supremacia” que se manifesta como dominação (na sociedade política) e como direção intelectual e moral (na sociedade civil) (Coutinho, 2011).

Nas obras *Cadernos de Cárcere*, Gramsci traz o conceito de “subalterno”, demarcando seus nexos dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis. Na contemporaneidade, a categoria “subalterno” e o termo “subalternidade” são utilizados para descrever fenômenos sociopolíticos e culturais, normalmente na intenção de descrever as condições de vida de grupos e camadas de classes em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna (Simionatto, 2009).

Mas no pensamento gramsciano, tratar das classes subalternas exige mais do que isso. É necessário elucidar os processos de dominação, desvendando “as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos” (Buttigieg, 1999, p. 54).

Partindo da visão de que:

Quando nos ocupamos de uma sociedade em que os meios de produção são propriedade privada, a distinção primeira e fundamental que se opera é entre classe capitalista [...] a que detém a propriedade dos meios de produção e classe proletária [...] que não possuindo tal propriedade, é constrangida a vender a sua força de trabalho aos detentores do capital, com isso se alienando

(produzindo mais valia para a outra classe por meio do trabalho alienado) (Satriani, 1986, p. 98).

Feita essa distinção entre classes, temos a necessidade de inclusão dos trabalhadores improdutivos, os desempregados e os desocupados, os quais se encontram à margem da própria divisão classista da sociedade burguesa, na condição de subalternidade. Dessa forma, são incluídos no âmbito das classes subalternas, todos os segmentos da sociedade capitalista que não possuem os meios de produção, e estão sob o domínio ideológico, econômico e político das classes que representam o capital, no conjunto das relações de produção e das relações de poder. Incluem-se, ainda, os segmentos não incorporados ao mercado de trabalho, que são os trabalhadores em potencial e o exército industrial de reserva (Cardoso, 2018).

Para Gramsci, o Estado é um dos espaços de expressão da dominação, lugar de unidade histórica das classes dirigentes, espaço em que a burguesia exerce e se utiliza de seus privilégios. Assim, os grupos subalternos ficam subordinados aos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória permanente romperia a subordinação (Simionatto, 2009). O que se vê em seu processo histórico, é que “na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa” (Gramsci, 2000, p. 135).

Nas classes dominantes, dirigentes e subalternas sua relação aparece quando se tomam, dialeticamente, as categorias sociedade política ou Estado e sociedade civil (Cardoso, 2018). Gramsci (1999) define duas grandes esferas: a esfera da sociedade civil e a da sociedade política ou Estado. Ambas as esferas superestruturais formam, em conjunto, o Estado: ditadura + hegemonia, ou, sociedade política + sociedade civil. Assim, as duas esferas do Estado

Servem para conservar ou promover uma base econômica de acordo com os interesses de uma classe fundamental. Mas o modo de encaminhar essa promoção ou conservação varia nos dois casos: no âmbito e através da sociedade civil as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção (Coutinho, 2011, p. 77).

Assim, se uma classe controla o Estado e se impõe às demais através de instrumentos jurídico-políticos, ela consegue se tornar dominante. Mas se ela

estabelece relações orgânicas com a sociedade civil, ela também pode se tornar classe dirigente, hegemonia que consolida a unidade histórica de determinada classe (Cardoso, 2018).

Para Cardoso (2018), as classes subalternas de certa forma precisam dessa unidade histórica, porque não dispõem do controle sobre o Estado, e nem exercem a hegemonia sobre as demais classes. Contudo, essa unidade é construída e a sua consolidação supõe, que as classes se tornem dirigentes, antes mesmo de serem dominantes.

O Estado, para Gramsci minimiza a autonomia das classes subalternas, pois a ditadura moderna ou contemporânea, ao mesmo tempo em que extingue algumas “formas de autonomia de classe, empenha-se em incorporá-las na atividade estatal: isto é, a centralidade de toda a vida nacional nas mãos das classes dominantes torna-se frenética e absorvente” (Gramsci, 1999, p. 303), e, nesse processo, torna confusas as diferenças de classe, fortalecendo a subalternidade, revestindo-se de um grande poder desmobilizador, na medida em que bloqueia as iniciativas da sociedade civil na articulação de seus interesses e propostas (Simionatto, 2009).

A incorporação da sociedade civil na esfera estatal se dá principalmente na formação da opinião pública, enquanto uma estratégia de fortalecimento da hegemonia política por parte do Estado em assuntos de seu interesse. Assim, o Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular primeiramente cria a opinião pública adequada (Simionatto, 2009). Nela “ocorre a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo que só uma força modele a opinião e, portanto, a vontade pública nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica” (Gramsci, 2000, p. 265).

Assim, ao apossar-se de diferentes camadas de classe, o Estado burguês aumenta seu campo de ação, equalizando as classes juridicamente, na busca de evitar a desordem, desmobilizando e enfraquecendo a sociedade civil. A classe dominante, através do uso do poder por meios de não violência, contribui para reforçar o conformismo, apostando na desestruturação das lutas das classes subalternas, que pela falta de consciência permanecem desarticuladas (Simionatto, 2009).

Para um grupo social ter condições de superar condições de subalternidade, ele precisa ser capaz de “sair da fase econômico-corporativa para elevar-se à fase da hegemonia político-intelectual na sociedade civil e tornar-se dominante na sociedade política” (Gramsci, 1999, p. 460).

Embora a hegemonia compreenda as tentativas, da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para sobrepor sua visão de mundo como universal, impondo seus interesses e necessidades aos grupos subalternos, ela não é uma força coesiva, pelo contrário, é cheia de contrastes e sujeita aos mais diversos conflitos (Carnoy, 2008).

Tal contradição também foi observada por Gruppi (1978) quando destaca que, na medida em que as classes sociais concorrem entre si para se apropriar do Estado, elas também competem pela influência da sociedade civil. Assim, o projeto político das classes subalternas deve visar à separação de determinados aparatos ideológicos da sua aderência ao Estado, objetivando tornarem-se agências privadas de hegemonia sob sua direção.

Por isso, mesmo diante dos novos arranjos democráticos das sociedades modernas, a conquista da sociedade civil, da direção política, ou seja, do consenso, é o caminho para confrontos hegemônicos, pois a realidade contraditória e a sociedade civil é o espaço do antagonismo, onde é possível se encontrar brechas na luta por hegemonia.

A possibilidade desta disputa reside, dentre outros fatores, no reconhecimento de que as instituições sociais existentes não se originaram, em sua totalidade, do domínio burguês (Gruppi, 1978). A construção de novos modos de pensar também é um elemento principal para superar a condição de subalternidade, a construção de uma concepção de mundo crítica, para tornar as classes subalternas capazes de produzir uma contra hegemonia, superando o senso comum negativo. Nesse processo, é preciso aprofundar e aperfeiçoar o conhecimento da realidade como uma condição essencial na luta por sua própria transformação (Simionatto, 2009).

No Brasil, os sujeitos do campo, destituídos de capital e de propriedade vivem, diariamente, condições de subalternidade, impostas pelas classes hegemônicas. Com uma cultura latifundiária, esses sujeitos passaram por processos de marginalização,

enfrentando diversos desafios para confrontar essas estruturas constituídas historicamente no país.

A repressão vivenciada pelos pequenos agricultores e camponeses, é empreendida a partir do âmbito privado, na figura dos latifundiários, mas também pelo institucional, por meio do sistema penal e das truculentas operações policiais que atuam sob ordens judiciais, para garantir a posse de extensas propriedades privadas, em um modelo de concentração fundiária e de criminalização da pobreza dos sujeitos do campo.

Assim, os movimentos sociais se colocam como um dos espaços de expressão das classes subalternas no meio rural brasileiro. Para Gramsci, é no campo da sociedade civil, que se desenvolve a visibilidade política e pública da questão social pelos movimentos sociais. É o espaço em que as classes organizam e defendem seus interesses, é a esfera da elaboração e difusão de valores, cultura e ideologias que tornam, ou não, conscientes os conflitos e as contradições sociais. Portanto, é nela em que se confrontam projetos societários, em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe (Duriguetto; Souza; Silva, 2009).

Outra estratégia de expressão são as redes, que se caracterizam por “articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais. Compreendem vários níveis organizacionais” (Scherer-Warren, 2009, p. 515). Estes níveis vão dos agrupamentos de base às lutas políticas mais amplas, transnacionais (Gohn, 2014).

É neste sentido que está o foco do presente trabalho, em analisar a presença das redes no meio rural através do MST, para compreender quais são os impactos delas na realidade dos camponeses e pequenos agricultores de Ponta Grossa e região.

Assim, no próximo capítulo, é feita a discussão da luta pela terra no Brasil e o nascimento do MST, bem como sua atuação no Estado do Paraná e sua participação em redes.

CAPÍTULO 2 - A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA (MST) EM REDES

O meio rural brasileiro é um campo de diversos conflitos de classe. Nesses conflitos há duas classes distintas, que disputam dia a dia a favor de seus interesses. De um lado os latifundiários, portadores de grandes territórios e de poder e do outro pequenos agricultores e camponeses, que destituídos de terras se veem obrigados a criar estratégias de luta para a permanência no meio rural.

Assim o presente capítulo, trará, primeiramente, a discussão dos movimentos sociais, como importantes espaços de articulação dos grupos sociais subalternos no meio rural. Em um processo de disputa por hegemonia os movimentos sociais podem manifestar-se como pequenas rupturas nas relações sociais e políticas, direcionadas, muitas vezes, a pautas específicas, mas capazes de problematizar aspectos mais amplos das contradições existentes no capitalismo (Siqueira, 2017).

Neste contexto, também se apresentam as redes, que no universo dos movimentos sociais fazem leituras e análises sobre a realidade social, construindo propostas e estratégias de ação. Atuando em redes, os movimentos e organizações constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão dos grupos subalternos e lutam pela inclusão social. Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que não eram incluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo (Gohn, 2014).

Dessa forma, o Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra (MST), será objeto da presente pesquisa, devido a sua trajetória de luta pela reforma agrária e sua atuação em redes. Para compreender o nascimento do MST, primeiramente, é necessário contextualizar a luta pela terra no Brasil, trazendo à luz a gênese desse Movimento. Foram diversos os meios de resistência, com lutas e conquistas e uma atuação que vai para além da luta por um pedaço de terra, ela perpassa questões culturais, ambientais, políticas etc.

Assim, parte-se para as particularidades da luta pela terra no Paraná e a atuação do MST no Estado. A resistência do campesinato no Paraná está articulada a um conjunto de lutas realizadas no campo brasileiro, com raízes que vem do período

colonial e depois na má distribuição de terras das sesmarias, que mantiveram as terras do Estado na mão de uma minoria, detentora de poder (Roos *et al.*, 2013). Compreender a luta dos movimentos sociais e dos camponeses no Estado é importante para entender a realidade na qual vivem os indivíduos inseridos nos acampamentos e assentamentos, universo da presente pesquisa: Assentamento Emiliano Zapata, Assentamento Maria Rosa do Contestado e Acampamento Padre Roque Zimmermann, todos localizados Paraná.

Por fim, é discutida a participação do MST em redes, com suas frentes e estratégias de luta. Além das redes internas, organizadas através dos “Setores” e das “Bandeiras De Luta” do Movimento, ele participa também de articulações e organizações em redes externas, formadas por diversas organizações e atores da sociedade civil, que buscam transformar a realidade e garantir direitos. Considerando a relevância das conquistas do Movimento, sua participação nas redes se torna de extrema importância nas disputas por hegemonia das classes subalternas no meio rural.

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES: ASPECTOS CONCEITUAIS

A hegemonia, enquanto um mecanismo de direção ideo-política, se constitui em uma relação de poder processual que articula diferentes grupos sociais, com diferentes interesses e projetos societários. Por se tratar de um processo, as disputas por hegemonia podem manifestar-se como pequenas rupturas nas relações sociais e políticas, direcionadas, muitas vezes, a pautas específicas, mas capazes de problematizar aspectos mais amplos das contradições existentes no capitalismo (Siqueira, 2017).

Assim, os movimentos sociais e as redes, podem ser vistos como espaços para a articulação dos grupos sociais subalternos, possibilitando e viabilizando a construção pedagógica de novas práticas culturais e políticas, facilitando “rupturas moleculares” no tecido social, impactando, em maior ou menor medida, as relações de poder e ordem vigentes (Siqueira, 2017).

Também há uma pluralidade nas classes que estão em luta, nos diferentes espaços de disputa de hegemonia que se apresentam na contemporaneidade. De um

lado, através de um movimento “de cima para baixo”, a classe dominante procura manter e fortalecer a ordem social vigente, em nome do interesse nacional, da democracia etc. Do outro lado, na dinâmica contrária, “de baixo para cima”, está a classe subordinada atuando para modificar ou melhorar as condições nas quais a subordinação é vivenciada (ação reformista) ou para erradicar a subordinação (ação revolucionária). Desse modo, os movimentos sociais das classes subalternas são espaços importantes na dinâmica da pressão “de baixo para cima” e podem romper aspectos da ordem vigente, consolidando práticas contra hegemônicas na contemporaneidade (Siqueira, 2017).

Os movimentos sociais têm sido definidos por diferentes formas e linhas de interpretação. Isso se dá devido às múltiplas trajetórias de teorização sobre movimentos sociais, que revelam que embora o conceito tenha se desenvolvido ao longo do tempo, pensar em uma definição conceitual linear para o termo apresenta-se como um problema difícil e controverso (Gohn, 2008).

Maria Glória Gohn (1997, 2008, 2014), autora de grande relevância na área dos movimentos sociais e das redes, define os movimentos sociais como ações sociais coletivas com caráter sociopolítico e cultural que possibilitam diferentes formas da população se organizar e expressar suas demandas. E em sua ação concreta, essas formas se utilizam de diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída etc.) até as pressões indiretas.

Gohn (2008) traz ainda os movimentos sociais como:

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. [...] Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (Gohn, 2008, p.251).

Gohn (2008), elenca as categorias básicas, que são base para compreender os elementos constitutivos de um movimento social, conforme consta no Quadro 1:

Quadro 1 - Elementos constitutivos do Movimento Social

Elemento	Característica
Demandas	Necessidade de uma carência não atendida (seja econômica, social, política ou cultural), podendo ser de bens materiais ou simbólicos;
Composição	De acordo com a origem de seus participantes;
Princípio articulatório interno	Se dá pela relação entre as bases demandatárias, as lideranças, e as assessorias;
Força social	Acontece a partir da compreensão do cenário do processo político, das suas redes de articulação e do conjunto dos atores sociais, avaliada em termos de fomento para o processo de mudança social;
Ideologia	Conjunto de crenças, valores e ideias;
Cultura política	Conjunto das práticas sociais, balizadas pelas ideologias e representações;
Organização	De cunho informal, que ocorre nas fases iniciais do movimento e de cunho formal, que corresponde o desenvolvimento das funções, divisões de tarefas, cargos e tempo de mandato etc;
Práticas	Através dos discursos e das ações diretas. Podendo ser formais, através de reuniões, assembleias, congressos, eventos, greves, entre outros. E os informais, como acampamentos, passeatas, ocupações etc;
Projeto sociopolítico ou cultura	Balizado pelo plano ideológico, faz-se presente pela forma de compreender a realidade, e como são construídas as “visões de mundo”, dando rumo ao movimento;
Identidade	Deriva de seus projetos, da somatória de práticas a partir do seu referencial, firmada no processo interativo. Podendo apresentar caráter progressista ou conservador;
Cenário sociopolítico	Quem fornece os contextos conjunturais que revelam o processo interativo e as correlações de forças existentes;
Opositores	Sujeitos que detêm o poder sobre o bem demandado;
Conquistas e derrotas	Instrumento de análise importante para explicar seus fluxos e refluxos.

Fonte: GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, p. 439-455, 2008.

Dessa forma, nota-se, que para existir, os movimentos sociais são formados por uma série de fatores, desde a organização de um grupo na defesa de suas demandas a de um novo projeto societário.

Os movimentos sociais passam por diferentes fases no processo de seu desenvolvimento e consolidação, essas fases são categorizadas por Gohn (2008), conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Fases de um Movimento social

Fases de um Movimento Social
1ª Situação de carência ou ideias e conjunto de metas e valores a serem atingidos.
2ª Formulação das demandas por um pequeno número de pessoas.
3ª Aglutinação de pessoas em torno das demandas.
4ª Transformação das demandas em reivindicações.
5ª Organização elementar do movimento.
6ª Formulação de estratégias.
7ª Práticas coletivas de assembleias, reuniões, atos públicos etc.
8ª Encaminhamento das reivindicações.
9ª Práticas de difusão e execução de certos projetos.
10ª Negociação com os opositores ou intermediários por meio dos interlocutores
11ª Consolidação e/ou institucionalização do movimento.

Fonte: GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, p. 439-455, 2008.

A organização dentro dos movimentos sociais, se torna de extrema importância na reivindicação de suas pautas e demandas, bem como na própria organização interna do movimento. É a partir dessa organização que as ações são realizadas, elas não acontecem de forma solta na realidade, elas são discutidas e articuladas entre os integrantes do movimento.

Para Gohn (2014), os movimentos geram solidariedade e coesão, impulsionam os cidadãos, sem visar lucro. Mobilizam ideias, gerando saberes e aprendizados coletivos; enquanto isso, a maioria das chamadas ações cívicas são organizadas de cima para baixo, permanecem autocentradas e autorreferenciadas, limitando-se ao desempenho de uma estratégia de sobrevivência ou uma ação cultural, sem desenvolver, na maioria das vezes, potencial para autonomia e auto desenvolvimento das ações.

Os movimentos sociais, são espaços não institucionalizados, são ações coletivas fora da esfera estabelecida pelas instituições. Assim, caso se institucionalize, o movimento passa a caracterizar-se em outro formato, como uma Organização Não Governamental (ONG), por exemplo (Gohn, 2008).

A não institucionalização permite que os movimentos atuem com certa autonomia, principalmente em relação à proteção às ações e estratégias de luta, que são diariamente criminalizadas pela classe dominante conservadora, especialmente nos momentos de embate, como no caso das ocupações de terra, vivenciadas pelo MST, por exemplo (Siqueira, 2017).

Atualmente, os movimentos sociais atuam e criam conexões por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Para Gohn (2014)

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam (Gohn, 2014, p. 336).

Os movimentos fazem leituras e análises sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão dos grupos subalternos e lutam pela inclusão social. Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que não eram incluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo (Gohn, 2014).

Para Gohn (2014), os principais atores que protagonizam as ações coletivas na sociedade civil, são as redes associativas e de mobilização, estruturadas em movimentos sociais, em ONGs, em associações de bairro e em associações comunitárias, as entidades assistenciais, as organizações criadas por empresas a partir de políticas de responsabilidade social ou civil, as organizações populares que atuam junto de mediadores como as entidades articuladoras e fóruns, e os diversos conselhos de gestão pública compartilhada existente.

Gohn (2014) categoriza os atores coletivos em quatro sujeitos sociopolíticos, que se articulam nas redes:

- a) Os movimentos sociais, considerados como categorias empíricas ou como categoria conceitual.
- b) As ONGs, entidades assistenciais e entidades do mundo empresarial articuladas pelo Terceiro Setor.
- c) Os fóruns, plenárias e articulações nacionais e transnacionais.
- d) Conselhos gestores de projetos, programas ou políticas sociais.

A autora ainda agrupa esse conjunto de sujeitos em três grandes blocos: o dos movimentos sociais propriamente ditos, o das redes de mobilizações compostas por associações de várias naturezas e os conselhos institucionalizados que atuam na esfera pública estatal (Gohn, 2014).

A autora Ilse Scherer-Warren também discute os movimentos sociais através da abordagem das *redes sociais*, essa perspectiva começou a ter destaque na literatura brasileira apenas nas últimas décadas do século XX, na sociologia e nas ciências sociais, utilizada também nos discursos políticos dos próprios movimentos. Buscando retratar novas formas de organização da sociedade civil, a autora observou que tanto na prática quanto na teoria ocorria uma transição de valorização política, ideológica e interpretativa das organizações de base, rumo ao desenvolvimento de um discurso sobre a relevância política das articulações, intercâmbios e formação de redes temáticas e organizacionais mais amplas (Scherer-Warren, 2013).

Sobre essa nova abordagem dos movimentos sociais a partir das redes, Acioli (2007) afirma que há três usos para a categoria redes sociais: o *metafórico*, o *analítico* e o *tecnológico*. O *metafórico* está voltado a filosofia de rede ou a uma aproximação conceitual, sendo uma analítica, centrada na metodologia de análise de redes e outra tecnológica, com a preocupação nas redes de conexões, para as possibilidades que se colocam em relação às interações possíveis na sociedade através de redes eletrônicas, de informações, interorganizacionais (Acioli, 2007).

A abordagem metafórica, ligada a estudos antropológicos traz que a metáfora das redes é a de indivíduos em sociedade, conectados e ligados por laços sociais, laços esses que podem ser reforçados ou entrarem em conflito (Acioli, 2007).

Na abordagem *analítica*, Acioli (2007) recorre a Scherer-Warren (1993, p.10) afirmando que “a análise em termos de redes de movimentos sociais implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo”. Por fim, a abordagem *tecnológica* de Acioli (2007), é uma das mais discutidas e nesse campo inclui o núcleo de tecnologias da informação (redes de informações, de conexões, de temáticas ou interorganizacionais), que se tornaram instrumentos de conexão para as redes e os movimentos.

Scherer-Warren (2013) ainda acrescenta, que para a análise dos movimentos sociais em rede, a sociologia em uma perspectiva mais interdisciplinar, pode se utilizar de pelo menos uma triple dimensão analítica, sendo ela:

A *espacialidade*: com territórios de vários tipos, virtuais e presenciais e as conexões entre ambas. Ou ainda, em relações sociais mediadas por computadores, os conflitos e processos se difundem facilmente, alcançado o cotidiano e conquistando as pessoas. Isso permite a visibilidade de atores coletivos e a construção de ideais e propostas.

A *temporalidade*: com comunicação em tempo real, permitindo a conexão e o diálogo de tempos sociais distintos, com resgate de elementos culturais tradicionais, facilitando uma releitura associada a críticas pós ou anticoloniais ou anti teorias da modernidade.

A *sociabilidade*: através das redes, especialmente as de caráter político, possibilita conectar vários tipos de relações e vínculos sociais. Do ponto de vista dos movimentos sociais, a organização em redes permite a reafirmação de formas de sociabilidade históricas e de criação de novas formas de sociabilidade trans identitárias.

Gohn incluiu a temática das redes em suas considerações analíticas sobre os movimentos sociais: “*Rede e mobilização social* são duas categorias de destaque que compõem o novo dicionário sociopolítico. Elas têm sido utilizadas pelos analistas, por lideranças dos movimentos sociais e pelos formuladores das políticas” (Gohn, 2014, p. 452).

No Brasil, a partir dos anos 90, houve uma tendência dos grupos sociais organizados se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes, de um lado

isso, imperou modismo e do outro lado, era uma exigência para sobrevivência desses grupos. Conforme foi se alterando o cenário da questão social, novos atores entram em cena, como as ONGS e as entidades do Terceiro Setor, as políticas sociais públicas passaram a ganhar destaque na organização dos grupos sociais, gerando inúmeros projetos sociais de intervenção direta na realidade social (Gohn, 2008).

Com a sociedade civil organizada, ela passou a ser orientada por outros eixos, focada menos nos pressupostos ideológicos e políticos, e mais nos vínculos sociais comunitários organizados segundo critérios de cor, raça, idade, gênero, habilidades e capacidades humanas. Dessas articulações surgem as redes sociais e temáticas (gênero, faixas etárias, questões ecológicas e socioambientais, étnicas, raciais, religiosas), os fóruns, as câmaras etc (Gohn, 2008).

A rede social possui um enraizamento maior com as comunidades locais. Já a rede temática tem poder de articulação que ultrapassa o nível local, atuando até a um nível global. As redes sociais são importantes porque nos indicam os vínculos e as alianças existentes nas redes temáticas. Os antigos e novos movimentos sociais, assim como as ONGs, utilizam-se das redes de diferentes formas (Gohn, 2008).

Rede é uma categoria muito utilizada na atualidade, com diferentes sentidos e segundo Gohn:

Ela é importante na análise das relações sociais de um dado território ou comunidade de significados porque permite a leitura e a tradução da diversidade sociocultural e política existentes nessas relações. Sem cair em visões totalizadoras da unicidade, ela tem certa permanência e realiza a articulação da multiplicidade do diverso, tanto em períodos de fortes fluxos das demandas como nos de refluxos (Gohn, 2014, p.34).

O uso de redes sociais nas ciências sociais é antigo, nos últimos tempos, ela passou a ser utilizada como instrumento de análise e articulação de políticas sociais ou como redes de mobilizações e movimentos sociais na sociologia. Na Geografia, há várias décadas, utilizava os conceitos de redes urbanas nas cidades. Atualmente, o conceito de território foi atualizado, passando a ser utilizado para falar de redes territoriais que transpõem as fronteiras da nação. Território passa a se articular à questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado, e, de outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia (Gohn, 2008).

Para Barnes (1987) rede é o conjunto das relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos, num dado campo social, que se caracteriza por realizarem uma série de atividades, eventos, atitudes, registros orais e escritos etc.

Cohen (2003) enfatiza a importância do formato das redes para caracterizar o seu potencial. Ela estabelece níveis na análise deste formato, classificando-as em: organizacional, narrativas, doutrinal, tecnológica e social. Defendendo a importância dos vínculos sociais e pessoais nas redes para este reconhecimento, assim como a importância das estratégias e métodos utilizados e seus princípios e doutrinas, a sua história e os meios de comunicação que utiliza.

Assim, percebe-se que há muitas matrizes teóricas que sustentam a ideia de rede. As categorias de análise são similares, mas assumem sentidos diversos conforme a teoria ou paradigma que as articulam. Gohn (2008), elenca os principais sentidos na qual a categoria aparece: circulação, fluxo, troca, intercâmbio de informações, compartilhamento, intensidade, extensão, colaboração, aprendizagem, inovações, diversidade de articulação, pluralismo organizacional, ação direta, institucionalidade, atuação campos cultural e político, descentralização, horizontalidade organizativa, flexibilidade, maior agilidade.

O autor Machado (2007), afirma que o surgimento de novas formas de organização e articulação de indivíduos e coletivos em rede, eram impossíveis de ocorrer, com tal forma e alcance, há alguns anos atrás. A matéria prima dessa nova forma de organização é a informação gerada e eficazmente distribuída. Isso faz com que se tenha uma ampliação da capacidade de produzir, reproduzir, compartilhar, expressar e difundir fatos, ideias, valores, visões de mundo e experiências individuais e coletivas em torno de interesses, identidades e crenças e em um espaço muito curto de tempo.

A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes. Agrupando organizações de diferentes portes e universos culturais, linguísticos e identitários diversos, com base na infraestrutura da rede mundial, elas conseguem agregar o descontentamento, para gerar amplas e complexas sinergias em ações globais. Em suma, a rede é um espaço público que possibilita novos caminhos para

interação política, social e econômica. Principalmente pelo fato de que nela qualquer cidadão pode assumir, ao mesmo tempo, uma variedade enorme de papéis [...] (Machado, 2007, p. 269).

Segundo Gohn (2014), as redes nos movimentos sociais são formas de organização e articulação que permitem a conexão e a interação entre diferentes atores sociais, grupos e organizações que compartilham interesses e objetivos comuns. Essas redes não são necessariamente estruturas rígidas e hierárquicas, mas sim, sistemas flexíveis e dinâmicos de relações horizontais.

No contexto dos movimentos sociais, as redes podem ser compostas por diversas entidades, como organizações não governamentais, sindicatos, coletivos, associações comunitárias, grupos ativistas, entre outros. A participação em redes permite que esses atores se unam para promover ações coletivas, trocar experiências, compartilhar conhecimentos e recursos, além de ampliar o alcance e a efetividade de suas demandas, reivindicações e protestos.

Gohn (2008), destaca que as redes nos movimentos sociais têm sido impulsionadas, em grande parte, pelo avanço das tecnologias da informação e da comunicação, que facilitam a comunicação rápida e a organização descentralizada. Essas redes podem se manifestar tanto no âmbito local quanto no nacional e internacional, e seu fortalecimento é crucial para o desenvolvimento de ações coletivas mais amplas e articuladas em busca de mudanças sociais e políticas.

A ênfase nas redes nos movimentos sociais representa uma abordagem mais horizontal e colaborativa, favorecendo a mobilização e a cooperação entre diferentes atores e segmentos da sociedade que compartilham objetivos comuns. Essa perspectiva ressalta a importância da solidariedade, da troca de experiências e da construção coletiva como elementos fundamentais para a efetividade e a sustentabilidade das lutas sociais.

Os movimentos sociais e as redes desempenham papéis significativos como possibilidades de superação das classes subalternas em diferentes contextos sociais e políticos. Essas abordagens oferecem meios pelos quais grupos marginalizados e subalternos podem buscar a transformação social, reivindicar seus direitos e alcançar maior visibilidade e influência, dando visibilidade a novos projetos societários.

Destacam-se algumas maneiras pelas quais os movimentos sociais e as redes podem contribuir para a superação das classes subalternas: A partir da visibilidade e representatividade, os movimentos sociais proporcionam uma plataforma para que as classes subalternas expressem suas vozes e reivindicações; Ao se organizarem e se unirem em torno de uma causa comum, esses grupos podem chamar a atenção para suas questões e experiências, aumentando sua visibilidade na esfera pública e política. As redes permitem que essas vozes sejam amplificadas e compartilhadas, alcançando audiências mais amplas e, assim, construindo uma representatividade mais robusta. Além disso, os movimentos sociais e as redes muitas vezes desafiam as estruturas de poder existentes que perpetuam a marginalização das classes subalternas. Ao questionar normas, valores e instituições, essas abordagens podem contribuir para uma mudança cultural e social mais ampla, influenciando a agenda política e pressionando por mudanças legislativas e políticas que atendam às suas necessidades.

A partir da compreensão dos conceitos de movimentos sociais e de rede, o próximo tópico trará a história de criação e de desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com sua luta pela reforma agrária e pela soberania popular.

2.2 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E O NASCIMENTO DO MOVIMENTO SOCIAL RURAL MST

As disputas entre dominados e dominadores, sobretudo por uso e posse das terras, começaram quando os europeus desembarcaram no Brasil, viajando para comprar produtos na Índia, se deparando com essas terras e percebendo que era uma terra com valiosas fontes de recursos naturais, que para eles não tinham donos (Stédile, 2011).

No início, a Coroa Portuguesa acreditava que o território era uma ilha, mas percebendo seu engano se manteve preocupada e ocupada com a apropriação e o domínio dessas terras. Decidiu por fazer concessões aos nobres portugueses, a fim de explorar as terras e estes pagar a Coroa em forma de impostos. Estes titulares receberam, com isso, poderes e regalias para investirem no desenvolvimento e apropriação desse território (Prado Júnior, 2014).

As chamadas Capitanias Hereditárias, como ficaram conhecidas as imensidões de terras concedidas, eram na verdade, a divisão da costa brasileira em doze faixas lineares, com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas, objetivando estender o domínio de Portugal, enquanto isso, o interior brasileiro continuava completamente desconhecido até então (Prado Junior, 2004).

Os habitantes que já estavam no Brasil, não conheciam a propriedade privada e segundo Ribeiro (2014), eram cerca de cinco milhões de pessoas, divididos em mais de trezentos grupos tribais, praticando a caça e a coleta de alimentos, viajavam e eram nômades.

A tática usada pelos portugueses era a de cooptar os líderes indígenas, convencendo-os a ceder e se juntar aos brancos, e estes se encarregavam de trazer seus companheiros da tribo, isso era feito visando atender a demanda da exploração da nova terra, que precisava de mão de obra, como também da aceitação da dominação portuguesa (Stédile, 2011).

Porém, os indígenas não estavam acostumados com o regime de trabalho escravo e tinham diferentes formas de protesto e diferentes meios para resistir, como por exemplo, muitos se deitavam em redes e lá permaneciam até a morte (Ribeiro, 2014).

Como solução para a demanda de mais mão-de-obra, sobretudo a especializada, os europeus partiram rumo à África para comprar trabalhadores para explorar as terras brasileiras, como escravos. Os africanos chegaram aos milhares, chegando a seis milhões até 1850 (Ribeiro, 2014).

Segundo Stédile (2011), todas as atividades produtivas e extrativistas exercidas pelos europeus visavam lucro e tudo era enviado para a Coroa. Primeiro com a extração de madeiras, depois do ouro, para em seguida começarem a transformar outros bens materiais também em mercadorias, como o ferro, a prata e outros minérios. Mas, percebendo o potencial de produção agrícola das terras, resolveram investir em produtos agrícolas tropicais, para atender a demanda da Europa. Assim, começaram a cultivar cana-de açúcar, algodão, café, pimenta do reino, gado bovino, entre outros produtos. E aproveitaram algumas plantas nativas como o cacau e o tabaco.

Esse cultivo foi intensificado e se estendeu por grande parte da costa brasileira. Estava inserido dentro de uma lógica baseada na monocultura, ocupando grandes extensões de terra para exportação, utilizando mão de obra escrava. Fazendo surgir o que foi denominado posteriormente pelos historiadores e sociólogos de modelo agroexportador, organizado em unidades de produção—chamadas de plantation² (Prado Junior, 2004).

Com as pressões que a Coroa Portuguesa vinha sofrendo, pela substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, que no momento era uma urgência do capitalismo, ficou insustentável manter o regime da escravidão, abolição que ocorreria em 1888. É nesse contexto, que em 1950, a Lei nº 601, criada por Dom Pedro II, também chamada de Lei de Terras, ficou conhecida como um dos mecanismos utilizados pelas elites nacionais daquela época para manter os elementos de domínio e poder. Considerada por muitos um marco na história da apropriação privada da terra no Brasil. Essa lei foi implementada no sentido de coibir a posse aos homens/mulheres que se tornavam livres e, com medo que estes trabalhadores, ainda escravos, depois de libertos pudessem tomar posse de parcelas de terras, sem passar pela mediação do mercado. Criaram, portanto, a Lei de Terras para impedir que houvesse apropriação de terras pelos escravos, proporcionando por outro lado, fundamento jurídico para a mercantilização da terra: a partir de agora somente seria possível adquirir terras por meio da compra. Até então algo novo na história do Brasil (Stédile, 2011).

Essa Lei, garantiu mais recursos para a Coroa com a venda da terra, e impediu que os trabalhadores escravizados, despossuídos de bens, pudessem se tornar camponeses, donos de um pequeno pedaço de terra, muito pelo contrário, deveriam continuar trabalhando como assalariados para os fazendeiros, outrora seus senhores.

Para substituir a mão de obra escrava, os colonizadores articularam uma campanha de propagação das terras brasileiras, na Europa. Com a promessa de terra fértil e barata, vieram para o Brasil cerca de 1,6 milhões de camponeses europeus, no período de 1875 a 1914, sobretudo da Itália, Alemanha e Espanha (Stédile, 2011).

Segundo Stédile (2011), uma parte desses camponeses teve como destino a região Sul do Brasil, recebendo entre 25 a 50 hectares de terra, com o objetivo de

² Para Prado Júnior (2004), a denominação plantation é uma palavra de origem inglesa, usada para resumir o funcionamento do modelo utilizado nas colônias (Prado Júnior, 2004, p. 166)

pagá-las depois, obrigando-os a integrarem-se rapidamente ao mercado. A outra parte foi trabalhar nas fazendas de café nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e parte do Espírito Santo. Essa migração de camponeses europeus serviu para o surgimento e fortalecimento do campesinato brasileiro.

O campesinato brasileiro, segundo Stédile (2011), nasceu nesse período de crise da produção cafeeira. Para ele, há duas vertentes para esse surgimento, uma delas é exatamente a chegada ao Brasil dos camponeses europeus. A outra vertente é a população composta por camponeses mestiços (originados da mistura diversa entre índios, negros e brancos), durante quase 400 anos, que não eram escravizados, e, portanto, adentraram no interior do país ocupando o território e desenvolvendo a agricultura de subsistência, já que as terras da região litorânea estavam ocupadas com as grandes fazendas dedicadas à exportação.

Foi nesse longo período que apareceram as primeiras manifestações contrárias ao domínio exacerbado do uso e posse das terras, bem como contestações dos abusos exercidos pela Coroa (Morissawa, 2001).

Os indígenas lutaram desde a época do descobrimento e lutam até hoje para não perder suas terras. Os negros lutaram na época da Colônia para ter seu pedaço de chão e deixar de ser escravos. Fugiam e formavam os quilombos. Além desses sujeitos, os mestiços e brancos pobres e livres, que constituíam em grande parte os que ocupavam terras às margens dos latifúndios ou entrando para matas não habitadas (posteriormente chamados de camponeses) passaram situações semelhantes de necessariamente estabelecer processos de resistências para continuarem cultivando suas terras e produzindo seus meios de vida, à revelia da atenção do Estado brasileiro (Oliveira, 2014).

Assim, ressaltamos que em toda a história do Brasil desde a colonização, as relações entre os sujeitos trabalhadores do campo e os patrões assumiram formas que herdaram elementos diversos vindos da Europa, África e dos indígenas, apesar da predominância europeia da imposição do seu modelo de produção agro exportadora no Brasil. Em todas essas relações, a imposição/coerção com o intuito de dominar e sobrepor aos trabalhadores nessas relações de trabalho foi elemento chave para a perpetuação desse modelo até os dias atuais (Oliveira, 2014).

A luta das classes subalternas pela terra, muda sua face no século XX, com a evolução da produção agrária, seguida da crise do café, que atingiu seu ápice em 1929, com a queda da bolsa de valores de New York, fazendo com que a produção dos cafeicultores brasileiros fosse perdida. Os donos das indústrias foram os grandes beneficiados nesse momento, se tornando a nova classe hegemônica (Stédile, 2011).

Apoiado pela nova classe hegemônica, Getúlio Vargas chega à presidência e o processo de industrialização e urbanização é acelerado, as pautas do homem do campo ficam invisibilizadas, fortalecendo sua proletarização e subalternização. O ápice dessa expropriação aconteceu na década de 50, os poucos produtores que conseguiram se manter com a pequena agricultura, viviam subalternos por não se enquadrarem no rol de interesses das políticas agrárias e de expansão, ficando entre os conflitos em decorrência do latifúndio (Moreira, 2000).

No âmbito político, segundo Ribeiro (2014), surge um novo quadro apontado para o campo brasileiro, em 1935, com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), criando uma frente popular, que ficou conhecida como Aliança Nacional Libertadora (ANL). O objetivo dessa frente era organizar trabalhadores urbanos e rurais sob as bandeiras da Reforma Agrária, a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização de empresas e a defesa das liberdades individuais (Morissawa, 2001).

Com a organização dos camponeses apoiados pelo PCB, em 1945, surgem as primeiras Ligas Camponesas no Brasil, primeiro movimento social de caráter nacional, que ganhou grande adesão tanto dos trabalhadores rurais quanto dos urbanos, até 1964 o movimento já contava com 70 a 80 mil pessoas. Porém, com o golpe militar, no mesmo ano, as ligas são completamente reprimidas e desarticuladas, passando a atuar clandestinamente até serem consideradas praticamente extintas.

O PCB, também criou, em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB), com o objetivo de coordenar as associações camponesas. Com grande potencial de mobilizar trabalhadores, esses movimentos rurais representaram significativa inovação na apresentação coletiva das demandas desta categoria junto aos governantes. O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) criado no Rio Grande do Sul em 1960 ficou conhecido por suas diversas ações, que viriam a inspirar as lutas do MST na década de 80 e 90 (Morissawa, 2001).

A ideia de uma reforma agrária ficou completamente esquecida durante os vinte anos de ditadura militar. Apenas no período de transição democrática, pós golpe, na década de 80, que o governo federal elaborou o Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), instrumento definidor da política de implementação da reforma agrária no país. Após sucessivas versões e diversas reuniões, a proposta do PNRA transformou-se em plano oficial de governo através do Decreto nº 91.766 de 10/10/85 (Graziano Neto, 1989).

O PNRA foi inviabilizado pelo Estado e pelos latifundiários e na Constituição Federal de 1988, sua proposta completa foi barrada, tendo apenas alguns pontos levados em consideração.

Foi nesse campo de conflitos e lutas, que nasce a gênese do MST, determinada por vários fatores. O principal fator é o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970. Nessa década, houve um processo de desenvolvimento que José Graziano da Silva denominou de “modernização dolorosa”³. Foi o período mais rápido e mais intenso da mecanização da lavoura brasileira (Stédile; Fernandes, 1999).

No sul do país, considerado o berço do MST, a raiz desse fenômeno foi a introdução da soja, com uma lavoura casada com o trigo, que agilizou a mecanização da agricultura, no Rio Grande do Sul e no Paraná, com o café. A mecanização da lavoura e a introdução de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais naquela década (Morissawa, 2001).

Para Caldart (2004), o surgimento do MST se deu pela soma de três fatores: a condição socioeconômica das famílias trabalhadoras rurais; um conjunto de elementos socioculturais e políticos que fez aumentar a reação dos trabalhadores frente a sua situação objetiva; e, a expansão nacional das lutas, fazendo crescer a possibilidade de uma articulação nacional.

Destaca-se, também, a influência religiosa na luta pela terra, com a criação das Comunidades Eclesiais Base (CEBs), criadas no início da década de 1960, que se

³ A modernização dolorosa trata-se da análise do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira nos anos 70, que modernizou as tecnologias, mas manteve a concentração da propriedade e a exclusão social (Silva, 1982).

tornaram, na primeira metade da década de 1970, um importante foco de resistência à ditadura militar e um dos poucos lugares sociais que os trabalhadores encontravam condições para se organizar e lutar contra as injustiças e pelos seus direitos, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que surgiu em 1975 e passou a contribuir com a organização e a luta dos camponeses, identificando os casos de violência nas regiões Norte e Centro Oeste do Brasil (Caldart, 1996).

Partindo dos dados obtidos pelo site oficial do MST (2023), o movimento nasce da discussão dos movimentos de luta pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, particularmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua elaboração no período de 1979 a 1984, e foi estabelecido formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná. No Encontro centenas de trabalhadores rurais determinaram a fundação de um movimento social camponês, que lutasse pela Reforma Agrária.

O encontro contou com a participação de 92 pessoas, entre líderes sem-terra, sindicalistas e entidades. Estiveram presentes trabalhadores dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e do então Território de Roraima.

No Encontro definiram como seria a atuação política do MST, e a elaboração dos objetivos gerais que iriam balizar as ações, identificando o Movimento como forma de organização dos trabalhadores sem-terra. Nesse processo, esboçaram os primeiros objetivos gerais pelos quais os sem-terra lutariam: 1) Lutar pela reforma agrária; 2) Lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo; 3) Integrar à categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc.; 4) A terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver.

Outros objetivos, mais específicos, foram estabelecidos para o desenvolvimento do Movimento: Realizar encontros para trocas de experiências; Envolver os sindicatos nas lutas; Articular as lutas do campo com as da cidade; Solidarizar-se com a lutas dos índios e sensibilizar a opinião pública para os direitos fundamentais do povo do campo. Também definiram as terras prioritárias para ocupação: todos os latifúndios e as terras devolutas (Fernandes, 1999).

Dessa forma, compreende-se que desde sua gênese o MST se preocupou com questões que iam para além da simples luta pela terra, já se afirmando como um movimento social que lutaria sociedade justa e fraterna em uma luta contra o capitalismo.

Para a ampliação e desenvolvimento do Movimento, foi estabelecido que os sem-terra organizados se deslocariam para os municípios onde ainda não havia a organização do Movimento, espacializando a luta e continuando a articulação regional. Para a espacialização da luta era fundamental desenvolver os seguintes trabalhos: Procurar o apoio de Igrejas e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Realizar reuniões com as famílias em suas casas, nas comunidades; Formar grupos de sem-terra; Realizar assembleias; Escolher líderes; Estudar as leis e as situações dos sem-terra (Fernandes, 1999).

Com esses objetivos traçados, o caminho construído foi o da intensificação da luta pela terra, principalmente, por meio da ocupação. Com o aumento das lutas, seria necessário organizar comissões municipais, regionais e estaduais, desenvolvendo as atividades inerentes da luta para dar forma ao Movimento. Os estados mais bem organizados deveriam ajudar na formação do MST em outros estados. Os sem-terra decidiram que a forma de tratamento com os governos seria de acordo com os compromissos assumidos com a luta popular. Decidiram pela autonomia política do Movimento, recusando propostas que significasse controle e manipulação das lutas (Fernandes, 1999).

O Movimento foi assim se construindo, com lutas massivas, tendo a participação das famílias e a religiosidade popular como elementos aglutinadores. Esse *caráter popular* em sua organização diferencia o Movimento de outras instituições políticas, pois nele participam mulheres, crianças, homens, jovens e idosos. O Movimento acredita nessa participação popular, pois, as famílias criam espaços de participação, em uma dimensão em que a luta pela terra requer e envolve a todos. Na constituição do MST, foi-se aprendendo que a luta não era só pela terra, era uma luta permanente pela dignidade e pela vida. Também perceberam que nesse ponto reside toda a sua força política. A participação das mulheres e das crianças no enfrentamento com a polícia demonstra que a luta é de vida e de morte. À medida que todos se

incluem no Movimento, os camponeses tornam-se uma potencialidade de poder político de luta e resistência (Fernandes, 1999).

Na formação do Movimento acrescentou-se também um componente corporativo, no sentido associativo. Esse componente se faz presente, pois após a conquista da terra, os sem-terra precisam assumir um conjunto de lutas específicas, como por exemplo: crédito agrícola, estradas, energia elétrica, preço mínimo etc., que são lutas que interessam diretamente àquela comunidade. Esse caráter foi incorporado com o objetivo de desenvolvimento do Movimento. Pois, para o MST, a conquista da terra não é o fim da luta, é sempre um ponto de partida. Perder o vínculo com a organização dos trabalhadores é cair no isolamento. É a organização que abre caminho para o avanço da luta. O *caráter popular* e o *componente corporativo* dimensionaram o MST, qualificando a luta e dando um passo importante na construção da história da organização camponesa (Fernandes, 1999).

Por fim, e não menos importante é o *caráter político*. O político aqui possui o sentido da pluralidade e da coerência, porque é a política que sustenta a convivência na diversidade. E a diversidade é a marca principal do MST, considerado ele um movimento popular. Em suas práticas de luta e nos espaços de socialização política, os camponeses sem-terra foram percebendo que a luta pela terra e a pela reforma agrária só se desenvolvem se forem feitas no contexto da luta de classes. Foi essa consciência política que determinou a forma de organização como movimento. Romperam com a estrutura na construção de um processo contínuo de transformação. Para garantir essa forma é preciso ter a autonomia política como essência (Fernandes, 1999).

Segundo Fernandes (2000), esse conteúdo político foi determinando sua forma de organização. Desse modo, os princípios organizativos obedecem a lógica da forma em movimento, em que prevalece a ideia de processo participativo nas ações. Assim, os sem-terra nunca tiveram um presidente. A sua forma de organização é composta por uma direção coletiva, não existindo cargo de presidente, tesoureiro, secretário etc. Esse tipo de estrutura facilitaria a repressão, seja do Estado ou dos latifundiários. Por essa razão, as instâncias de poder são compostas por coletivos, nunca por cargos individuais.

A estrutura organizativa do MST foi se definindo ao longo dos seus 30 anos. Atualmente, o Movimento está organizado em 24 estados do Brasil. Em linhas gerais, a estrutura do MST é composta, em ordem de importância, da seguinte maneira: Coordenação Nacional, Direção Nacional, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenações Regionais, Brigadas e Coordenações dos Assentamentos e Acampamentos. A eleição em uma instância “superior” depende dos delegados da instância “inferior”, com o desafio de não reproduzir uma estrutura burocrática criticada pelo próprio movimento (MST, 2023).

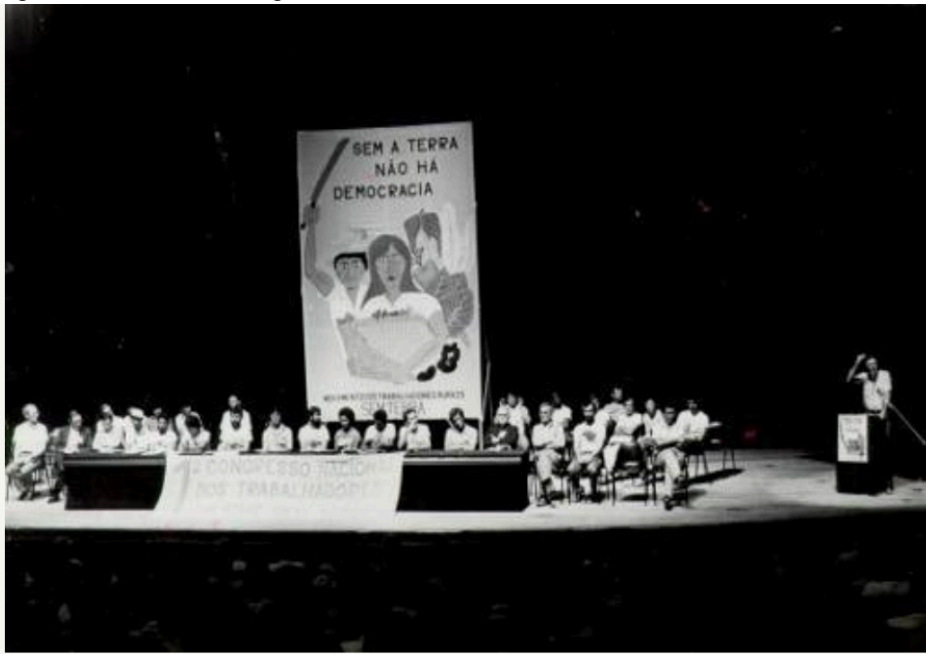
O MST está organizado a partir de comissões de frente que programam suas propostas e ações. Cada comissão é responsável pela execução de ações concernentes à sua característica, e que são chamados de Setores, os Setores são: Setores de Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos, Finanças, Produção, Cooperação, Meio Ambiente e Frente de Massas. As necessidades das famílias são atendidas de acordo com o Setor à que a demanda está diretamente relacionada, conforme as condições desta comissão (MST, 2023).

Todo esse processo que levou à constituição do MST representou, sem dúvida, um amadurecimento político – ideológico. Construíram um movimento de trabalhadores rurais com autonomia e heteronomia. Ou melhor, autonomia porque a direção política do Movimento não está subordinada a outras instituições, e heteronomia porque na luta pela reforma agrária, envolveram outras organizações políticas, como sindicatos, igrejas e partidos. Nesse ponto, vale lembrar que a luta pela reforma agrária é um dos problemas políticos de que estas instituições se ocupam. Defendem a realização da reforma agrária, mas não são os sujeitos realizadores dessa luta. Elas participam da luta apoiando os camponeses, por meio de alianças, porque quem faz a luta são os trabalhadores sem-terra. Essa forma de organização tem a eficácia de permitir que essas organizações políticas perpassem o Movimento. Dessa forma, resgatou a noção de luta pela reforma agrária por meio de ocupações massivas de enfrentamento. Recuperou, assim, as origens dos movimentos de trabalhadores que sempre compreenderam que as conquistas e a correlação de forças só se alteram com a participação do povo (Fernandes, 2000, p. 78).

Com o objetivo de ampliar o Movimento em território nacional, o MST realizou, nos 29 a 31 de janeiro de 1985, em Curitiba, o Primeiro Congresso (Figura 1), contando com o apoio e a participação da CPT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com cerca de 1.500 participantes de 23 estados do país (Fernandes, 2000). No Congresso, foram firmados os objetivos estabelecidos no Primeiro Encontro Nacional: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem

explorados e sem exploradores (Caldart, 1996). O Congresso é considerado um marco histórico do MST, pois, foi a partir dele que o Movimento teve convicção que teriam que partir para as ocupações, construindo os lemas “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a única solução”.

Figura 1 - Primeiro Congresso Nacional do MST em Curitiba



Fonte: site do MST (2023).

Durante o ano de 1985, o MST mobilizou 11.655 famílias, acampadas em 11 estados. Entre agosto e setembro de 1989, um ano depois da Constituição Federal, o Movimento realizou 33 ocupações, em 13 estados brasileiros, com 9.133 famílias, aproximadamente 50 mil pessoas. Essa ação do MST foi uma resposta ao desinteresse do Estado em atender os objetivos do PNRA e ao fracasso da reforma agrária na constituinte (Morissawa, 2001).

Assim, as ocupações de terra, se tornaram o principal instrumento do MST na luta pela terra, pois, é através dela que a luta se especializa (Roos, 2011). Para Fernandes (2000), as ocupações se constroem a partir do levantamento estratégico de possibilidades, de articulação política e social do território. É através das ocupações e dos acampamentos, em que se ataca a estrutura dos latifúndios na disputa de hegemonia no meio rural.

No período de 1985 a 1990, o MST se territorializou nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e em parte da região amazônica. A Territorialização significa desenvolver um processo de luta pela conquista da terra, por meio da ocupação das propriedades que não estão cumprindo com a sua função social. Ao realizarem a ocupação e estabelecerem o acampamento, as famílias criam uma determinada conjuntura política que será modificada por meio de negociações envolvendo sem-terra, latifundiário e governo, entre outras organizações que apoiam a reforma agrária (Fernandes, 2000).

A negociação política é um campo de forças e interesses. De um lado os latifundiários, que se utilizam da contratação de pistoleiros e pedidos de liminares de reintegração de posse. Por outro lado, os sem-terra que resistem à reintegração e enfrentam os pistoleiros. Fazem marchas até as cidades, realizam manifestações e ocupam prédios públicos, como formas de pressionar o governo na tentativa de uma solução para o conflito. Nesse contexto, os governos federais e estaduais procuram uma resposta para a questão agrária, por meio da desapropriação ou compra da área ocupada. Em outras vezes, as famílias são despejadas violentamente pela polícia e ocupam outro latifúndio, podendo serem despejadas novamente. Os sem-terra ocupam e reocupam a terra até conquistarem o assentamento (Fernandes, 2000).

Desse modo acontece a territorialização da luta pela terra. Cada assentamento conquistado é uma fração do território, onde os sem-terra vão construir uma nova comunidade. A Luta pela terra leva a territorialização porque com a conquista de um assentamento abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. Assim, a cada assentamento conquistado, o MST se territorializa. E é exatamente isto que diferencia o MST de outros movimentos sociais e o torna um movimento sócio-territorial. Quando a luta acaba na conquista da terra, não existe territorialização. É o que acontece com os movimentos sociais isolados que são criados em diversos estados brasileiros. Os sem-terra organizados no MST, ao conquistarem a terra vislumbram uma nova conquista. Assim, também dimensionam a luta pela terra em luta pela educação, saúde, moradia, crédito agrícola, cooperação agropecuária etc (Fernandes, 2000, p. 33).

O acampamento é um momento de passagem, transitório, do sujeito excluído e subalternizado para a construção de sua nova condição, de ser sem-terra, vivenciando o estilo de vida coletivo. Os assentamentos são o próximo passo de conquista pela terra, conforme explicita o quadro 3.

Quadro 3 - Comparativo entre acampamento e assentamento

Aspectos	Acampamentos	Assentamentos
Território	Provisório e indefinido.	Fixo e determinado (Com espaços individuais e coletivos).
Atividades produtivas	São escassas, compreendendo a manutenção do acampamento e ocasionais serviços assalariados para terceiros.	Constantes, baseadas na posse da terra e no desenvolvimento da agricultura, com obtenção de renda.
Sociabilidade	Calcada na “economia de guerra”, solidariedade entrecortada pela prevalência das garantias individuais.	Semelhante aos bairros rurais, ainda que em processo de consolidação.
Relação com o MST	Dependência absoluta, tanto para a sobrevivência quanto para a obtenção de terras.	Independência relativa, variando de acordo com o grau de controle que o Movimento exerce sobre a atividade produtiva e suas formas de organização.
Condição jurídica	Illegal.	Legal.

Fonte: TURATTI, Maria Cecília Manzoli; QUEIRÓZ, Renato da Silva. Os filhos da lona preta: notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo. 1999.

A organização política dos acampamentos acaba tendo reflexos na formação dos assentamentos, esses reflexos podem ser nas formas de gerir a produção, nas possibilidades de acesso à infraestrutura e nas as formas de uso e apropriação do espaço social, esses fatores podem gerar inúmeros conflitos entre os atores sociais heterogêneos. Contudo, os conflitos que ocorrem durante o período do acampamento são de extrema importância para a dinâmica dos assentamentos (Belo, 2012).

Os assentamentos, conforme aponta Gaviria (2004), são formados por diversos atores sociais com agendas políticas distintas, o que implica na construção de diferentes representações do espaço rural e de como esse espaço é utilizado. Entre os atores envolvidos na existência dos assentamentos, estão o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os movimentos sociais de luta pela terra e os assentados. Para Gaviria, o conflito emerge no interior destas representações e nas configurações sobre os usos do espaço, na medida em que os atores em conflito assumem posições diferentes em relação ao uso do espaço.

Neste sentido, ao constituir um assentamento os sem-terra constroem uma nova concepção de espaço, criando assim uma nova identidade cultural, processos de

organização, produção, lazer, e novas relações com o mundo. Dessa forma, é importante olhar para o assentamento como um movimento sociocultural que se institucionaliza durante o processo de constituição de sua própria identidade (Beledelli; Medeiros, 2005).

Em 1990, aconteceu o Segundo Congresso Nacional do MST (Figura 2), em Brasília, com a presença de cinco mil pessoas de 19 estados brasileiros, que o MST já estava organizado. Naquele período a repressão às lutas sociais no campo estavam extremamente fortes, e o não avanço da Reforma Agrária fez com que o Movimento criasse o lema “Ocupar, Resistir, Produzir”. As ocupações de terras foram reafirmadas como o principal instrumento de luta pela Reforma Agrária.

Figura 2 - Segundo Congresso Nacional do MST em Brasília



Fonte: site do MST (2023).

Diversas entidades e organizações estiveram presentes em apoio ao MST, além de parlamentares e 23 delegados de organizações camponesas da América Latina. Na segunda metade dos anos 90, o MST contabilizava 300 associações nos assentamentos, incluindo 10 cooperativas. O objetivo do Movimento era incentivar a produção nos assentamentos, mas para isso era preciso equipamento, infraestrutura, além de uma política agrícola governamental voltada para assuntos de reforma agrária.

Na década de 90, o MST já era nacionalmente conhecido e no exterior também. Sob o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), além do aumento do êxodo rural (provocado pela ação dos bancos contra pequenos agricultores endividados), o Brasil testemunhou também os dois maiores massacres que os sem-terra sofreram. Em 1995, o massacre de Corumbiara em Rondônia e em 1996 o massacre de Eldorado dos Carajás no Pará. No massacre de Carajás, a polícia militar tentou despejar 514 famílias da Fazenda Santa Elina, a ação resultou na morte de 2 policiais e 9 sem-terra, incluindo uma criança de 7 anos. O massacre acabou dando mais visibilidade para a questão agrária, e o Movimento se tornou conhecido pelas ocupações massivas de terra e pelo processo de ressocialização de parte da população excluída, pelo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária (Oliveira, 2014).

Ainda em 1995, aconteceu o Terceiro Congresso Nacional do MST (Figura 3), em Brasília, com a presença de 5.226 pessoas, representantes de 22 estados do Brasil, além de apoiadores de outros países da América Latina, Estados Unidos e Europa (Morissawa, 2001). Aqui a palavra de ordem defendida pelos Sem Terra era “Reforma Agrária, uma luta de todos”.

Figura 3 - Terceiro Congresso Nacional do MST em Brasília



Fonte: site do MST (2023).

De 1995 até 1999, foi o período em que mais se ocupou terras no país (Quadro 4). O crescimento das ocupações aconteceu, principalmente, por causa da

territorialização do MST. De 1996 a 1998, o número de ocupações cresceu 50% e o número de famílias aumentou 21%. A Organização dos movimentos sociais, o aumento do desemprego no campo e na cidade, obrigou o governo federal a implantar uma política de assentamentos rurais. A Tendência das ocupações e do número de famílias é de crescimento. O decréscimo do número de ocupações e de famílias do MST é resultado do acúmulo de famílias acampadas. Em 31 de dezembro de 1999, estavam acampadas 67.704 famílias organizadas no MST (Fernandes, 2000).

Quadro 4 - 1996/1999 – Brasil - Número de ocupações e número de famílias – participação do MST

Ano	N.º total de ocupações	N.º total de famílias	N.º de ocupações feitas pelo MST	%	N.º de famílias vinculadas ao MST	%
1996	398	63.080	176	44	45.218	72
1997	463	58.266	173	38	28.358	49
1998	599	76.482	132	22	30.409	40
1999	249*	29.223*	149**	60	24.519**	83
Total	1709	227.051	630	37	128.504	57

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 1999. Bases de dados: CPT– MST– INCRA. * até abril. ** até maio.

Assim, nota-se que por meio da realização das ocupações massivas e por estar organizado em quase todo o Brasil, o MST se destaca tanto na participação das famílias quanto nas ocupações.

Em agosto de 2000, o Movimento realizou seu Quarto Congresso Nacional (Figura 4), em Brasília. Presentes mais de 11 mil pessoas, vindos dos 23 estados em que o MST estava organizado, além de apoiadores estrangeiros. Com a palavra de ordem “Por um Brasil sem latifúndios”, esse Congresso refletiu a nova fase da luta pela terra. Dele foram encaminhados doze pontos que reafirmaram a necessidade de atuação contra o modelo neoliberal adotado pelos governos brasileiros, além de levantar novos pontos que direcionam o Movimento para aumentar suas alianças, bem como preparar mais e melhor seus militantes e suas frentes de atuação, visando enfrentar o imperialismo (Morissawa, 2001).

Figura 4 - Quarto Congresso Nacional do MST em Brasília



Fonte: site do MST (2023).

Com a vitória de Lula em 2002, se abriu um ambiente de mais liberdade e menos repressão aos movimentos sociais de luta pela terra, com uma conjuntura favorável para o debate sobre a Reforma Agrária. Na época houve indicações para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e cargos de Superintendentes Regionais do INCRA, em que os ruralistas se mostraram contrários pois alegavam uma instabilidade política e aumento da violência no campo devido a ligação desses indicados com a CPT, MST e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Em maio de 2005, dois anos de mandato e sem muitas conquistas, o MST decidiu por fazer uma Marcha de Goiânia à Brasília, com cerca de 12.000 pessoas. Na chegada dessa Marcha em Brasília, o governo anunciou o II PNRA, que apresentava a promessa de um grande salto no número de desapropriações, visava atender um milhão de famílias e assentar 430 mil famílias logo no primeiro mandato de seu governo (Fernandes, 2000). Diante dos resultados insignificativos, metas não alcançadas e acordos não cumpridos, o restante do governo Lula foi pautado pelo discurso da melhoria aos assentamentos já realizados, e pela aliança entre o agronegócio e o poder judiciário, com o objetivo de criminalizar os movimentos sociais.

Em junho de 2007, aconteceu o Quinto Congresso Nacional do MST (Figura 5), em Brasília, que contou com a participação de 17. 500 pessoas, de todas as regiões do país, tornando-se histórico por ter sido o maior congresso camponês da América Latina até então. O lema do 5º Congresso, “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”, representava os novos desafios da luta pela terra, a Reforma Agrária como alternativa para as soluções dos gravíssimos problemas sociais do Brasil: a fome, o desemprego, a violência e todo o processo crescente de exclusão econômica e social.

Figura 5 - Quinto Congresso Nacional do MST em Brasília



Fonte: site do MST (2023).

Segundo Fernandes (2020), nos anos posteriores do governo Lula (tanto do final do primeiro, quanto do segundo mandato) foram marcados pela intensificação da política agrária adotada no início do seu governo, já descritas anteriormente. Os movimentos sociais passaram a contabilizar derrotas políticas e econômicas. Com a chegada de Dilma (PT) no poder, em seu primeiro discurso, não houve menção a reforma agrária, já explicitando como seria seu mandato.

Para Delgado (2010), a estratégia dos governos petistas foi relançar, nos moldes da modernização conservadora do período militar, os grandes empreendimentos agroindustriais com vistas à geração de saldos na balança comercial, sem alteração na estrutura fundiária. O planejamento, ano a ano, no tocante à

disponibilidade de recursos para o crédito agropecuário corrobora com estas conclusões.

O direcionamento dos recursos para o crédito rural no governo Dilma deixou evidente o posicionamento político a favor dos ruralistas. Na safra 2011/2012, foram direcionados 107,2 bilhões para o agronegócio e apenas 16 bilhões para a agricultura familiar; já na safra 2014/2015, foram 156,1 para o agronegócio e 24,1 bilhões para a agricultura familiar. Nos quatro anos do governo Dilma, do total geral de 593,65 bilhões planejados, 514,55 bilhões foram para o agronegócio e 79,1 bilhões para a agricultura familiar. Uma diferença que não deixa margem para dúvidas acerca dos posicionamentos desse governo (Cosme, 2019).

Entre os dias 10 a 14 de fevereiro de 2014 o MST realizou em Brasília, seu Sexto Congresso Nacional (Figura 6), com cerca de 16 mil pessoas e com o lema “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”, representando a síntese das tarefas, desafios e do papel do Movimento no período histórico que se abria.

Figura 6 - Sexto Congresso Nacional do MST em Brasília



Fonte: site do MST (2023).

Até o fim do Governo de Dilma Rousseff pouco foi feito pela reforma agrária. Para Fernandes (2000), o Agronegócio impôs uma hegemonia ao país em uma forma de produzir e comercializar a produção, a partir do uso intensivo de insumos químicos,

tecnologias, máquinas pesadas etc., em uma escala que só pode ser comercializada na bolsa de valores. Isso significa que, para além da sensação de ter resolvido o problema da improdutividade das terras, há a falsa imaginação de ter avançado no desenvolvimento do campo, bem como ter melhorado a imagem do país no ranking mundial de produção agropecuária.

Com a saída de Dilma do poder, e seu vice-presidente Michel Temer assumindo seu cargo, a reforma agrária foi completamente invisibilizada seguindo os moldes neoliberais. No primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) foram criados 2.315 novos assentamentos, no segundo mandato (2007-2010) foram criados 1.229. No governo Dilma os números já começam dramaticamente a cair, indo para 503 novos acampamentos entre 2011 a 2014. Já no governo de Dilma, seguido de Temer, período entre 2015 e 2015 o número de novos assentamentos cai para 109, evidenciando o abandono da reforma agrária (Cosme, 2019).

No ano de 2019 a reforma agrária sofreu a maior retração da história, desde 1985, quando foram criados apenas 3 assentamentos. O governo Bolsonaro reconheceu apenas dois territórios quilombolas, que já tinham suas áreas delimitadas em anos anteriores como áreas do Programa Nacional de Reforma Agrária (Fernandes *et al.*, 2020).

Não realizar a reforma agrária foi uma estratégia do governo Bolsonaro, seu governo foi marcado por despejos, violência contra comunidades tradicionais e indígenas e nos acampamentos e assentamentos, seu posicionamento foi caracterizado pela criminalização dos movimentos sociais e pela defesa dos ruralistas e latifundiários (Fernandes *et al.*, 2020).

Com a vitória de Lula nas eleições de 2022, o tema da reforma agrária volta à cena, logo em seu primeiro ano de governo, em 2023. Durante o encerramento da 7ª Marcha das Margaridas, o governo assinou decretos que marcam a retomada do Programa Nacional de Reforma Agrária no país. Cida Gonçalves, ministra das Mulheres e o ministro do Desenvolvimento Agrário e Familiar do Brasil, Paulo Teixeira, apresentaram propostas a partir das reivindicações entregues pelas Margaridas, assinando duas portarias, uma para reinstalar o Fórum Nacional de Políticas para as Mulheres Agricultoras do Campo, da Floresta e das Águas, e outra para implementar

um fórum de discussão para tratar de questões de mulheres pescadoras, marisqueiras e das águas, com o objetivo de construir políticas no setor (Carvalho, 2023).

O ministro Paulo Teixeira anunciou a entrega de R\$ 25 milhões e assistência técnica para a prática da agroecologia, com metade do valor destinado às mulheres e o lançamento do programa “Cidadania e Bem Viver”, para retomar o Programa Nacional de Documentação para a Trabalhadora Rural, criado no primeiro programa do governo Lula, para benefícios previdenciários e trabalhistas (Carvalho, 2023).

Sobre a Reforma Agrária, foi anunciado o lançamento do Programa Emergencial de Reforma Agrária destinado a assentar 7,2 mil famílias, 5,7 mil com novas terras e 1,5 mil com créditos fundiários. Com a medida, após oito anos, o processo de assentamento será retomado no país. Teixeira afirmou que 40 mil famílias assentadas serão regularizadas e poderão ter acesso a títulos e créditos. O ministro anunciou também verba de R\$300 milhões para crédito de instalação a famílias beneficiadas pela reforma (Carvalho, 2023).

O Ministro apontou ainda, o compromisso do governo com o lançamento do 3º Plano Nacional de Reforma Agrária e a instituição de uma comissão nacional de enfrentamento à violência no campo. Os Movimentos afirmam que cobrarão a implementação de tudo o que foi prometido pelo governo (Carvalho, 2023).

Por outro lado, ao final do primeiro ano do terceiro mandato do Presidente Lula, apenas um acampamento ganhou o direito à terra virando assentamento, o Assentamento Maria Rosa do Contestado, localizado em Castro no Paraná, o qual é um dos objetos da presente pesquisa e que será apresentado a seguir.

Conforme o que foi exposto, nota-se a importância da participação da sociedade civil, seja através dos Movimentos, mobilizações, marchas, redes, no processo de disputa das classes subalternas por seus direitos no campo. Pois são uma parcela da população destituída de diversos direitos, como o da moradia, o direito à alimentação etc. Sem a terra o trabalhador rural não tem seu alimento e sem seu excedente da produção ele não tem como gerar renda para sua família, se mantendo em condições de subalternidade.

Na luta do MST, ao longo dos anos, foi visto que sua luta pela terra perpassa diversas outras causas e demandas, se baseando em uma reorganização das relações

sociais e econômicas no campo, tensionando projetos e pautas na disputa por hegemonia.

Assim, se aproximando do universo da pesquisa, parte-se agora para uma análise da luta pela terra no Estado do Paraná e como se dá a atuação do MST no Estado.

2.3 A LUTA PELA TERRA NO PARANÁ E A ATUAÇÃO DO MST NO ESTADO

A resistência do campesinato no Paraná está articulada a um conjunto de lutas realizadas no campo brasileiro, com raízes que vem do período colonial e depois na má distribuição de terras das sesmarias. As questões relativas aos assentamentos são recentes. O INCRA, órgão responsável pela aplicação do Estatuto da Terra, até 1982 não havia promovido nenhum assentamento no estado (Roos *et al.*, 2013).

Dentre as lutas que marcaram o início da organização camponesa no Paraná está a Guerrilha de Porecatu e a Revolta do Sudoeste. A Guerrilha de Porecatu foi formada, na década de 1950, no Norte do Paraná, com um intenso conflito pela terra, os camponeses-posseiros se armaram para manter as terras devolutas de Jaguapitã e Porecatu sob seu domínio e posse, pois o governo do Estado havia as repassado a grandes proprietários rurais (Roos *et al.*, 2013).

Na mesma década, o Sudoeste paranaense também passou por conflitos. Os camponeses foram expulsos de suas terras por uma manobra empreendida pelo governo do Estado, que concedeu as terras a uma empresa colonizadora. Organizados em “assembleias gerais do povo” e “juntas governativas”, os camponeses avançaram para a cidade de Francisco Beltrão, expulsaram as autoridades constituídas, tomaram a estação de rádio da cidade e garantiram a posse das terras (Roos *et al.*, 2013).

No final da década de 70, no Oeste do Paraná, aconteceram diversas mobilizações e organizações dos agricultores expropriados pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Os camponeses expulsos e expropriados formaram o Movimento Justiça e Terra, que reivindicava a justa indenização das terras alagadas pelo reservatório da Itaipu (Roos *et al.*, 2013).

A experiência das lutas contra a Itaipu no Oeste paranaense foi a base para o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO),

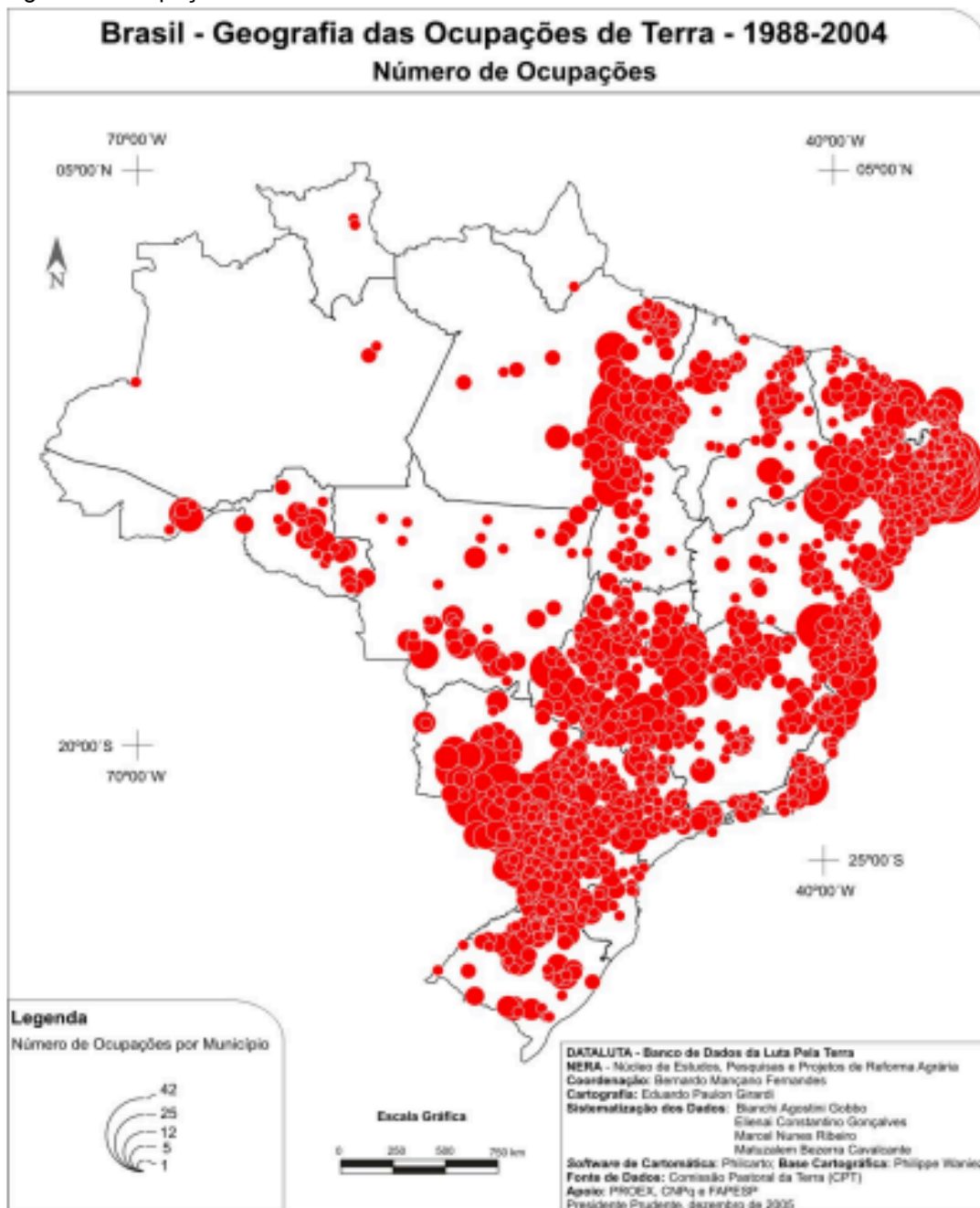
em 1981. Enquanto no Movimento Justiça e Terra, os camponeses lutavam para garantir a posse e indenização das terras, no MASTRO, a luta dos sem-terra passou a ser pela realização da reforma agrária. Em 1983, surgiram outros movimentos de sem-terra no Paraná como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral (MASTEL), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro Oeste (MASTRECO), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES). Este último organizou-se, principalmente, com o apoio da CPT e da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) (Roos *et al.*, 2013).

Essas organizações e movimentos dos atingidos pelas Usina de Itaipu e dos sem-terra começaram a ganhar força. Em 1984, aconteceu em Cascavel no Paraná, como já citado no capítulo anterior, o Primeiro Encontro de caráter nacional dos camponeses organizados, surgindo nesse encontro o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a finalidade de unir as diversas frentes de lutas regionais que vinham ocorrendo em todo o território nacional. Em 1985, a cidade de Curitiba foi escolhida para o Primeiro Congresso do MST (Figura 1), explicitando o protagonismo e a força da luta pela terra no Estado.

Segundo o Relatório DATALUTA do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA (2006), o número de ocupações no Paraná no período de 1988 a 2004 foi de 431 ocupações com 53.739 famílias.

Na Figura 7, a seguir, é possível notar a expressividade das ocupações de terra no Paraná comparado a outros estados do Brasil, evidenciando os problemas por terra, moradia e dignidade no estado, pois no período citado, 53. 739 mil famílias precisaram ocupar terras, para ter o mínimo de sobrevivência.

Figura 7 - Ocupações de terra no Brasil entre 1988 a 2004



Fonte: CPT – 1988-2004. Sistematização de dados – DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2005.

No mesmo período, de 1988 a 2004, o número de assentamentos no Paraná foi de 343 assentamentos com 21.928 famílias assentadas. Comparando os números de ocupações com o número de assentamentos, nesse período, foram realizadas 431 ocupações com 53.739 famílias e foram assentadas 21.928 famílias em 343

assentamentos, esses dados mostram que no período nem metade das famílias que necessitavam de terras foram contempladas, sem levar em conta as famílias que ocuparam terras antes desse período e que também aguardavam legalização de suas terras.

A partir de 2005, o NERA realizou anualmente o Relatório DATALUTA, com o levantamento dos principais dados sobre a luta pela terra no Brasil, como o número de ocupações, de assentamentos, de famílias, a estrutura fundiária do país, entre outros. A partir dos relatórios foi possível sistematizar os principais dados sobre a reforma agrária no Paraná, conforme consta no quadro 5, a seguir, o número de ocupações e de famílias no estado do Paraná de 2005 a 2019:

Quadro 5 - Número de ocupações e de famílias no Paraná de 2005 a 2019

Ano	Nº de ocupações	Famílias
2005	42	5.931
2006	38	4.340
2007	25	5.053
2008	19	1.856
2009	24	2.394
2010	9	241
2011	9	241
2012	2	440
2013	5	115
2014	12	2.049
2015	23	8.713
2016	7	4.332
2017	13	834
2018	1	14
2019	2	15

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Notas: Dados trabalhados pela autora.

Também foi possível sistematizar o número de assentamentos e de famílias assentadas no Paraná, no mesmo período de 2005 a 2019, conforme consta no Quadro 6:

Quadro 6 - Número de assentamentos e de famílias no Paraná de 2005 a 2019

Ano	Nº de assentamentos	Nº de famílias
2005	14	19.885
2006	3	3.925
2007	2	121
2008	311	19.416
2009	0	0
2010	7	804
2011	1	68
2012	2	0
2013	2	201
2014	4	164
2015	0	0
2016	2	102
2017	0	0
2018	0	0
2019	1	393

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Notas: Dados trabalhados pela autora.

Dessa forma, é possível notar a disparidade do número de ocupações versus o número de assentamentos, como em 2015, por exemplo, que ocorreram 23 ocupações, com 8.713 famílias (Quadro 8) e nenhum acampamento ganhou o direito a terra, passando a ser um assentamento (Quadro 9). Isso não ocorreu apenas no ano de 2015, conforme observa-se em uma comparação entre o Quadro 8 e o Quadro 9.

Nos relatórios DATALUTA (2006), também constam dados sobre os movimentos sócio territoriais por estado. No período de 2000 a 2004, no Paraná, o MST foi

responsável por 60 das 123 ocupações, contando com 9.858 das 15.895 famílias, o que mostra que nas ocupações do MST estavam presentes um número muito expressivo de famílias em relação ao total. Esses aspectos foram se repetindo com o passar dos anos, conforme o Quadro 7, a seguir, que mostra o número de ocupações realizadas no Paraná e o número de ocupações que foram realizadas pelo MST, no período de 2005 a 2016.

Quadro 7 - Número de ocupações e número de ocupações realizadas pelo MST no Paraná, no período de 2005 a 2016

Ano	Nº de ocupações	Nº de famílias	Nº de ocupações pelo MST	Nº de famílias
2005	36	5.015	22	3.971
2006	38	4.340	23	3.092
2007	26	5.053	16	3950
2008	288	43.704	172	31.379
2009	24	2.394	9	1.350
2010	9	241	3	130
2011	1	50	0	0
2012	2	440	0	0
2013	4	120	2	20
2014	12	2.049	4	1.850
2015	23	8.713	12	8.020
2016	7	4.332	5	4.295

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

Notas: Dados trabalhados pela autora.

Os dados do Quadro 7, mostram a expressividade do MST em suas ações de ocupação no Paraná, como no ano de 2016, por exemplo, que as famílias nas ocupações realizadas estavam praticamente todas organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Segundo o MST (2021), até o ano de 2021 haviam 320 assentamentos consolidados no Paraná, com 22 mil famílias assentadas. Como o DATALUTA não

publicou mais seus relatórios desde o ano de 2020, há uma grande carência de informações sobre os acampamentos e assentamentos na atualidade.

Contudo, é possível notar a força e a representativa da luta pela terra no Estado do Paraná, a organização do povo através dos movimentos sociais e das organizações coletivas, deram base na construção do MST, aglutinando diferentes grupos em prol do campesinato e da reforma agrária.

Dessa forma, é explorado a seguir, a participação do MST em redes, para entender como o Movimento se organiza em suas diversas ações e demandas e nas pautas nas quais apoia. Os movimentos sociais e as redes desempenham papéis significativos de superação das classes subalternas em diferentes contextos sociais e políticos. Essas abordagens oferecem meios pelos quais grupos marginalizados e subalternos podem buscar a transformação social, reivindicar seus direitos e alcançar maior visibilidade e influência, dando visibilidade a novos projetos societários.

2.4 A PARTICIPAÇÃO DO MST EM REDES

Neste item, busca-se identificar a participação do MST em redes, a partir da pesquisa documental e bibliográfica, nas principais mídias sociais do MST, e principalmente em seu site oficial MST (2023) que é seu principal veículo de divulgação, assim, identificou-se redes nacionais, estaduais e locais.

Em uma dimensão nacional da participação do MST em redes e em sua organização interna, as famílias se organizam em uma estrutura participativa e democrática para tomar as decisões. Nos assentamentos e acampamentos, organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Nesses núcleos, são escolhidos os coordenadores e as coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível estadual e regional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas, para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores/as, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito ao voto: adultos, e jovens, independente do gênero (MST, 2023).

Para encaminhar as tarefas específicas, as famílias também se organizam por setores, que são organizados desde o âmbito local até nacionalmente, de acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento ou estado.

Em seu site oficial (MST, 2023) o MST lista esses setores (Quadro 8), são eles:

Quadro 8 - Setores e frentes de organização do MST

(continua)

Setor	Descrição
Frente de massas	A etapa inicial de uma ocupação de terra é marcada pela constituição de grupos familiares, englobando atividades de base e conscientização que se desdobram nos acampamentos, confrontos, protestos e negociações para alcançar a terra. Essas ações são coordenadas pela frente de massas, responsável por incorporar indivíduos externos ao MST. No decorrer da luta popular, esses indivíduos se moldam e estabelecem a identidade coletiva de Sem Terra.
Formação	Ocorre no objetivo de aprofundar a compreensão do mundo e adquirir uma formação sociopolítica da qual, em geral, os trabalhadores foram privados há séculos. Para isso, existe o Setor de Formação, que tem a tarefa de organizar cursos de formação política.
Educação	O Setor de Educação busca dar respostas às necessidades educacionais dos trabalhadores Sem Terra por meio da educação do campo, que valoriza os saberes, vivências e a cultura das populações rurais. O setor também atua na luta pela criação de políticas públicas educacionais para Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos assentamentos e acampamentos. Bem como, na formação técnico profissionalizante de nível médio, em cursos superiores e de pós-graduação por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), extinto pelo governo de Jair Bolsonaro em fevereiro de 2020.
Produção	Diante do desafio de estabelecer novas relações de produção, três princípios fundamentais foram estabelecidos para dar origem ao modelo de cooperação agrícola do Movimento. Não separar, as lutas pela terra e pela Reforma Agrária, a dimensão econômica da dimensão política; entender que a luta não termina na conquista da terra, ela continua na organização simultânea da cooperação agrícola das ocupações; priorizar o investimento na formação dos Sem Terra e dos assentados para sua qualificação profissional, tendo em vista as transformações da estrutura produtiva.
Comunicação	Tem um papel central na sociedade na disputa de hegemonia e contra-hegemonia. Por isso, o MST criou o Setor de Comunicação, que tem o papel de construir os próprios meios de comunicação do Movimento, tanto com caráter mais interno quanto mais externo, assim como se relacionar e fazer a ponte entre a organização com os demais meios de comunicação.
Projetos	Tem como tarefa central a busca permanente da auto-sustentação do Movimento, dentro de uma estratégia de captação de recursos que se fundamenta na busca permanente por essa autonomia. Assim, se define e se implementam estratégias de captação de recursos para atender às demandas nacionais, dos seus setores e dos estados prioritários.

Quadro 8 - Setores e frentes de organização do MST

(conclusão)

Setor	Descrição
Gênero	A participação política e organizativa das mulheres no Movimento Sem Terra possibilitou a formação de coletivos de auto-organização e discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero, inclusive na tarefa militante. A criação do Setor de Gênero, em 2000, ampliou e aprofundou esta tarefa de debate, formação e luta pela construção de novas relações de gênero e com a natureza. Cabe ao Setor atuar nas diversas dimensões da vida dos sujeitos que compõem nossa organização, da base à militância. Ao impulsionar a transformação das relações político organizativas, da cultura, das condições econômicas e subjetivas, pretende-se fortalecer o projeto de Reforma Agrária Popular, feminista e antirracista.
Direitos Humanos	Tem o papel de defender juridicamente os militantes do Movimento, resistindo ao processo de luta contra a criminalização e a violência que atinge os movimentos sociais. Além disso, tem a tarefa de interceder juridicamente nos processos ligados às políticas de Reforma Agrária junto aos setores do Estado.
Saúde	Tem o papel de pressionar o Estado para que este cumpra com sua função nas áreas de assentamentos e acampamentos, e que implemente políticas públicas de soberania, segurança alimentar, de condições de vida dignas, como medidas de saúde preventivas às doenças.
Finanças	Responsável pela tarefa de angariar recursos para a realização de atividades culturais, encontros, projetos e de prestar contas dos mesmos.
Relações Internacionais	Tem o papel de articular a solidariedade às lutas dos trabalhadores Sem Terra, contribuir na resistência dos povos e despertar e aprimorar, junto à nossa base social, os valores que nos tornam mais humanos e solidários, construtores de uma sociedade socialista.
Cultura	A Reforma Agrária Popular pressupõe uma revolução cultural no modo de viver e se reproduzir no campo brasileiro, a transformação das relações entre homens, mulheres e a natureza, por isso ela é o programa cultural do MST. A arte e a cultura têm um papel fundamental no MST, contribuindo desde a fundação, para a construção da nossa identidade Sem Terra.
Juventude	O Movimento sempre entendeu a Juventude como força política crítica, criativa, ousada e com potencial de radicalizar as transformações da sociedade, e cria a partir de 2005, o Coletivo de Juventude Sem Terra, com o objetivo de ampliar os processos de auto-organização, formação e lutas da juventude no MST e em conjunto com a classe trabalhadora.
LGBT Sem Terra	LGBT Sem Terra é uma identidade que as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que integram a luta do MST, tem reafirmado desde 2015, ano em que aconteceu o primeiro Seminário “O MST e a Diversidade Sexual” e marca a entrada da pauta da Diversidade Sexual e Identidade de Gênero no MST constituindo em 2018 em sua estrutura organizativa o Coletivo LGBT, com a função de ser um espaço de auto organização destes sujeitos e de elaboração de linhas políticas e ações sobre esta pauta aliada a luta pela Reforma Agrária Popular. O MST faz a luta anticapitalista, antipatriarcal e antirracista e compreende que seus assentamentos e acampamentos devem ser espaço sem LGBTfobia.

Fonte: MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST**, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

Nota-se, assim, a grande participação do movimento em diferentes causas sociais, demonstrando uma luta que vai além da luta pela terra, demonstrando também, o caráter sociopolítico do Movimento, que se desdobra no apoio a diferentes pautas. O “Setor de Produção” por exemplo, busca novas relações de produção e um dos seus princípios fundamentais para isso é não separar a luta pela terra e pela Reforma Agrária, pois ambas estão juntas e conectadas, assim, para o Movimento não pode ter a dimensão econômica da dimensão política.

Destaca-se o “Setor da Comunicação”, que para o Movimento tem um papel central na sociedade na disputa de hegemonia e contra-hegemonia. Buscando construir os próprios meios de comunicação do Movimento, tanto com caráter mais interno quanto mais externo, assim como se relacionar e fazer a ponte entre a organização com os demais meios de comunicação (MST, 2023).

O Movimento e seus “Setores” se utilizam de “Instrumentos” em sua atuação, conforme mostra o Quadro 9:

Quadro 9 - Instrumentos de atuação do MST

(continua)

Instrumentos	Descrição
Ocupação de terras	É a forma de luta mais importante do MST. É a partir dela que o Movimento denuncia terras griladas ou improdutivas. A ocupação gera o fato político, que demanda uma resposta do governo em relação à concentração de terras no Brasil.
Acampamentos	No Brasil, existem mais de 90 mil famílias Sem Terra, que se organizam e coletivamente, e muitas vezes vivem acampadas durante anos próximos a grandes latifúndios.
Marchas	Chamam a atenção para a realidade da população e os problemas dos trabalhadores Sem Terra, além de estimular o debate com os brasileiros sobre suas causas. As Marchas são uma forma de luta essencial para o MST: a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em 1997 foi responsável por inserir a luta por Reforma Agrária na pauta da sociedade brasileira, além de denunciar o Massacre de Eldorado dos Carajás. A Marcha Nacional pela Reforma Agrária, realizada em 2005, com cerca de 12 mil trabalhadores e trabalhadoras, reforça o papel da Reforma Agrária no contexto político da sociedade e do governo da época.
Jejuns e greves de fome	Centenas de pessoas ficam sem comer, por um tempo determinado, num lugar público. O objetivo é simbolizar e tornar visível a fome diariamente vivida nos acampamentos.

Quadro 9 - Instrumentos de atuação do MST

(conclusão)

Instrumentos	Descrição
Ocupação de prédios públicos	O prédio ocupado é sempre a sede do órgão onde se reivindica algo. Alguns exemplos são as ocupações nas sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para exigir a desapropriação de determinada área. A intenção da ocupação é expor ao público que esses órgãos não cumprem compromissos assumidos pressionando negociações.
Acampamentos e manifestações na cidade	Tem como objetivo dialogar com a sociedade e com os trabalhadores urbanos sobre as condições de vida no campo, a realidade agrária e a paralisação da Reforma Agrária. Os Sem Terra se deslocam para as grandes cidades para manifestações e passeatas, como uma forma de obter visibilidade.
Acampamento diante de bancos	Os assentados enfrentam muitos problemas com a liberação de empréstimos e recursos para organizar o assentamento e a produção. À medida que foi aumentando o número de famílias assentadas nas diferentes regiões do país, foram surgindo também novas formas de pressão para que as agências bancárias acelerem a liberação de recursos. São frequentes os acampamentos em frente a agências bancárias nas cidades do interior.
Vigílias	São manifestações também massivas, programadas para um período menor, mas que ocorrem de forma contínua e permanente. Elas podem ser de protesto contra injustiças e são realizadas diante de prefeituras, fóruns, presídios e delegacias, ou de solidariedade, como a que foi realizada, por exemplo, no Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo, São Paulo, em 2018. Outra extensa Vigília foi a Lula Livre, organizada em parceria com partidos, movimentos e organizações de esquerda, na defesa de Luiz Inácio Lula da Silva, preso político durante 580 dias na sede da Polícia Federal, em Curitiba, no Paraná.
Luta pela Reforma Agrária Popular	Consiste na distribuição massiva de terras a camponesas e camponeses, democratizando a propriedade da terra na sociedade e garantindo o seu acesso, distribuindo-a a todos que quiserem produzir e dela usufruir.
Transformação Social	Significa propor alternativas de transformações na estrutura da sociedade brasileira e auxiliar na construção de um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social. A principal forma do MST contribuir com a transformação social é lutar pelo fim da concentração da terra. E na defesa de um novo projeto de desenvolvimento em que a desconcentração e democratização da terra, o trabalho emancipado, o ser humano e a natureza sejam elementos centrais.

Fonte: MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST**, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

Nota-se, que são diversos os instrumentos usados para que suas causas sejam ouvidas, e também várias articulações com a sociedade civil para ganharem apoio. Esses instrumentos vão desde as ocupações, na busca pela terra e pela moradia, nos espaços rurais e urbanos, a pautas que vão em direção a novos projetos societários, visando transformações sociais.

O Movimento também levanta “Bandeiras” em sua organização e luta (Quadro 10):

Quadro 10 - Bandeiras de luta do MST

(continua)

Bandeiras	Descrição
Cultura	O acesso à cultura, ao conhecimento, a valorização dos saberes populares, é condição fundamental para a realização dos brasileiros como seres humanos plenos. O Movimento busca a democratização e a popularização da cultura no país. Fortalecendo os espaços de trocas culturais e promovendo o acesso popular aos teatros, cinemas, exposições, sinfonias, amostras, apresentações folclóricas e festas tradicionais que celebrem a vida, a luta, a solidariedade e a diversidade do povo brasileiro.
Reforma Agrária Popular	Uma nação, por meio do Estado, do governo, das leis e da organização de seu povo deve zelar permanentemente, pela soberania, pelo patrimônio coletivo, pela educação pública, e pela sanidade ambiental e de saúde pública. Assim, buscam realizar uma ampla Reforma Agrária, com caráter popular, para garantir acesso à terra para todos os que nela trabalham. Estabelecendo um limite máximo quanto ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional, organizando a produção agrícola nacional com o objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando assim, o princípio da soberania alimentar.
Combate à violência sexista	As diversas formas de opressão de gênero afetam diretamente a vida das mulheres, que continuam sendo as que recebem remuneração inferior no mercado de trabalho, realizam dupla, até tripla jornada de trabalho, além de sofrerem as diversas formas de violência de gênero. Assim, o Movimento luta para transformar a sociedade e entendemos que a organização das mulheres e LGBTs é fundamental para a superação do modelo capitalista, racista e patriarcal, como forma de pôr fim à violência sexista, que é um dos pilares da dominação social.
Democratização da Comunicação	É preciso democratizar os meios de comunicação, começando por acabar com o monopólio privado dos meios. Atualmente no Brasil menos de dez grupos – constituídos por famílias ou agremiações religiosas – controlam as maiores redes de comunicação, incluindo televisão, rádio, jornais, revistas e portais na internet. O Estado deve estimular, com políticas e recursos para que se amplie o maior número possível de meios de comunicação, sob controle social, nas mais diferentes formas de organização popular. Assim, o MST luta pela garantia de funcionamento de milhares de rádios comunitárias existentes no país e não compactuar com a burocracia criada pelo próprio Estado para a manutenção do poder da comunicação nas mãos de poucos.
Saúde Pública	O Estado deve garantir e defender a saúde para toda a população, implementando políticas públicas de soberania, segurança alimentar, e de condições de vida dignas, como medidas preventivas às doenças. O sistema de saúde pública (SUS – Sistema Único de Saúde) deve ser ampliado e melhorado, articulado com o Programa de Saúde da Família (PSF) preventivo, incluindo o atendimento médico-odontológico e de enfermagem. O Estado deve garantir acesso a atendimento médico-odontológico, e medicamentos de forma gratuita e racional a toda população necessitada. Deve combater todas as práticas que mercantilizam o atendimento à saúde da população e se transformam em mero objeto de lucro.

Quadro 10 - Bandeiras de luta do MST

(conclusão)

Bandeiras	Descrição
Desenvolvimento	As políticas de desenvolvimento da economia devem estar baseadas fundamentalmente nos interesses de melhoria das condições de vida de toda a população, em especial dos mais pobres. Sua missão é produzir bens que eliminem o grau de pobreza e a desigualdade social existentes em nosso país. A organização da produção de alimentos e produtos em geral deve buscar em primeiro lugar o atendimento das necessidades básicas de toda a população brasileira. Por isso, o MST luta por uma economia que estimule a produção de bens e possibilite a eliminação da pobreza e da desigualdade social. Que privilegie o trabalho e a qualidade de vida do povo brasileiro, com crescimento e distribuição de renda valorizando uma economia mais justa e solidária.
Diversidade Étnica	Para o MST as pessoas querem uma sociedade que viva harmonicamente, com sua diversidade étnica e cultural, com oportunidades iguais para todos os brasileiros, com democracia econômica, social, política e cultural, como já determinou a Constituição Brasileira de 1988, mas é ignorada na realidade da economia e na prática dos três poderes constituídos. Por isso, para o Movimento é essencial a existência de políticas públicas que garantam, por exemplo, a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas. Também afirmam ser fundamental a existência de ações de combate aos preconceitos e as discriminações relacionadas às diferenças de cor, etnia, sexo, cultura e crenças religiosas e que promovam a valorização e o respeito à diversidade cultural.
Sistema Político	O Movimento defende um país que crie e utilize permanentemente mecanismos de participação e decisão direta da população, nas várias instâncias de decisão do poder político e social, construindo uma verdadeira democracia popular participativa. Regulamentar os plebiscitos, referendos e consultas populares para tomada de decisões de importância para o povo. Defendendo uma ampla reforma política que garanta liberdade de organização política e partidária, financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais em todos os níveis, controle da propaganda mentirosa, fidelidade partidária, revogação de mandatos pelo voto popular, fim do sigilo bancário, patrimonial e fiscal de todos os candidatos se e de todos ocupantes de cargos públicos, em todos os níveis. Ajuste dos salários de todos os eleitos equivalente à média dos ganhos dos servidores públicos.
Soberania Nacional e Popular	Querem políticas e práticas dos governantes que garantam a plena soberania de nosso povo, sobre nosso território, nossas riquezas naturais, minerais, nossa biodiversidade, a água e as sementes. O Estado deve ter o controle, aliado à participação da sociedade e dos trabalhadores, e das empresas estratégicas para o desenvolvimento nacional que já existem e criar novas empresas, que forem necessárias para gerirem as riquezas. Instalar uma auditoria da dívida externa e examinar todos os contratos, para controlar a transferência de riquezas para o exterior, a título de juros e amortização de dívidas e de contratos não transparentes ou ilegais e imorais.

Fonte: MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST**, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

Através de todos esses princípios e bandeiras, o Movimento se mostra com uma grande atuação em diversas áreas, defendendo pautas que atingem a sociedade como um todo, como a democratização e a popularização da cultura no país, a

produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando assim, o princípio da soberania alimentar, as diversas formas de opressão de gênero, democratização dos meios de comunicação, a ampliação do SUS, entre outros.

Assim, seus integrantes assumem um papel de transformadores da sociedade, atuando em diversos projetos, visibilizando pautas das classes que se encontram invisibilizadas e em condições de subalternidade.

Além da organização interna, o MST participa também de articulações e organizações em redes externas, formadas por diversas organizações e atores da sociedade civil, que buscam transformar a realidade e garantir direitos.

Nacionalmente, participam do Fórum Nacional da Reforma Agrária, da Coordenação dos Movimentos Sociais, Frente Brasil Popular e de campanhas permanentes ou conjunturais. Internacionalmente, fazem parte da Via Campesina, que congrega os movimentos sociais do campo dos cinco continentes (MST, 2023).

Nota-se a grande atuação do Movimento em redes políticas e sociais, como na Rede de Combate à Violência Doméstica de São Paulo (RCVD), que se caracteriza como uma rede regional atendendo todo o Estado de São Paulo, que tem por objetivo fomentar uma rede de suporte que oferece acompanhamento psicológico e jurídico às pessoas nos territórios de acampamentos e assentamentos do estado. Dirigida por um coletivo intersetorial, a RCVD opera através de duas abordagens distintas: comunicação e assistência especializada (abrangendo suporte jurídico e psicológico). A rede oferece atendimento a toda a base do movimento, com enfoque particular nas necessidades de mulheres, LGBTQs, crianças e idosos, que enfrentam situações de violência em seus territórios, além de buscar abordagens preventivas.

As redes de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos têm se destacado nos acampamentos e assentamentos do MST de todo o país, como uma forma de escoar a produção das famílias, sem diversos atravessadores, de uma forma em que o produto vai direto do produtor para o consumidor, criando relações de proximidade entre esses atores.

Alguns exemplos dessas redes são:

Rede Armazém do Campo: caracteriza-se como uma rede de nível nacional, porém iniciou-se a nível municipal em São Paulo, a iniciativa agora compreende 34 pontos de venda distribuídos por 13 estados do Brasil (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal). Esses pontos de venda abrangem formatos que incluem lojas físicas, opções de entrega em domicílio e possibilidade de encomenda dos produtos da Reforma Agrária Popular, vale ressaltar que esta rede integra os produtos da reforma agrária de todo país.

A Rede Armazéns do Campo, que tem se estabelecido como a maior rede de produtos oriundos da Reforma Agrária no Brasil. Emergindo como uma fonte de referência para aqueles que buscam alimentos saudáveis e produtos orgânicos a preços justos. Além disso, ela tem evoluído para um ponto de convergência entre áreas urbanas e rurais, nutrindo a concepção de que a alimentação também encarna um ato com dimensões políticas e culturais. É importante destacar que os espaços dos armazéns são espaços para além da comercialização, tendo por objetivo espaços de fomento às ações artísticas, políticas culturais e práticas formativas.

Na área da cultura, o Movimento participa do Coletivo Nacional de Cultura, que propõe políticas públicas para fomentar as culturas do campo. O Coletivo desenvolve tarefas que ajudam o Movimento em sua missão na produção da agroecologia, das relações saudáveis, do cuidado com a infância, da participação efetiva das pessoas LGBTQIA + e do combate a todas as formas de preconceito (MST, 2023).

A organização cultural vai de níveis locais ao nacional. Para o MST, a realidade local traz as próprias demandas, então em algumas regiões as linguagens artísticas pautam o coletivo de cultura. Desde o início do Movimento, a música é uma frente de atuação muito forte, presente no ato de ocupação da terra, ajudando a fazer resistência contra os despejos e animando os espaços de sociabilidade, as noites culturais e os saraus. Tudo isso dependendo da realidade e da cultura de cada região. Já em nível estadual e nacional, o Movimento busca garantir que cada Estado tenha pessoas de referência de coordenação do coletivo de cultura, para que as mais diversas expressões culturais sejam visibilizadas (MST, 2023).

Na Questão ambiental, o Movimento se organiza em várias frentes e redes, como a Rede de Viveiros da Reforma Agrária iniciativa que já conta com 300 viveiros em todo o Brasil, estimulando a prática coletiva nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, da produção de mudas e plantio de árvores (MST, 2023).

Como parte das frentes de ação o Movimento conta com o Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, ação do MST que pretende plantar 100 milhões de árvores em 10 anos, os Viveiros da Reforma Agrária têm espalhado pelo país as diversas formas de organização dos camponeses e camponesas na produção de mudas nos diferentes biomas brasileiros (MST, 2023).

Como o MST é um Movimento Social, que existe a 40 anos e sua atuação em redes acontece desde sua fase embrionária, diversas redes foram criadas, outras deixaram de existir e outras se fortaleceram, tomando grandes proporções e ganhando visibilidade.

As redes nacionais demonstram a amplitude das ações e o alcance das influências do movimento em nível nacional. As redes regionais evidenciam a capacidade do MST de se adaptar e colaborar de maneira eficaz com outras entidades em um âmbito mais restrito. Por fim, as redes locais ressaltam a importância de conexões enraizadas nas comunidades em que o MST atua, sustentando ações e esforços direcionados. Em síntese, essa tríade de redes ilustra a abrangência, adaptabilidade e foco do MST no aproveitamento dos benefícios proporcionados pelo trabalho em rede, reforçando a natureza colaborativa e a potência transformadora desse movimento social.

Corroborando os estudos de Gohn sobre movimentos sociais e redes, apresentados anteriormente, destaca-se a importância das redes como instrumento fundamental para a construção de movimentos sociais eficazes e para a amplificação de suas ações transformadoras, demonstrando como a interligação estratégica em múltiplos níveis pode potencializar a busca por transformações sociais e políticas.

Outrossim, é possível identificar e analisar que as redes emergem como um instrumento eficaz na busca pela superação da condição de subalternidade, conforme delineada por Gramsci. Ao estabelecer redes de cooperação e colaboração em diferentes níveis, o MST promove a conscientização dos membros sobre suas

realidades subalternas, catalisando a formação de uma consciência crítica. Essas redes, ao veicular narrativas alternativas e valores contrários à hegemonia dominante, contribuem para a construção de uma contra hegemonia cultural, fortalecendo as identidades e culturas dos subalternos.

Além disso, a mobilização em redes potencializa a voz coletiva, permitindo que os subalternos se unam em torno de causas comuns e exerçam influência política, redefinindo espaços de poder e contribuindo para transformações estruturais. Portanto, a atuação do MST em redes, aliada à perspectiva de Gohn, efetivamente se alinha com o ideal de Gramsci de superar a subalternidade através da conscientização, resistência cultural e mobilização coletiva.

No capítulo a seguir, é discutida a participação dos acampamentos e assentamentos de Ponta Grossa e região em redes, para compreender as particularidades locais dessa participação.

O MST se organiza por “Setores”, com o objeto de resolver e encaminhar as tarefas específicas das famílias, essa organização vai de um âmbito local até o nacional, de acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento ou estado.

Assim, o trabalho busca compreender se as redes podem ser instrumentos de organização para o Movimento em um âmbito local e se elas podem ser instrumentos para resolver demandas, necessidades e defender projetos societários no meio rural de Ponta Grossa e região.

CAPÍTULO 3 - AS REDES NO MEIO RURAL E NA REALIDADE DOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS DE PONTA GROSSA E REGIÃO

Os movimentos sociais e as redes desempenham papéis significativos como possibilidades de superação das classes subalternas em diferentes contextos. Essas abordagens oferecem meios pelos quais esses grupos podem buscar a transformação social, reivindicar seus direitos e alcançar maior influência, dando visibilidade a novos projetos societários.

O presente capítulo, busca analisar a presença das redes no meio rural de Ponta Grossa e região, através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Com o propósito de conhecer quais redes eles participam, como elas impactam no cotidiano dos acampados/assentados, e como elas se conectam enquanto instrumento de luta e articulação das classes subalternas no meio rural.

Primeiramente, serão apresentados os acampamentos e assentamentos universo da pesquisa: o Assentamento Emiliano Zapata, localizado em Ponta Grossa-PR, o Assentamento Maria Rosa do Contestado e o Acampamento Padre Roque Zimmermann, ambos localizados em Castro-PR.

Os tipos de redes que os acampamentos e assentamentos universo da pesquisa participam serão elencados e caracterizados, para se compreender quais são suas características e como elas funcionam na esfera do MST.

Assim, serão explorados os impactos de cada uma dessas redes que aparecem no universo da pesquisa, buscando seus significados e sua relevância na realidade dos acampados e assentados de Ponta Grossa e região.

A importância das redes de maneira geral, também será um objetivo da pesquisa, para saber o que os sujeitos da pesquisa pensam sobre seus aspectos econômicos, sociais e políticos, e especialmente qual sua importância para a reforma agrária. Compreendendo qual a importância das redes para os sujeitos, também será explorado a importância do MST para a existência e funcionamento dessas redes.

Por fim, discute-se a chegada da pandemia para os acampados/assentados e como isso afetou o cotidiano desses sujeitos inseridos no meio rural. Dessa forma, é

explorado como se deu a participação deles nas redes nesse período de pandemia, se houveram dificuldades ou não e quais estratégias foram utilizadas.

3.1 O MST EM PONTA GROSSA E REGIÃO

Neste item serão apresentados os acampamentos e assentamentos do Paraná, que serão o universo da presente pesquisa, o Assentamento Emiliano Zapata, localizado em Ponta Grossa, o Assentamento Maria Rosa do Contestado localizado em Castro e o Acampamento Padre Zimmermann também localizado em Castro, as três comunidades atuam diretamente com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Neste sentido, a UEPG se torna uma rede para os acampamentos e assentamentos, presentes em ações de diferentes sentidos e causas, como sociais, econômicas, políticas, ambientais etc.

3.1.1 O Assentamento Emiliano Zapata

O Assentamento Emiliano Zapata, localizado no município de Ponta Grossa no Paraná, teve sua ocupação de terras no dia 30 de maio de 2003, em parte da Fazenda da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), terras de propriedade da União, localizada a 12 quilômetros do centro urbano da cidade, no distrito de Itaiacoca. A propriedade estava arrendada a empresas privadas e com comodato ao Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). O local ocupado era utilizado por uma empresa reflorestadora para o plantio de pinus, e experimentos com sementes transgênicas de soja (Moreira, 2023).

A ocupação contou com aproximadamente 150 famílias, que ocuparam uma área de 640 hectares, a ação aconteceu após a realização do Primeiro Encontro Estadual de Agroecologia, realizada em Ponta Grossa, onde o MST impulsionou a ocupação, dentro de suas estratégias organizacionais (Moreira, 2023).

O nome do assentamento foi escolhido em referência a Emiliano Zapata (1879-1919), um dos líderes da Revolução Mexicana de 1910 que lutou contra ricos latifundiários que haviam se apossado de terras dos camponeses. Zapata criou as

primeiras Associações Agrárias, estabeleceu o Crédito Agrícola e inaugurou a Casa Rural de Empréstimo de Morelos (Frazão, 2020).

Desde a estruturação do Acampamento Emiliano Zapata, tinha-se como objetivo desenvolver no local a produção agrícola de alimentos para subsistência e para abastecer o município, assim tomaram a decisão de trabalharem sobre os princípios da agricultura ecológica. Dessa forma, montaram uma associação denominada Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária (ATERRA) (Engelmann, 2011).

Em 2007, o Emiliano Zapata deixou de ser acampamento e adotou a nomenclatura pré-assentamento. A partir disso, o INCRA fez diversas tentativas de comprar a área da EMBRAPA. Sem regularização, as famílias não tinham acesso a maioria das políticas destinadas aos assentamentos rurais, como créditos rurais para produção, implantação, construção de casas, infraestrutura etc. Tudo isso veio a contribuir na condição de subalternidade das famílias (Moreira, 2023).

Segundo Moreira (2023), atualmente, o Emiliano Zapata conta com 51 unidades de produção, divididas para as 70 famílias, em um total de 181 pessoas. Mantendo uma área de preservação permanente, de nascentes e mata ciliar. Há também uma área coletiva que conta com um barracão de reuniões e encontros, uma horta comunitária e uma escola, conforme mostra a figura 8:

Figura 8 - Atual composição das unidades de produção do Assentamento Emiliano Zapata



Fonte: Coordenação do Assentamento Emiliano Zapata. Organizado por Moreira, 2023.

O trabalho é organizado de maneira coletiva por grupos, representados por um casal cada. A comunidade possui seis grupos, cada grupo é composto por 6 a 14 famílias. Os grupos foram denominados pelos assentados como: Canudos, Mário Lago, Chico Mendes, Zumbi dos Palmares, Valdecir de Paula e Florestan Bernardes (Moreira, 2023).

Cada grupo possui integrantes responsáveis pelos “Setores” de saúde, finanças, coordenação, infraestrutura, educação, produção e comunicação. Dessa forma, quase todos que compõem o assentamento já participaram ou participam do trabalho voltado em prol da comunidade e do coletivo, seja em nível local, regional e estadual (Moreira, 2023). Nota-se assim a presença de redes internas no modo de organização da comunidade Emiliano Zapata.

Em 2012, inicia-se o trabalho na Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia Solidária (COOPERAS), tendo como princípio básico a produção de agroecológicos certificados. Com isso, foi possível a venda da produção nos programas de compra direta da agricultura familiar, como o Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Feira Verde da Prefeitura de Ponta Grossa (Moreira, 2023).

O restante da produção que não é escoada através dos programas é comercializada de maneira direta com os consumidores, através de feiras na cidade ou de eventos que são convidados para expor seus produtos, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) se apresenta uma grande parceira neste sentido.

As doações e ações de solidariedade são princípios norteadores do MST, são realizadas doações de alimentos a pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar ou em vulnerabilidade social. Na pandemia, essas ações ganharam grande notoriedade. O Emiliano Zapata juntamente com o Assentamento Maria Rosa do Contestado e o acampamento Padre Roque Zimmermann, os quais falaremos com mais detalhes a seguir, realizaram em 2020 a doação de cestas com produtos agroecológicos que contemplou 500 famílias na cidade de Ponta Grossa (Moreira, 2023).

Após 21 anos da ocupação, no dia 16 de março de 2024, a comunidade do Emiliano Zapata conquistou o assentamento de suas 70 famílias. A festa de comemoração (Figura 9) reuniu mais de mil pessoas, com ato político, churrasco servido gratuitamente, feira da reforma agrária e da economia solidária e baile (Alcantara, 2024).

Figura 9 - Flyer de divulgação da festa da conquista do Assentamento Emiliano Zapata



Fonte: Alcantara (2024).

Entre as autoridades presentes na celebração estavam Wellington Dias, ministro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); César Fernando Aldrichi, presidente nacional do INCRA; Enio Verri, presidente da Itaipu Binacional; Leila Klein, superintendente estadual do MDS; Nilton Bezerra Guedes, superintendente do INCRA-PR; ex-governador do Paraná, Roberto Requião; Mônica Valério, do Banco do Brasil; os deputados estaduais do Paraná Professor Lemos e Dr. Antenor; além de representantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sindicatos e movimento estudantil e popular urbano (Alcantara, 2024).

Após a conquista da terra, o Acampamento passa para o título de Assentamento, com a legalização de sua condição jurídica. Depois de assentados, os moradores determinam de maneira definitiva a separação dos terrenos e dos espaços coletivos, e podem planejar melhor as produções e a infraestrutura da comunidade. Nesse momento muitos barracos são desmontados para a construção de casas com

melhor estrutura e em seus terrenos definitivos, que antes não era possível, devido aos riscos de expulsão e despejo.

3.1.2 O Assentamento Maria Rosa do Contestado

O Assentamento Maria Rosa do Contestado está localizado no município de Castro no Paraná e iniciou sua ocupação em 2015, na Fazenda Capão do Cipó, uma área de 440,00 hectares, um imóvel rural de domínio público da União e que anteriormente foi cedido ao Ministério da Agricultura.

No ano de 2004 a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão ligado ao Ministério do Planejamento que administra imóveis da União, constatou que a referida Fazenda Capão do Cipó onde o Maria Rosa está localizado, estava na realidade na posse da “Fundação ABC”, uma instituição de caráter particular, que realiza pesquisa aplicada para desenvolver tecnologias e promover soluções tecnológicas para o agronegócio aos seus mais de 5 mil produtores rurais filiados das Cooperativas Frísia, Castrolanda e Capal, além dos agricultores contribuintes, como os da Coopagricola (Ponta Grossa-PR) e do grupo BWJ (Formosa-GO) (Benck, 2021).

Foi constatado que a posse das terras sobre a Fundação ABC era ilegal, porém a entidade se negou a devolver o imóvel. Ainda em 2004, a Advocacia Geral da União (AGU), ajuizou ação de reintegração de posse, que em 2013 teve sentença transitada em julgado, pela reintegração da posse à União Federal (Benck, 2021).

Em 2013, sob o disposto no artigo 188 da Constituição Federal, regulamentado pelo artigo 13 da Lei 8.629/93, cujo texto diz o seguinte: “As Terras rurais de domínio da União, dos Estados e dos Municípios, ficam destinadas preferencialmente, à execução de planos de reforma agrária” (Brasil, 1993), a Superintendência do INCRA do Estado do Paraná, solicitou à SPU o referido imóvel com o fim de incorporá-lo ao plano nacional de reforma agrária; desde abril de 2014 há uma liminar de despejo contra a fundação ABC, com multa diária de R\$ 20.000,00, mas o governo do estado nunca veio a cumprir essa ordem judicial (Benck, 2021).

Depois de aproximadamente um ano e meio de tentativas e de negociações sem solução, o MST decidiu ocupar a área com 130 famílias, no intuito de pressionar os

órgãos competentes para que os mesmos se abrissem para uma negociação. Após a ocupação da área, que ocorreu dia 24 de agosto de 2015, ainda no mesmo dia da ocupação, a data e hora para as negociações com a SPU já haviam sido marcadas, mostrando o imediatismo do mesmo somente sob pressão (Benck, 2021).

Segundo informações dos membros do próprio acampamento, a área se encontra numa região considerada o seio do agronegócio, não só do Paraná como no Brasil, conhecida por recordes de produtividade na produção de grãos e principalmente de leite, disputada por grandes multinacionais. Porém, nessa mesma região se concentra um grande número de agricultores familiares e camponeses, incluindo assentados da Reforma Agrária, que buscam formas alternativas para se manter no ramo, depois de experimentar por anos um modelo de escala, que levou muitos destes à falência e a se desfazerem de suas terras, migrando para as cidades (Benck, 2021).

O nome do assentamento foi escolhido como Maria Rosa do Contestado em homenagem a Maria Rosa, conhecida como a Joana D'arc do sertão, uma líder do povo caboclo na guerra do Contestado, que ocorreu entre os anos de 1912 e 1916, no interior de Santa Catarina e do Paraná, um movimento que se deu com a junção do messianismo religioso e com a insatisfação popular sobre a situação econômica e social da época. O conflito aconteceu em uma região que era contestada pelo Paraná e Santa Catarina, isto é, os dois estados disputavam o controle dela. Essa região presenciou o agravamento da situação da população, sobretudo devido aos interesses do governo e do capital estrangeiro, com a construção de uma ferrovia que ligaria o Rio Grande do Sul a São Paulo. Para que a ferrovia fosse construída, todos os moradores que residiam próximos a ela foram desapropriados de suas terras, o que causou uma revolta popular (Rossi, 2020).

O acampamento, atualmente, abriga cerca de 63 famílias, que ficam organizadas em núcleos, compostos por 10 famílias, nas questões organizacionais, de produção e comercialização dos produtos, a tomada das decisões é feita sempre de maneira coletiva. Foi construída uma cooperativa de pequenos produtores em 2016, nela todos os acampados trabalham e se organizam de maneira coletiva na produção agroecológica, escoamento de produtos, panificação e participação nos lucros, assim como nos princípios da economia solidária (Benck, 2021).

Em 2021, quase 100% das famílias acampadas já tinham conquistado o Cadastro de Produtor Rural (CAD/PRO). Com este cadastro, as famílias moradoras de áreas ainda não regularizadas tiveram suas atividades agropecuárias reconhecidas, passando a ter o direito de venderem formalmente os alimentos que produziam e a pagar tributos ao município. No mesmo ano, o Coletivo de Mulheres organizado na comunidade conquistou a agroindústria de produção de panificados, macarrão caseiro e beneficiamento de hortaliças (MST, 2023).

A comercialização dos produtos é feita através da Rede de Comercialização Maria Rosa do Contestado, criada entre o Assentamento e a Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (IESOL) da UEPG. A comercialização também é realizada no Mercado do Produtor e na alimentação escolar de Castro, além das feiras. A iniciativa garante geração de renda e fortalecimento da participação e da autonomia das mulheres.

A estrutura física do Assentamento é constituída por: 3 barracões, 1 prédio com salas para estudo, 4 casas de alvenaria, 1 campo de futebol, a comunidade conta também com um mercado e tem apenas dois pontos de acesso à luz elétrica (Benck, 2021). Em um desses barracões, há uma cozinha industrial, que foi inaugurada em novembro de 2021, com equipamentos conseguidos através do apoio com a IESOL, juntamente com o trabalho e esforço do Coletivo de Mulheres do Maria Rosa.

Todas as famílias do acampamento produzem de maneira agroecológica desde o primeiro dia de ocupação, essa iniciativa foi deliberada por decisões coletivas, seguindo os princípios do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Essa decisão promove saúde para os agricultores e consumidores, bem como conserva biodiversidade, recursos hídricos e solo; contrapondo-se ao modelo hegemônico de produção da região, ancorado pelo latifúndio, produção de grãos e leite, baseados no uso de insumos químicos maléficos à saúde da população e aos recursos naturais (Benck, 2021, p. 37).

Durante o período de pandemia, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, do município de Castro auxiliou os acampados a solicitarem o Auxílio Emergencial, bem como efetuou o cadastro das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico⁴. Destaca-se nesse período, a doação de mais de 10 toneladas de alimentos produzidos no Acampamento para comunidades vulneráveis e

⁴ O Cadastro Único (CadÚnico) por sua vez é uma ferramenta para Programas Sociais do Governo Federal o qual identifica e caracteriza famílias de baixa renda para conhecimento da realidade socioeconômica dessa população.

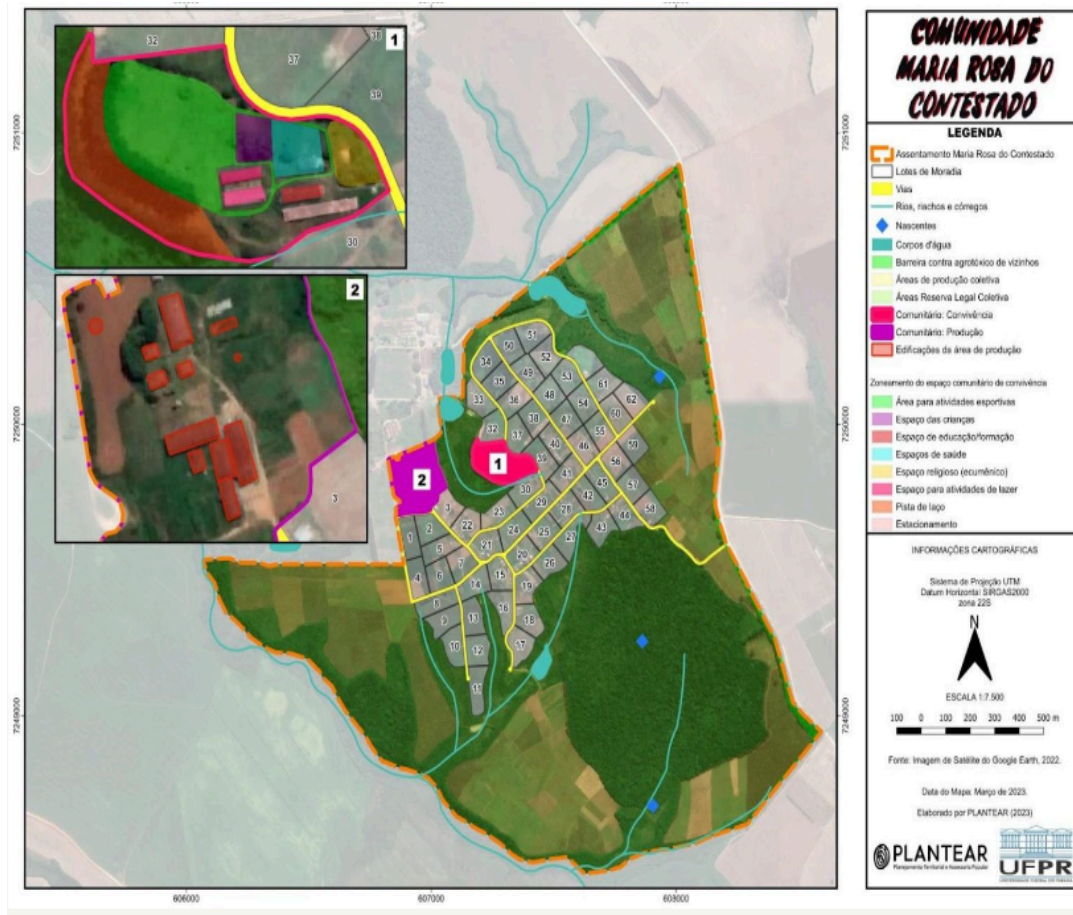
instituições assistenciais e a distribuição de mais de 400 marmitas para moradores de rua, em conjunto com os Assentamentos da região (Benck, 2021).

Desde a ocupação foram uma série de tentativas e de ações judiciais de despejo contra o Maria Rosa. A última aconteceu em 2020 quando o Instituto Federal do Paraná (IFPR) demonstrou interesse em construir um campus na área, protocolado através do processo administrativo 10154.120089/2020-81. No meio ainda de todo esse processo, em julho de 2019 a União propôs ação de reintegração de posse (ação n. 500 9554-77.2019.04.7009) contra as famílias acampadas no local. Contra a decisão, as famílias impuseram agravo de instrumento (autos n. 5030028-47.2019.04.0000). Após a União autorizar o uso da área total pelo IFPR (através de despacho proferido em 25 de março de 2020 pelo superintendente Jean Paulo Dolinski), muita comoção atingiu as famílias acampadas e diversos setores da sociedade em prol das famílias em questão (Comunidade, 2023).

Desde então foram realizadas diversas audiências de reintegração de posse. Porém, no dia 7 de dezembro de 2023 veio a vitória do Acampamento Maria Rosa do Contestado que virou a partir de então o Assentamento Maria Rosa do Contestado, a confirmação do assentamento das famílias ocorreu em uma audiência judicial, coordenada pelo juiz Antônio César Bochenek, da 2ª Vara Federal de Ponta Grossa. Nesta reunião, se firmou o acordo entre as famílias Sem Terra, o INCRA-PR, SPU do Paraná, Defensoria Pública da União do Paraná (DPU), Centro de Treinamento para Pecuáristas (CTP). A homologação do acordo ocorreu no dia 11 de dezembro de 2023 e encerrou uma disputa que se estendia há oito anos (Comunidade, 2023).

Os terrenos foram divididos entre as famílias e entre áreas de preservação e de cultivo, conforme mostra a Figura 10:

Figura 10 - Mapa da área do Assentamento Maria Rosa do Contestado



Fonte: Plantear - Coletivo Planejamento Territorial e Assessoria Popular da UFPR - site do MST (2023).

A área de 450 hectares foi transferida para o INCRA, que fará a concessão de 150 hectares para a CTP e destinará o restante para o assentamento das famílias Sem Terra. Ainda como parte do acordo, 30% dos cursos oferecidos pelo Centro deverão ser voltados a beneficiários da Reforma Agrária.

No dia 15 de dezembro foi realizada no Assentamento Maria Rosa, a festa da conquista da terra, a celebração contou com diversas atividades durante todo o dia e com centenas de pessoas (Figura 11):

Figura 11 - Flyer de divulgação da festa da conquista do Assentamento Maria Rosa do Contestado



Fonte: (Comunidade, 2023).

Na celebração estava presente a deputada federal e presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, que lembrou que a conjuntura política no país é de disputas acirradas e que ainda que a presidência tenha orientação progressista, a maioria do congresso nacional é conservadora, assim, é necessário a organização popular para a luta (Bianchini, 2023).

Nilton Bezerra, superintendente do Incra-PR, também estava presente e exaltou a organização e os esforços das famílias sem-terra nos últimos anos. Afirmou que durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), os acampamentos eram “tratados como criminosos” e os processos de regularização fundiária estavam arquivados. Para Nilton, se não houvesse o movimento e a luta das famílias, não existiria a reforma agrária, porque é uma política em disputa (Bianchini, 2023).

Com a conquista da terra, a comunidade do Maria Rosa espera conseguir uma participação maior em vendas institucionais, através de políticas públicas para a agricultura familiar, que requerem uma quantidade grande de alimentos, gerando mais renda para as famílias.

3.1.3 O Acampamento Padre Roque Zimmermann

O acampamento Padre Roque Zimmermann está localizado em Castro, no Paraná. O território foi ocupado no dia 6 de dezembro de 2018, por cerca de 40 famílias do MST. As famílias ocuparam a terra pública chamada de Fazenda Jeca Martins, uma área com aproximadamente 222 hectares. As famílias camponesas acumulavam uma caminhada de vários anos em acampamentos do movimento, muitas moravam no Assentamento Maria Rosa do Contestado e tomaram a iniciativa tendo como projeto um assentamento 100% agroecológico (Pereira, 2021).

A terra ocupada é propriedade do Instituto Água e Terra do Paraná (IAT) e com o objetivo de realização de pesquisas agrárias, estava formalmente cedida à Universidade Federal do Paraná (UFPR) desde o ano de 2003. A Universidade desistiu dos projetos no local e a terra passou a ser utilizada para o monocultivo ilegal de um vizinho (Pereira, 2021).

O nome do acampamento foi escolhido em homenagem ao Padre Roque Zimmermann (1939-2019), natural do Município de Santo Cristo, no Rio Grande do Sul, foi um padre, filósofo, escritor, sindicalista e político. No Paraná tornou-se professor universitário na UEPG, também eleito em dois mandatos no Estado como Deputado Federal, filiado ao PT. Foi militante pelos direitos humanos durante a ditadura militar, e se envolveu em causas ligadas aos pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem-terra (Meucci, 2020).

A comunidade Padre Roque recebeu em 2021, a certificação de produção agroecológica da Rede EcoVida, uma organização que realiza a certificação de forma participativa, com metodologia de verificação da conformidade. A conquista da certificação reflete o esforço coletivo das famílias que ocupam a área desde 2018, e que desde o início se organizaram com uma produção orgânica e agroecológica. O representante da direção estadual do MST e morador da comunidade reforça o

argumento: “desde a ocupação foi decidido que não seriam usados agrotóxicos e aos poucos criando as condições de descontaminar a área e conquistar o certificado orgânico” (Bem Paraná, 2021).

Por estar localizada às margens do rio Iapó, o acampamento tem como característica ter grande parte das terras inseridas em área de conservação ambiental, antes nesta área era feito o cultivo de soja transgênica, muito próximo às margens do rio. De acordo com um estudo socioambiental e econômico realizado por um grupo de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 80% do território não pode haver construções (Bem Paraná, 2021).

Assim, com o auxílio da UEPG e da UFPR, foram realizados cursos e oficinas dentro da comunidade. A partir do debate, chegou-se em um modelo de vida e produção agrícola, que tem o objetivo de ter um desenvolvimento sustentável, através de uma agrovila (Bem Paraná, 2021).

Uma ação realizada em 2021, pelo Acampamento, ganhou grande destaque na mídia, com a realização do plantio de 400 mudas de árvores nativas e frutíferas nos lotes e nas áreas coletivas da comunidade, evidenciando o compromisso do acampamento com as questões ambientais e de conservação do território.

Durante a pandemia, a comunidade Padre Roque participou de diversas ações de solidariedade, em conjunto com o Assentamento Maria Rosa e o Assentamento Emiliano Zapata, alcançaram o número de 5 toneladas de alimentos em uma das diversas doações. Entre os alimentos, estavam hortaliças, batata-doce, mandioca, milho verde e feijão, cultivados por 150 famílias dos dois acampamentos.

O acampamento tem apenas 5 anos, mas já conta com muitas vitórias e conquistas, com um modelo de acampamento agroecológico e sustentável, se apresentando como um guardião de seu território, prezando tanto pela recuperação do solo, antes explorado com químicos quanto na sua preservação, território esse que se encontra às margens de um rio.

Por se tratar de uma ocupação mais recente, o Assentamento Maria Rosa do Contestado, inserido na mesma cidade, presta apoio e auxílio ao Acampamento Padre

Roque, assim, ambos apresentam diversas relações de proximidade, parentesco e afetividade.

Conhecendo os três acampamentos/assentamentos universo da pesquisa, será explorado a seguir, a participação deles em redes, para se ter conhecimento de quais redes eles participam, quais os impactos dessas redes e como elas se apresentam na realidade do meio rural de Ponta Grossa e região.

3.2 A PARTICIPAÇÃO DO MST EM REDES EM PONTA GROSSA E REGIÃO

A população inserida no meio rural, vive uma realidade distinta das populações dos centros urbanos. Essa distinção faz com que trabalhadores rurais vivenciem outras experiências, precisando criar estratégias e participar de diferentes redes e organizações para garantir saúde, qualidade de vida e permanência no meio rural.

Compreender como as redes funcionam no meio rural é importante para entender como uma rede social, que para Gohn (2008) é aquela que possui um enraizamento maior com as comunidades locais, se conecta com outras redes sociais e com as redes temáticas (gênero, faixas etárias, questões ecológicas e socioambientais, étnicas) que para a autora apresentam um poder de articulação que ultrapassa o nível local, atuando até a um nível global. Assim, explorar as redes sociais é importante porque nos indicam os vínculos e as alianças existentes nas redes temáticas (Gohn, 2008).

Para conhecer como se apresentam essas redes no meio rural e como elas funcionam no universo do MST, esta etapa da pesquisa, conforme já destacado no item dos procedimentos metodológicos, contou com a pesquisa de campo, através da coleta de dados, com a amostra da pesquisa definida com: entrevistas semiestruturadas com 1 Liderança do Assentamento Emiliano Zapata, 1 do Liderança do Assentamento Maria Rosa e 1 Liderança do Acampamento Padre Roque, complementada por aplicação de um questionário de informações com as famílias desses acampamentos/assentamentos, para uma compreensão mais específica sobre a participação delas em redes.

As entrevistas das lideranças serão identificadas na pesquisa como *Liderança Emiliano Zapata*, *Liderança Maria Rosa* e *Liderança Padre Roque*. Já os questionários,

foram aplicados com 6 moradores de cada comunidade, totalizando 18 respostas, sendo cada um de famílias diferentes, esses foram identificados na pesquisa como *sujeito 1 ao sujeito 18*.

Primeiramente, se perguntou aos sujeitos quais os tipos de redes que eles participam, e obteve-se como resposta 12 redes diferentes. Para entender esses doze tipos de redes, elas foram categorizadas e analisadas através de artigos, documentos e notícias do MST, para compreender como elas funcionam no universo do Movimento e do meio rural.

Depois, essas 12 redes passaram à categoria de análise, para buscar a compreensão dos sentidos e do que elas representam para os sujeitos de pesquisa, ou seja, para os acampados/assentados de Ponta Grossa e região.

A importância das redes de maneira geral, também será um objetivo da pesquisa, para saber o que os sujeitos da pesquisa pensam sobre seus aspectos econômicos, sociais e políticos, e a importância delas para a reforma agrária. Também será explorado a importância do MST para a existência e funcionamento dessas redes.

O período da pandemia da covid-19 foi um período marcante para os acampados/assentados, com desafios, criação de redes de solidariedade e de necessidade de diversas estratégias de luta. Dessa forma, será explorado como foi a chegada da pandemia para os sujeitos e como as redes foram usadas nesse momento, se houve dificuldades para participar delas ou se elas foram instrumentos de resistência nesse processo.

3.2.1 Os Tipos de Redes que os Acampamentos/Assentamentos do MST de Ponta Grossa e Região Fazem Parte

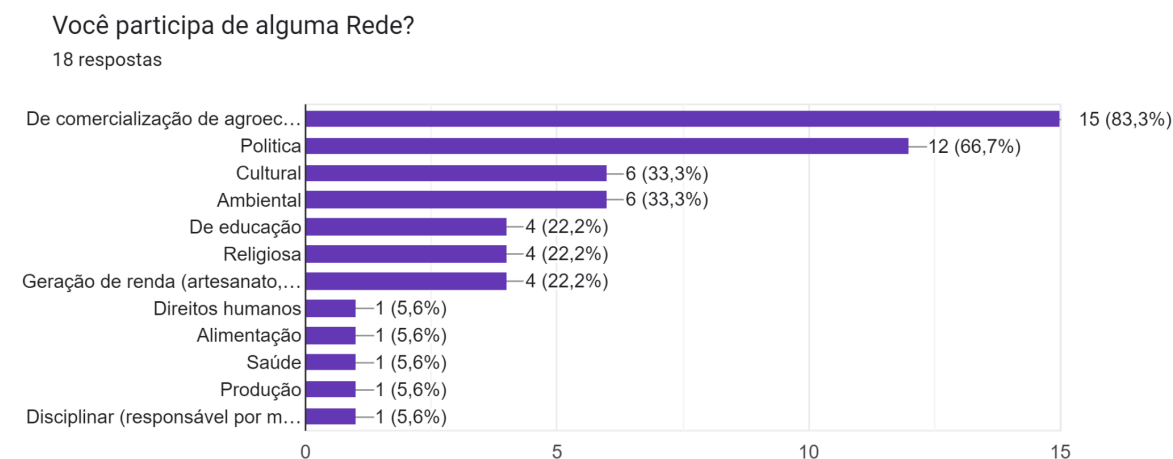
As informações utilizadas para descrever os tipos de redes que os acampamentos/assentamentos que o MST de Ponta Grossa e região participam, são oriundas da aplicação de 18 questionários, respondidos na íntegra, pelas famílias (*sujeitos*) que estão inseridas no Assentamento Emiliano Zapata - Ponta Grossa, no Assentamento Maria Rosa do Contestado - Castro e no Acampamento Padre Roque Zimmermann - Castro.

Segundo os dados da pesquisa, quando perguntado aos sujeitos, se eles participam de alguma rede, obteve-se como resposta que 18 (100%) dos sujeitos participam de redes. Isso mostra a expressiva participação dos 3 acampamentos/assentamentos universo da pesquisa em redes.

Quanto aos tipos de redes, na qual esses 18 (100%) sujeitos estão inseridos (Gráfico 1), obteve-se como resposta 12 redes:

1. *Redes de comercialização de produtos agroecológicos* com 15 (83,3%) participações;
2. *Redes políticas* com 12 (66,7%) participações;
3. *Redes culturais* com 6 (33,3%) participações;
4. *Redes ambientais* com 6 (33,3%) participações;
5. *Redes de educação* com 4 (22,2%) participações;
6. *Redes religiosas* com 4 (22,2%) participações;
7. *Redes de geração de renda* com 4 (22,2%) participações;
8. *Redes de direitos humanos* com 1 (5,6%) participação;
9. *Redes de alimentação* com 1 (5,6%) participação;
10. *Redes de saúde* com 1 (5,6%) participação;
11. *Redes de produção* com 1 (5,6%) participação e
12. *Redes disciplinares* com 1 (5,6%) participação.

Gráfico 1 - Os tipos de redes que as famílias do MST de Ponta Grossa e Região participam



Fonte: A autora (2024).

Cabe destacar, que a maioria dos sujeitos da pesquisa responderam participar de mais de uma rede, e somando todas as respostas obtém-se 56 participações dos sujeitos que responderam ao questionário, revelando uma grande participação dos acampados/assentados de Ponta Grossa e região em redes.

Outra questão que apareceu durante a realização da pesquisa, na fala dos sujeitos entrevistados, é que eles participam de tantas redes e organizações coletivas que não conseguiam lembrar de todas elas, no momento de responder os questionários e a entrevista semiestruturada. Isso se destacou na fala do *sujeito 1*:

“Estou no movimento há 20 anos, já participei e participo de muitas redes. Atualmente sou da coordenação do Movimento então participo e ajudo a manter e criar novas redes, pois elas são muito importantes em nossa luta pela terra.”
(*Sujeito 1*).

Para entender as características dessas 12 redes, elas foram analisadas a partir dos “Setores” do MST (Quadro 8), de suas “Bandeiras” (Quadro 10) e pelos seus posicionamentos nos seus 40 anos de luta. Essa análise se faz necessária para uma melhor compreensão sobre as definições dessas redes e como elas funcionam no universo do MST e do meio rural.

As *redes de comercialização de produtos agroecológicos* contam com a participação de 15 (83,3%) dos sujeitos. A presença dessas redes no meio rural tem sua raiz em detrimento ao modelo agroexportador, que deixa os destituídos de grandes terras e de grandes produções, e conseqüentemente dos grandes lucros, sem meios de escoar sua pequena produção.

Dessa forma, os camponeses e pequenos agricultores se veem obrigados a criar e participar de redes de comercialização, também conhecidas como Redes de Circuito Curto Agroalimentares (CCA). Essas redes se caracterizam por apresentar uma comercialização de produtos, sem diversos atravessadores, como é o caso dos Supermercados. Assim, os produtos vão direto do produtor para o consumidor.

Essa estratégia foi criada porque para vender seus produtos para grandes atravessadores, os preços que os produtores conseguiam por seus produtos eram pequenos, obtendo uma margem de lucro extremamente baixa, o que se torna completamente inviável para o produtor.

Assim, busca-se a construção de sistemas agroalimentares alternativos em escala local, voltados ao desenvolvimento rural e à reconexão desses processos com a sua base ecológica e sociocultural. Visando articulações regionais, nacionais e internacionais, tendo como um dos pilares de sustentação a construção de circuitos curtos de proximidade entre produtor e consumidor e a valorização dos mercados locais (Gemim *et al.*, 2020).

As *redes políticas* contam com a participação de 12 (66,7%) dos sujeitos. Essas redes se caracterizam com base nas amplas coalizões e pelo enlaçamento ou agregação de grupos identitários, juntamente com traços da geografia das comunidades culturais, linguísticas ou a identificação e compartilhamento de certos valores (Machado, 2007).

O Movimento apresenta o “Setor de Formação”, que tem por objetivo aprofundar a compreensão do mundo dos acampados/assentados, e adquirir uma formação sociopolítica da qual, em geral, para o MST, os trabalhadores foram privados há séculos. Para isso, o “Setor de Formação” tem como tarefa organizar cursos de formação política (MST, 2023).

O MST, também defende a bandeira do “Sistema Político”, definida por buscar um país que se crie e se utilize, permanentemente, de mecanismos de participação e decisão direta da população, nas várias instâncias de decisão do poder político e social, construindo uma verdadeira democracia popular participativa. Defendem a regulamentação dos plebiscitos, referendos e consultas populares para tomada de decisões de importância para o povo. Com uma ampla reforma política, que garanta liberdade de organização política e partidária, financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, controle da propaganda mentirosa, fidelidade partidária, revogação de mandatos pelo voto popular, fim do sigilo bancário, patrimonial e fiscal de todos os candidatos e de todos ocupantes de cargos públicos, em todos os níveis. Ajuste dos salários de todos os eleitos equivalente à média dos ganhos dos servidores públicos (MST, 2023).

As *redes culturais* aparecem representadas por 6 (33,3%) dos indivíduos. O Movimento tem o “Setor Cultural”, que defende e cria ações na perspectiva de uma Reforma Agrária Popular, e para isso, pressupõe uma revolução cultural no modo de

viver e se reproduzir no campo brasileiro, buscando a transformação das relações entre homens, mulheres e a natureza, para isso, colocou a cultura como um programa no Movimento. Para o MST, a arte e a cultura têm um papel fundamental, pois contribuem desde a fundação do Movimento, para a construção da identidade Sem Terra (MST, 2023).

A cultura também aparece como uma de suas “Bandeiras de Luta”, definida como a defesa da educação e do acesso à cultura, ao conhecimento e a valorização dos saberes populares, como condição fundamental para a realização dos brasileiros como seres humanos plenos. Democratizando e popularizando a cultura no país. Fortalecendo os espaços de trocas culturais, promovendo o acesso popular aos teatros, cinemas, exposições, sinfonias, amostras, apresentações folclóricas e festas tradicionais que celebrem a vida e a luta do povo brasileiro (MST, 2023).

As *redes ambientais* são representadas pela participação de 6 (33,3%) dos sujeitos. O Movimento defende a bandeira de uma “Reforma Agrária Popular”, afirmando que uma nação, por meio do Estado, do governo, das leis e da organização de seu povo deve zelar permanentemente, pela soberania, pelo patrimônio coletivo, pela educação pública, e pela sanidade ambiental e pela saúde pública. Garantindo a posse e uso da terra para todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraizeiros e quilombolas. Estabelecendo um limite máximo quanto ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional. Para o Movimento, é preciso organizar a produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, aplicando assim, o princípio da soberania alimentar. A política de exportação de produtos agrícolas deve ser apenas complementar, buscando maior valor agregado possível e evitando a exportação de matérias-primas (MST, 2023).

A questão ambiental é de extrema relevância para o MST, pois ele é um movimento social rural, que atua na contramão do agronegócio, sua organização interna e suas ações são caracterizadas por práticas agrícolas sustentáveis. O MST tem construído a “Rede de Viveiros da Reforma Agrária”, uma iniciativa que já conta com 300 viveiros em todo o Brasil, estimulando a prática coletiva nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, da produção de mudas e plantio de árvores.

Como parte das frentes de ação do “Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, ação do MST que pretende plantar 100 milhões de árvores em 10 anos, os Viveiros da Reforma Agrária têm espalhado pelo país as diversas formas de organização dos camponeses e camponesas na produção de mudas nos diferentes biomas brasileiros. O Plano foi lançado em 2020, como um espaço de articulação, formação, organização política e de amplo debate, reafirmando alguns compromissos do Movimento: a Reforma Agrária Popular e a defesa dos seus territórios e da agricultura familiar; a Soberania Alimentar como uma mudança radical do sentido da produção e distribuição de alimentos, dando acesso a alimentos saudáveis especialmente para populações mais vulneráveis, como forma de promover saúde preventiva no país que mais usa agrotóxicos no mundo; a Agroecologia, que é baseada na sociobiodiversidade, na economia solidária e no respeito ao conhecimento tradicional e às culturas locais/regionais; e o cuidado dos Bens Comuns, como a água, os minérios, a terra e a biodiversidade, que são bens naturais finitos e, por isso, comuns a todos os seres humanos. Através do Plano, 25 milhões de árvores já foram plantadas, 300 viveiros pelo Brasil foram criados e 15 mil hectares de terra foram recuperados até o ano de 2023 (MST, 2023).

As *redes de educação* contam com a participação de 4 (22,2%) dos sujeitos. O Movimento tem o “Setor da Educação”, na qual se desenrolam ações que tem por objetivo dar respostas às necessidades educacionais dos trabalhadores Sem Terra, por meio da educação do campo, com a valorização dos saberes, vivências e da cultura das populações rurais. O setor também atua na luta pela criação de políticas públicas educacionais para Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos assentamentos e acampamentos. Bem como, na formação técnico profissionalizante de nível médio, em cursos superiores e de pós-graduação (MST, 2023).

Para o MST a educação é uma das áreas prioritárias de atuação, que desde a sua origem desenvolveu processos educativos e incluiu como prioridade a luta pela universalização do direito à escola pública de qualidade social, da infância à universidade. Entendendo que o acesso e permanência é fundamental para inserir toda a base social na construção de um novo projeto do campo e pelas transformações socialistas (MST, 2023).

Nesse sentido, o MST busca construir coletivamente um conjunto de práticas educativas na direção de um projeto social emancipatório, protagonizado pelos trabalhadores e trabalhadoras. A construção de uma escola ligada à vida das pessoas, que torne o trabalho socialmente produtivo, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história como matrizes organizadoras do ambiente educativo escolar, com a participação da comunidade e auto-organização dos educandos e educandas, e dos educadores e educadoras (MST, 2023).

Os números do Movimento em relação a educação demonstram esse compromisso: mais de duas mil escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos; duzentas mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação garantida; cinquenta mil adultos alfabetizados; dois mil estudantes em cursos técnicos e superiores; mais de cem cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo o país; dez mil educadores/as, servidores/as públicos e colaboradores/as em escolas públicas construídas em área de reforma agrária (MST, 2023).

Os acampamentos e assentamentos também contam com as Escolas Itinerantes, que foram criadas pelo Movimento, para garantir o direito à educação das crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de itinerância, enquanto estão acampados, lutando pela desapropriação das terras improdutivas e implantação do assentamento. É uma escola que está voltada para toda a população acampada, o barraco da escola itinerante, é construído antes do barraco de moradia e tem também a função de se converter em um centro de encontros de toda comunidade acampada (MST, 2023).

As *redes religiosas* representam 4 (22,2%) dos sujeitos, o MST apoia e recebe todas as religiões, mas em sua gênese, era intimamente ligado aos movimentos religiosos vinculados à Teologia da Libertação, através da Comissão Pastoral da Terra. A igreja católica sempre esteve muito presente no Movimento, bispos e padres sempre participaram de audiências de reintegração de posse e celebrações nas comunidades. Atualmente, observa-se que a presença da Igreja Católica nos assentamentos, é mais restrita às missas e celebrações do que às ações políticas (Menezes Neto, 2007).

Segundo Menezes Neto (2007),

É importante observar que a mística dos rituais do MST, nos quais a música e o teatro são muito utilizados, procura valorizar personagens religiosos e socialistas, como Cristo e Guevara. Essa ação de valorização da mística, baseada em ritos religiosos, contribui para manter nos militantes a chama para a luta e a organização comunitária, pois alimenta sonhos e utopias. E, fundamentalmente, transforma essa utopia em críticas ao capitalismo, sustentando a possibilidade de construção de uma sociedade socialista (Menezes Neto, 2007, p. 337).

As *redes de geração de renda* aparecem com a participação de 4 (22,2%) dos sujeitos, elas se configuram pela comercialização de artesanatos, produtos de panificação etc. Para Piccin (2012), em um cenário de concorrência com o setor de commodities, há uma diminuição do preço dos produtos, fazendo com que a agricultura familiar seja pressionada a buscar outras estratégias produtivas como maneira de complementar a renda, a exemplo do turismo, mercados de nicho, diversificação produtiva etc. Contudo, nem todas as agriculturas familiares estão em condições de desenvolver, com sucesso, tais alternativas. Dependem, entre outros, da quantidade prévia de capital e terra, características da unidade familiar e condições culturais em que os agricultores se forjam e expressam por meio de suas atividades.

As estratégias produtivas para completar renda são chamadas por Moreira (1999) de autonomia relativa. Para o autor, a posição do agricultor familiar como proprietário de um pequeno patrimônio produtivo em detrimento do grande proprietário, os coloca como subordinados aos desdobramentos da ordem competitiva dominante não apenas na esfera da produção, mas também da circulação de mercadorias, sugerindo, ainda, com a noção de espaço social, a subordinação às dimensões políticas e culturais da sociedade abrangente.

Na concorrência intercapitalista, para a fixação do lucro há a tendência de que pequenos patrimônios produtivos não realizem tais grandezas econômicas, e o valor conquistado só daria para a simples reprodução das condições de trabalho dos integrantes da família e dos meios de produção. Essas condições levam à perda, por parte dos pequenos proprietários, das características de capitalista, passando a ser um trabalhador que, para exercer seu trabalho, deve ter como requisito a propriedade dos meios de produção. Há, portanto, um campo de força que os empurra para outras atividades nas quais esses processos de concorrência são menos intensos. Esse é um

dos âmbitos da autonomia relativa desses agricultores, de gestão da força de trabalho de sua unidade doméstica e de necessidades materiais e simbólicas (Moreira, 1999).

Dessa forma, nota-se que essa autonomia de geração de renda é relativa, a partir do momento que os produtores precisam tirar o tempo de produzir alimentos, que é seu foco principal, para buscar outros meios de renda, que muitas vezes tem como finalidade a subsistência de sua família e a tentativa de melhorar as condições de produção, revelando as condições de subalternidades nas quais estão condicionados.

As *redes de direitos humanos* aparecem com 1 (5,6%) dos sujeitos. No Movimento os direitos humanos são defendidos em todas as esferas de luta e atuação. O “Setor de Direitos Humanos”, tem como papel defender juridicamente os militantes do Movimento, resistindo ao processo de luta contra a criminalização e a violência que atinge os movimentos sociais. Além disso, tem a tarefa de interceder juridicamente nos processos ligados às políticas de Reforma Agrária junto aos setores do Estado (MST, 2023).

Em suas bandeiras de luta, estão algumas pautas relacionadas à defesa dos direitos humanos, como o “Combate a Violência Sexista”, que se posicionam frente às diversas formas de opressão de gênero que afetam diretamente a vida das mulheres. Assim, o Movimento afirma lutar para transformar a sociedade a partir da compreensão de que a organização das mulheres e LGBTQs é fundamental para a superação do modelo capitalista, racista e patriarcal, como forma de pôr fim à violência sexista, sendo esta um dos pilares da dominação social (MST, 2023).

Há também, a Bandeira da “Diversidade Étnica”, que se pauta na busca por uma sociedade que viva harmonicamente, com sua diversidade étnica e cultural, com oportunidades iguais a todos, com democracia econômica, social, política e cultural. Para o MST, os casos de discriminação baseados em tipos físicos, cores e cultura precisam ser combatidos. Para isso, é essencial a existência de políticas públicas que garantam, por exemplo, a demarcação dos territórios indígenas e quilombolas. Também afirmam ser fundamental a existência de ações de combate aos preconceitos e as discriminações relacionadas às diferenças de cor, etnia, sexo, cultura e crenças religiosas e que promovam a valorização e o respeito à diversidade cultural (MST, 2023).

No final do ano de 2023, em uma ação de direitos humanos, o MST enviou mais de 13 toneladas de alimentos para Gaza. Os alimentos da reforma agrária brasileira foram transportados pelos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) como forma de ajuda humanitária e defesa de direitos humanos em conjunto com órgãos internacionais (MST, 2023).

As *redes de alimentação/segurança alimentar* aparecem com 1 (5,6%). Cabe destacar, que para o Movimento a luta contra a fome é diária, realizam diversas doações de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos ou pesticidas, como também, participam de Congressos, Jornadas, entre diversos outros eventos e organizações da sociedade civil.

Desde o início da pandemia e do agravamento da crise, o Movimento colocou como tarefa central o combate à fome. Em Pernambuco, por meio da Campanha Mãos Solidárias, em parceria com outras organizações, foram realizadas doações de mais de 900 mil toneladas de alimentos e quase um milhão de marmitas distribuídas nas nove Cozinhas Populares Solidárias montadas, atendendo mais de 40 territórios do Grande Recife. Os atos de doações de alimentos foram ganhando corpo e parcerias e permaneceram após a pandemia (MST, 2022).

As *redes de saúde* também contam com a participação de 1 (5,6%) dos sujeitos. Internamente o Movimento tem o “Setor de Saúde”, que tem como papel pressionar o Estado para que este cumpra com sua função nas áreas de assentamentos e acampamentos, e que implemente políticas públicas de soberania, segurança alimentar, de condições de vida dignas, como medidas de saúde preventivas às doenças (MST, 2023).

O Movimento também tem como bandeira a “Saúde Pública”. Defendendo que o Sistema Único de Saúde (SUS) deve ser ampliado e melhorado e o Estado deve garantir acesso a atendimento médico-odontológico, e medicamentos de forma gratuita e racional a toda população necessitada. Combatendo todas as práticas que mercantilizam o atendimento à saúde da população e as transformam em mero objeto de lucro (MST, 2023).

As ações e as redes que o Movimento impulsiona partem da concepção da Saúde Popular, que para o Movimento são além de práticas tradicionais, milenares e

alternativas de cuidado e autocuidado, envolve a luta popular pela democratização da terra, dos conhecimentos, saberes e das relações humanas livres e emancipadas (MST, 2023).

As *redes de produção* citadas por 1 (5,6%) dos sujeitos, partem do “Setor de Produção” do Movimento, que enfrenta o desafio de estabelecer novas relações de produção, partindo de três princípios fundamentais que foram estabelecidos para dar origem ao modelo de cooperação agrícola do Movimento: não separar, as lutas pela terra e pela Reforma Agrária, a dimensão econômica da dimensão política; entender que a luta não termina na conquista da terra, ela continua na organização simultânea da cooperação agrícola das ocupações; priorizar o investimento na formação dos Sem Terra e dos assentados para sua qualificação profissional, tendo em vista as transformações da estrutura produtiva (MST, 2023).

Por fim, as *redes disciplinares* representadas por 1 (5,6%) dos sujeitos, são as redes internas do MST, que supervisionam o cumprimento das regras e diretrizes do Movimento dentro dos acampamentos/assentamentos, fato que, reitera o compromisso do MST com suas bandeiras de luta e com seus posicionamentos.

Após conhecer como se caracterizam essas 12 redes, será explorado os impactos de cada uma delas, buscando compreender seus significados e como elas se apresentam na vida e no cotidiano dos acampados e assentados.

3.2.2 Os Impactos das Redes nos Acampamentos e Assentamentos do MST de Ponta Grossa e Região

Neste momento da pesquisa de campo, foram realizadas perguntas que dessem retorno quanto aos impactos dessas 12 redes na realidade dos acampamentos/assentamentos de Ponta Grossa e região. Os dados foram coletados através de entrevista semiestruturada, com a visão das lideranças dos acampamentos/assentamentos e com a aplicação de um questionário direcionado às famílias (identificadas como *sujeitos*), para se compreender como essas redes funcionam no universo da pesquisa.

Assim, para compreender quais são os impactos das redes nesses acampamentos/assentamentos, serão utilizadas, neste item, as redes que apareceram

como resposta no item 3.2.1, da presente pesquisa, sendo elas: *redes de comercialização, redes políticas, redes culturais, redes ambientais, redes de educação, redes religiosas, redes de geração de renda, redes de direitos humanos, redes de alimentação, redes de saúde, redes de produção e redes disciplinares*. Assim, será explorado os impactos de cada uma dessas redes.

As *redes de comercialização* se mostram extremamente expressivas, 15 (83,3%) dos 18 (100%) sujeitos participam delas. Essa participação tem como motivação o escoamento da produção e a geração de renda para as famílias. No Assentamento Maria Rosa do Contestado, foi criada a Rede de Consumidores e Produtores Agroecológicos Maria Rosa do Contestado, em parceria com a Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (IESOL) da UEPG, conforme afirma Wynnek (2022).

Ao longo da incubação do Empreendimento Maria Rosa, o grupo apresentou uma grande dificuldade no escoamento da produção de seus produtos agroecológicos, como alternativa para esse problema, em maio de 2019, por meio de esforços entre a Incubadora e o empreendimento, foi criada uma Rede de Consumidores e Produtores Agroecológicos do Acampamento Maria Rosa do Contestado, essa Rede é caracterizada como uma Rede de Circuito Curto Agroalimentares (CCA), por terem ligação direta entre os produtores e os consumidores (Wynnek, 2022, p. 49).

Segundo Wynnek (2022), essa Rede de Comercialização foi organizada desde o início pelo Coletivo de Mulheres do Assentamento Maria Rosa, juntamente com a IESOL.

O coletivo de mulheres é um setor que faz parte do acampamento. Ele começou assim que iniciou o acampamento e suas bases. Seu início foi com a cozinha comunitária, com as mulheres fazendo o trabalho da cozinha, pois muitos não cozinhavam nas suas casas por não terem estrutura nem alimento. Então, foi feita uma cozinha comunitária e ali iniciou-se o coletivo. No decorrer do tempo tivemos cursos de artesanato e panificação, onde foi comprado um forno elétrico usado, e com isso, nasceu o sonho de uma cozinha industrial. Não demorou muito para o acampamento ser incubado pela IESOL e com nosso trabalho com a incubadora fomos conquistando os equipamentos para a cozinha industrial, onde criamos também a Rede de encomendas dos produtos orgânicos e começamos também a comercializar macarrão caseiro para oferecer na rede (IESOL, 2020).

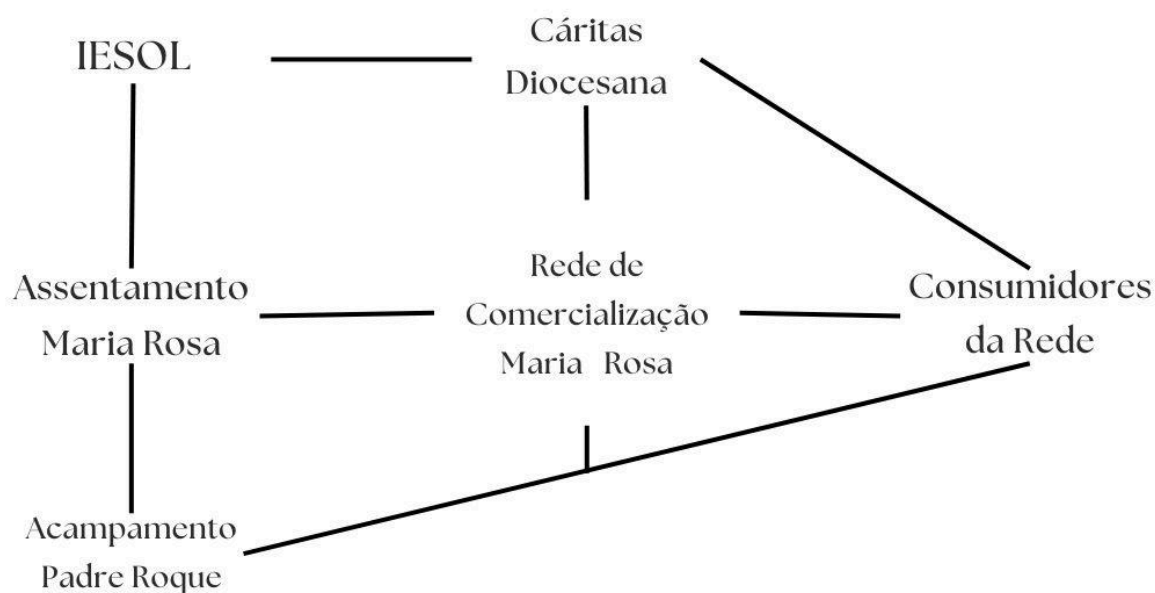
As entregas da Rede ocorriam semanalmente em uma feira da Economia Solidária na UEPG, mas foram prejudicadas pela chegada da pandemia de “Covid-19”, assim, uma parceria foi firmada com a Cáritas Diocesana de Ponta Grossa, para que as

entregas pudessem ocorrer lá, devido ao fechamento da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Wynnek, 2022).

Assim, nota-se que além de ser uma rede, que une consumidores e produtores de maneira direta, a Rede de Comercialização de Agroecológicos Maria Rosa do Contestado também foi criada pela articulação de dois atores, sendo o Coletivo de Mulheres do Assentamento Maria Rosa e a Incubadora IESOL da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A chegada da pandemia incluiu a Cáritas Diocesana como mais um ponto de ligação na rede, evidenciando a necessidade da articulação de diversos atores e organizações para que essas redes possam existir e se manter.

A Rede de Comercialização de Agroecológicos Maria Rosa do Contestado também recebe produtos das famílias do Acampamento Padre Roque, como uma forma de auxiliá-los a escoar sua produção. O Padre Roque é uma ocupação que teve suas raízes no Assentamento Maria Rosa, ambos apresentam um grande apoio e solidariedade entre suas ações. Essas ligações de diversos atores ao redor da Rede de Comercialização de Agroecológicos Maria Rosa do Contestado, pode ser observada no fluxograma (Figura 12), a seguir:

Figura 12 - Fluxograma das relações em torno da Rede de Comercialização Maria Rosa do Contestado



Fonte: pela autora (2024).

Assim, nota-se a diversidade de atores conectados ao redor da Rede de Comercialização do Maria Rosa. A importância dessa Rede para os sujeitos é destacada na fala de sua Liderança:

“Eu acho que as redes caminham junto com nós, porque as redes abrem caminho, abrem as portas, elas mostram o caminho que a gente precisa ir e já tem o foco da onde que a gente precisa desenvolver alguma coisa. Para nós, no caso da IESOL, a IESOL abriu as portas para nós, para nos ajudar na comercialização, porque foi com a IESOL que nós começamos a produzir as primeiras notas fiscais e conseguimos produzir outros documentos, porque nós precisamos ter notas e quando vendíamos na cidade não conseguimos produzir nota de produtor e com a venda das sacolas com a IESOL nós começamos a emitir as nossas notas, eram valores mais baixos, mas dali, em um ano juntando as notas, nós conseguimos o segundo documento, que se chama CAP (Cadastro da Agropecuária), é com o CAP que agora nós conseguimos fazer essas vendas maiores, que é essas redes institucionais, o PNAE, a venda direta para o Estado. Isso foi o que guiou nós, mostrou o caminho por onde a gente precisava chegar, porque se não fosse as redes, nós não tínhamos chegado onde nós estamos hoje, então isso incentiva, auxilia, principalmente ali da equipe da IESOL, da UEPG em geral, o LAMA também que é nosso aliado, os técnicos, eles ajudam muito.” (Liderança Maria Rosa).

Ou seja, das vendas realizadas através da rede, o Maria Rosa foi juntando notas fiscais que possibilitaram a conquista do Cadastro da Agropecuária (CAP), e assim puderam entrar em programas e políticas do Estado para a comercialização de seus produtos em grandes quantidades.

Essa relação dos sujeitos com a IESOL também se destacou nas falas do Sujeito 9 e do Sujeito 12, que afirmam terem como experiências marcantes de participações em rede, a parceria com a IESOL conforme as falas a seguir:

“A rede de comercialização com a IESOL, pois foi a primeira experiência de venda através de grupos de comercialização, que nós tivemos, antes tínhamos que ir para cidade vender de porta em porta, enfrentando sol e chuva.” (Sujeito 9).

“A rede de comercialização com a IESOL é algo que ajuda muito na renda da minha família” (Sujeito 12).

Antes da Rede de Comercialização, os produtores do Assentamento Maria Rosa, iam para o centro da cidade de Castro, e vendiam seus produtos batendo de porta em porta, no frio, no sol e na chuva. Após a rede, não precisaram mais fazer esse deslocamento, resultando em mais qualidade de vida para os assentados.

As *redes políticas* também contam com grande participação, com 12 (66,7%) dos sujeitos. Essa inserção aparece em diversas falas dos entrevistados, conforme destaca-se a fala da Liderança do Emiliano Zapata, a seguir:

“O cidadão precisa entender que uma construção política não tem lado, uma construção política tem uma sociedade para atender e toda a divergência é bem vinda, porque é na divergência que nós vamos assinar os pontos, o problema é que os pequenos produtores vão estar sempre contradizendo a vontade dos grandes produtores, os pequenos comerciantes sempre vão estar contradizendo a vontade dos grandes comerciantes e nunca vamos ter financeiramente o mesmo patamar, então nós temos que ser que ser ousamos na inteligência política. Então, a política é muito valiosa, importante e rica e o povo precisa entender que tudo é política, que o corpo do cidadão é política, o jeito que ele se veste, que ele se porta, as conquistas que ele vai ter, vai dele entender isso e se posicionar em cada local, da forma necessária para atingir seus objetivos. Porque a gente sempre fala dinheiro nós não tem, temos palavra, esforço e coragem para lutar, porque se dependermos de dinheiro nós não vamos conseguir fazer muita coisa na vida, mas tentamos dar muita inteligência pro povo, para o povo saber a importância que eles têm, que mais importante que saber o que eles carregam no bolso é saber o que eles carregam na memória, isso que é importante.” (Liderança Emiliano Zapata).

Para Gohn (2014), o MST é um ator político porque atribui qualidade aos atores sociais que compõem suas bases ao inseri-los num plano que vai além da luta pelo acesso à terra, que é a luta pela democracia, pela igualdade, contra a exclusão. Ele se formou ao redor de uma identidade-ser sem-terra e luta para alterar a qualidade desta identidade passando a ser um com-terra. Mas ao buscar esta reversão atinge eixos centrais nas relações capitalistas que é a propriedade. O grande problema é que ele quer ser um com-terra, um “igual”, sem passar pelo funil divisório que é a compra. Quer o acesso à terra pela posse com direitos iguais aos que detêm a sua propriedade e com isto ele perturba a lógica e a ordem das relações demarcadas na sociedade. Por isto ele é um agente de tensão contínua, com uma face inovadora e outra perturbadora da ordem dominante.

As estratégias de luta política, mostram o movimento contra-hegemônico dessa luta, se destacando na seguinte fala da Liderança do Emiliano Zapata:

“O Zapata em si ele tem relação com todo o município de Ponta Grossa, inclusive com uma prefeitura que não é voltada aos nossos partidos políticos ou a nossa ideologia política, mas que pela relação dos produtores, pelo trabalho dos produtores ter garantido alimentação de qualidade nas escolas e em grande volume e isso ser orquestrado de uma forma muito profissional pelos próprios sem terra, que formaram as terras, seus administradores, gestores, vendedores, entregadores, é uma rede de trabalho, a cooperativa se tornou uma rede de

trabalho e ampliou essa relação e que hoje deu posicionamento para o Zapata, dentro das estruturas políticas do Estado e do Município de Ponta Grossa e que é um elo muito forte [...]” (Liderança Emiliano Zapata).

Ou seja, é através de suas ações e de seu trabalho que o Movimento conquista e disputa espaços, podendo assim divulgar seu trabalho de maneira sólida e consistente. O trabalho como força e agente de transformação, também aparece na fala da Liderança do Maria Rosa, que através das redes e as parcerias com as universidades, tiveram conquistas importantes, conforme se destaca na seguinte fala:

“[...] porque nós falamos aqui, que agora que viramos um assentamento, não vamos deixar de trabalhar com as universidades, vamos continuar do mesmo jeito, temos que continuar, porque se não fosse os nossos apoiadores, o pessoal da UEPG e da UFPR, muita coisa nós não teríamos conseguido, porque, por exemplo, os documentos, o mapa da área, ajudou nós a chegar no juiz e mostrar o trabalho que foi feito, porque se não ele não ia aceitar, então mostramos o trabalho da equipe, para chegar ali mostrar e falar olha é assim e funciona, todo trabalho técnico feito aqui funciona, então nós precisamos dessas parcerias e muitos são voluntários, não ganham nada para isso, são estudantes, são estagiários, professores que se doam, eles não ganham por isso.” (Liderança Maria Rosa).

Nesse contexto, da luta para além de um pedaço de terra, destaca-se a participação das famílias nas *redes culturais*, com a participação de 6 (33,3%) dos sujeitos, neste sentido o Movimento espalha a visão de uma Reforma Agrária Popular, em uma luta contra os padrões hegemônicos formados pela cultura do capital e do agronegócio.

Para Brennand (2017),

A confrontação permanente entre o Agronegócio e o Campesinato organizado pelo MST é incessante, fazendo com que a disputa territorial permaneça no cotidiano dos sujeitos sociais para além da conquista da terra, mas também na disputa ideológica que se desdobra nas formas de produção de toda cadeia produtiva desenvolvida nestes territórios, nos processos de organização da comunidade, das famílias, ou seja, em toda sua base cultural, se configurando em uma luta permanente, em que os processos da luta por terra e território vão concebendo novas relações políticas, culturais e econômicas, que começam a ser experimentados, desde os acampamentos e os processos de mobilizações, seja pela pauta da Reforma Agrária, pelas políticas públicas, ou por ações com as demais forças políticas por pautas em comum (Brennand, 2017, p. 21).

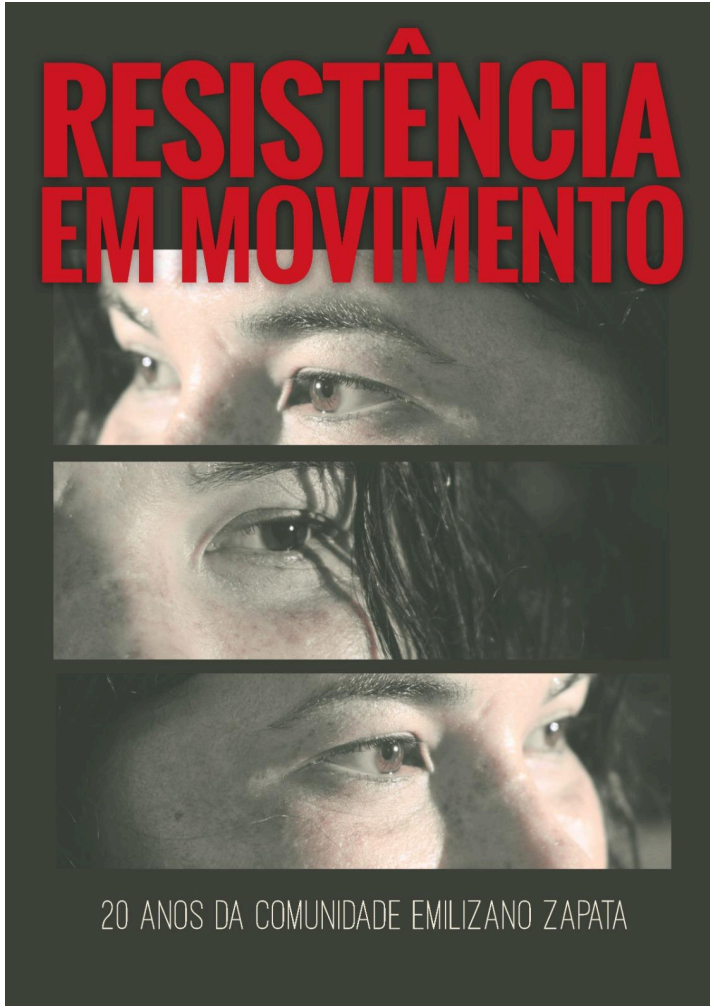
Essa relação de uma cultura contra hegemônica aparece na seguinte fala da liderança do Emiliano Zapata:

“O movimento tem princípios coletivos e hoje a gente fala que é uma reforma agrária camponesa e popular, porque a gente entende que a reforma agrária

não é mais uma questão de um pedaço de terra, é uma questão de reforma estrutural, que teria que ser discutido com a sociedade inteira, não seria uma reforma que venha pra destruir modelos, mas sim elaborar modelos que incluam a sociedade, que não fique limitado aos interesses da bancada ruralista, limitado nos interesses dos produtores de commodities. Para que a gente faça esse debate cair e ir para sociedade, para outros espaços, é necessário ampliar a relação do Movimento Sem-Terra com outros órgãos organizados da classe trabalhadora, para que possam também entender, porque no primeiro momento falam: Ah o MST só quer terra. Muitos falam na ignorância de não entender o processo, mas a gente entende que é ignorância, no sentido de não conhecer o nosso debate e o verdadeiro viés da nossa luta. Que hoje perpassa a expectativa de um pedaço de chão e que a gente constrói nos nossos espaços uma relação social com os municípios que nós passamos a morar e essa relação vem neste sentido.” (Liderança Emiliano Zapata).

Na busca da construção desses novos olhares, o MST busca divulgar suas ações. Em 2023, foi construído o documentário “Resistência em Movimento” (Figura 13), sobre o Assentamento Emiliano Zapata. O documentário foi resultado de uma das propostas selecionadas no “Viva Cultura em Ponta Grossa”, pelo edital 011/2023 do Fundo Municipal de Cultura do Conselho Municipal de Política Cultural (Documentário, 2023).

Figura 13 - Capa do Documentário “Resistência em Movimento” do Assentamento Emiliano Zapata



Fonte: Documentário (2023).

A pesquisa do documentário foi conduzida por Gabriel Divardim e contou com a produção e direção de Jozia Ribeiro, com imagens captadas pela DOB Filmes, roteiro e entrevistas assinados por Ismael de Freitas. A identidade visual é de Leticia Kossatz, e o som direto, pós-produção de áudio e trilha sonora são responsabilidade de Udu Áudio (Documentário, 2023).

A proposta do documentário é ser uma experiência marcante, não apenas para aqueles interessados na temática agrária, mas para todos que buscam compreender a importância da justiça social e da preservação ambiental. Demonstrando a importância que o Movimento dá para a questão cultural de suas ações (Documentário, 2023).

Cabe destacar, que a cultura tem o seu próprio “Setor” dentro do Movimento, e o seu trabalho é voltado a ocupar espaços em que a cultura do agronegócio tem hegemonia. Para o Movimento, se suas práticas aparecessem nos jornais, como aparecem de forma negativa, isso mudaria a percepção dos brasileiros sobre a classe trabalhadora e suas organizações (Hackbardt, 2015).

As *redes ambientais* representadas pela participação de 6 (33,3%) dos sujeitos têm grande relevância para o MST. O Assentamento Maria Rosa do Contestado e o Acampamento Padre Roque contam com produções 100% agroecológicas. As duas comunidades atendem vários projetos, fornecendo alimentos agroecológicos para Castro, Carambeí, Sengés, Arapoti, Ponta Grossa e Piraí do Sul. Além disso, o compromisso com a preservação do meio ambiente é evidente na expansão das reservas naturais e no cuidado com as nascentes. As áreas são totalmente orgânicas. Dentre os alimentos, é cultivado milho crioulo 100% livre de transgênicos e para garantir a pureza dos agroecológicos, os agricultores observam o plantio dos vizinhos e aguardam um intervalo para evitar a polinização cruzada (Lima, 2023).

Essa relação de boa convivência dos produtores com o meio ambiente, se destaca na seguinte fala:

“Um modelo agrário que eduque, que politize, que pertença do homem para a terra, que de a terra o valor que ela merece, pois ela é a nossa mãe, é ela que nos dá a vida, ela vive sem nós muito melhor do que com nós e nós não vivemos sem ela, essa é a importância que nós temos passado em nossas relações. Esse modelo que afastou nós da terra, ele fez com que o homem não fizesse parte da natureza, tem um homem e a natureza, o animal e o homem, então trouxe essa racionalidade para um nível superior, de independência e ao contrário nós que dependemos da natureza, a natureza somos nós, se nós aprendermos a viver nesse bioma nos respeitar como um fragmento desse planeta lindo que nós temos e nós somos uma partícula dele e uma partícula importante, a partícula capaz de amar, mas que tem se tornado uma máquina de produzir dinheiro, de produzir consumo, de uma logística. Nós viramos consumidores de fato, consumidores da terra. Então, sem essa importância não se faz debate mais, não se faz mais um debate decente em nenhum âmbito político, social, econômico vivencial, sem entender que nós estamos se afastando daquela que nos sustenta, da terra, que nós não somos melhores que a abelha, ao contrário, a abelha até pode sobreviver sem nós, mas nós não sobrevivemos sem ela.” (Liderança Emiliano Zapata).

A relação de aproximação também se estende dos produtores com os consumidores, e dos consumidores com a terra, fomentando novas formas de relação com os alimentos e com o trabalho dos produtores.

“Os programas desenvolvidos com as redes têm uma aproximação maior do produtor com o consumidor e do consumidor com o produto. Nós começamos a desenvolver a colheita, onde o consumidor vai lá e ele mesmo escolhe o pezinho da verdura, vai e ajudar a plantar, a ver a comida dele ali, plantada, colhida, fresquinha.” (Liderança Emiliano Zapata).

As *redes de educação* contam com a participação de 4 (22,2%) dos sujeitos. O que mais se destacou na fala dos sujeitos em relação a essas redes, foram as parcerias com as universidades. Conforme as falas a seguir:

“Ah, eles ajudam nós com estudos, orientam a gente, fazem diagnóstico da comunidade pra gente ver o que tá fluindo, o que tem que pegar e melhorar, o que tá faltando para a comunidade, o que podemos pensar lá para o futuro, então contribui muito para a gente se articular.” (Liderança Padre Roque).

“[...] ainda tem coisa muito precária, mas melhoramos 80% e chegamos no padrão do macarrão, porque nós fazíamos os macarrão de vários tamanhos diferentes, então veio o LAMA e ensinou a padronizar, mas pra mulherada entender que era um padrão foi difícil, achavam que era implicância minha, então o LAMA voltou e explicou de volta pra todo mundo, então começamos a padronizar, colocar na embalagem, rótulo, então ajudou muito, já temos autorização da vigilância, ficou tudo certo.” (Liderança Maria Rosa).

Além de toda a organização interna do Movimento que se dá através do “Setor de Educação”, o MST participa de redes educacionais externas e recebe as universidades para receberem formações, como é o caso da IESOL-UEPG, que através do seu assessoramento com o Assentamento Maria Rosa, realiza formações para os assentados, abordando temas como Políticas Públicas, Gênero, Economia, Direitos Sociais etc.

O Laboratório de Mecanização Agrícola da Universidade Estadual de Ponta Grossa (LAMA), desenvolve ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para promover sistemas agroecológicos de produção. A ATER se caracteriza por ser um

[...] serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (Brasil, 2010).

Neste sentido, destaca-se a troca de aprendizado entre os acampados/assentados e a universidade, como também, dos estudantes com os acampamentos e assentamentos.

As *redes religiosas* representam 4 (22,2%) dos sujeitos, mesmo com uma raiz católica na gênese do MST, todas as religiões são bem vindas para o Movimento, conforme a seguinte fala:

“Olha, dentro do acampamento tem várias redes religiosas, temos espaço para todo mundo, para todas as religiões [...]” (Liderança Padre Roque).

As *redes de geração de renda* aparecem com a participação de 4 (22,2%) das famílias. No Acampamento Maria Rosa o Coletivo de Mulheres decidiu produzir massas caseiras para comercialização, com o aumento das vendas passaram a produzir também conservas e outros panificados como pães e cucas. Após 3 anos de produção e comercialização, o macarrão é comercializado nas cestas da reforma agrária, em Curitiba pelo Produtos da Terra e em outras regiões do estado através da Rede Armazém do Campo e da Rede de Comercialização do Maria Rosa (Souza, 2021).

Destaca-se as parcerias com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que para o Coletivo foram de extrema importância, pois foi através da Universidade, que o cilindro mecânico foi conquistado e os processos de produção foram melhorados (Souza, 2021).

Rosane, uma das lideranças do Maria Rosa, diz que a intenção é “aumentar cada vez mais a nossa produção, para nossas companheiras não terem que ir lá fora buscar renda” (Souza, 2021). Isso evidencia a autonomia relativa que os camponeses precisam ter para gerar renda e garantir sua permanência no meio rural.

As *redes de direitos humanos* aparecem com 1 (5,6%) dos sujeitos. O Movimento através do “Setor dos Direitos Humanos”, levanta diversas bandeiras de defesa de direitos e pelo fim da desigualdade, conforme se destaca na fala da Liderança do Emiliano Zapata:

“Como construir uma sociedade com as peças que ela precisa com as normas que ela precisa, mas discutidas por nós, povo brasileiro? Direitos para todos e deveres para todos, iguais, tanto no direito quanto nos deveres. Nós não podemos aceitar essa diferença nos deveres, porque essa diferença nos machuca, a diferença não tá nos direitos, a diferença está nos deveres porque parece que nós que somos pobre devemos mais, para obter os mesmos direitos, a gente tem que sofrer mais, tem que gritar mais, tem que se revoltar, tem que fazer loucura pra chamar atenção, enquanto o direito tá lá, é de todos. Mas esses deveres nos consomem e nós esquecemos até dos nossos direitos.” (Liderança Emiliano Zapata).

As *redes de alimentação/segurança alimentar* aparecem com 1 (5,6%). Com o lema “Solidariedade Sem Terra”, o MST tem construído uma agenda nacional de ações contra a fome em conjunto com diversos movimentos, organizações, entidades e parceiros.

Durante a pandemia essas ações se fortaleceram, os três acampamentos/assentamentos universo da presente pesquisa, realizaram em conjunto a doação de 5 toneladas de alimentos para o Município de Castro e Ponta Grossa, no dia 7 de abril de 2020. Em Castro, a doação de três toneladas de alimentos foi feita ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Já em Ponta Grossa, duas toneladas de produtos foram doadas ao Banco de Alimentos do Serviço de Obras Sociais (SOS), da prefeitura (Acampamentos, 2022).

No item 3.2.4 do trabalho, serão aprofundadas as ações de doações de alimentos no período da pandemia, por esse ter sido um momento marcante para os sujeitos da pesquisa.

As *redes de saúde*, também contam com a participação de 1 (5,6%) dos sujeitos. Por serem territórios distantes dos serviços de saúde, o Movimento através do “Setor da Saúde” se articula de diversas formas para garantir a saúde das famílias.

Na pandemia a estratégia adotada nos acampamentos/assentamentos, universo da pesquisa, foi o de permanecer dentro dos acampamentos para o não contágio com o vírus. Internamente, separavam pedaços de terras e faziam plantações coletivas, com o intuito único de doar os alimentos plantados para as pessoas que passavam fome nas cidades.

“Não tivemos o desafio igual ao pessoal da cidade né? De passar fome, do desemprego, porque nós produzimos nosso próprio alimento e até mesmo dentro da pandemia nós conseguimos escoar quase 5 toneladas de alimentos, para os CRAS e alguns bairros da cidade, foi um ato importante que não saiu só de dentro do Maria Rosa, saiu do Padre Roque, saiu daqui de uns assentamentos da região nossa, lá de Ponta Grossa também, então saiu de várias cidades, então o desafio da fome igual as cidades tiveram, nós não tivemos.” (Liderança Maria Rosa).

Assim, é possível analisar que o território coletivo dos acampados/assentados e o viver em comunidade ajudaram a enfrentar o período da pandemia, que será explorado de forma mais profunda no item 3.2.4.

As *redes de produção*, citadas por 1 (5,6%) dos sujeitos, partem do “Setor de Produção do Movimento”, que busca novas relações de produção contra a hegemonia do agronegócio. Isso se destaca na fala da Liderança do Emiliano Zapata:

“[...] os meninos desenvolvem técnicas de gestão dentro da produção, para propor modelos de entrega para a Feira Verde, técnicas de trabalho para propor modelos de logística para o município, ajudam a construir a melhor logística para o banco de alimentos e trazem de dentro desses espaços conselhos e toda essa rede de trabalho” (Liderança Emiliano Zapata).

O Programa Feira Verde citado na fala, é um Programa da Prefeitura de Ponta Grossa, criado em 2014, que consiste na troca de materiais recicláveis por produtos produzidos preferencialmente pela agricultura familiar municipal, bem como vale gás e passe para transporte coletivo. O Assentamento Emiliano Zapata comercializa uma parte significativa de sua produção para o Programa.

Por fim, as *redes disciplinares*, representadas por 1 (5,6%) dos sujeitos, são as redes internas do MST, que supervisionam o cumprimento das regras e diretrizes do Movimento, elas também fazem a segurança do território, buscando identificar pessoas em situação de risco e violências.

Dessa forma, nota-se, que essas 12 redes apresentam diversas potencialidades nos acampamentos e assentamentos de Ponta Grossa e região, e que essas redes se conectam em seus diversos temas e significados, articulando-se em diversos momentos como é o caso da saúde, por exemplo, que se encontra com diversos determinantes, sendo eles sociais, econômicos, ambientais, políticos etc.

Como a hegemonia no meio rural pertence ao agronegócio e aos grandes latifundiários, percebe-se, que a permanência no meio rural para os que estão em condições de subalternidade, se faz na luta do dia a dia, com estratégias políticas e muita organização.

A seguir, será explorado qual a importância das redes para os acampamentos e assentamentos de Ponta Grossa e região, para compreender a importância econômica, política e social delas no cotidiano dos sujeitos, e também sua importância para a reforma agrária.

3.2.3 A Importância das Redes para os Acampamentos/Assentamentos de Ponta Grossa e Região

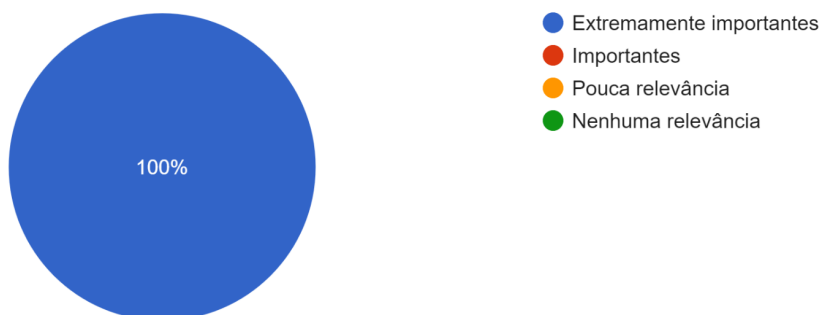
As informações utilizadas para analisar a importância das redes para as famílias dos acampamentos/assentamentos do MST de Ponta Grossa e região, são oriundas da aplicação de entrevistas e de um questionário, com perguntas que dessem retorno quanto a importância econômica, social e política das redes para os sujeitos da pesquisa, bem como a importância delas para a reforma agrária.

Assim, perguntamos aos sujeitos se eles consideram essas redes importantes para o seu acampamento/assentamento. Obteve-se como resposta que os 18 (100%) sujeitos, consideram essas redes extremamente importantes para o seu acampamento/assentando, conforme consta no gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 - A importância das redes de Ponta Grossa e região para os acampamentos/assentamentos do MST

Você considera essas redes importantes para o seu acampamento/assentamento?

18 respostas



Fonte: A autora (2024).

Nota-se, que 100% dos sujeitos da pesquisa, consideram as redes extremamente importantes para o seu acampamento/assentamento. No meio rural as redes representam a capacidade dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil explicitarem sua riqueza intersubjetiva, organizacional e política e concretizarem a construção de intersubjetividades, buscando consensos, tratados e compromissos de atuação coletiva, onde podem lutar e defender seus projetos societários (Jacobi, 2000).

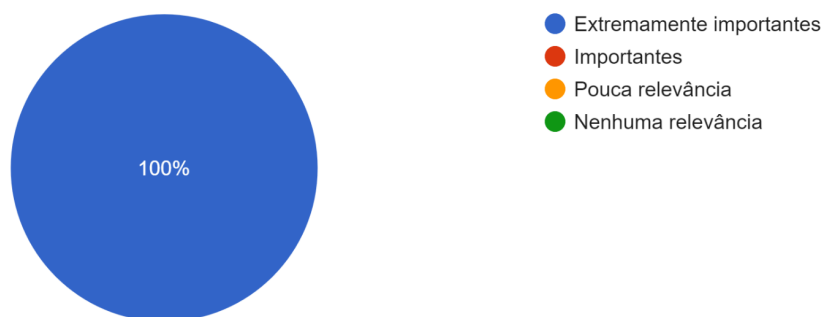
As redes se inscrevem numa lógica que demanda articulações e solidariedade, definição de objetivos comuns e redução de atritos e conflitos baseados numa acumulação disruptiva de problemas, considerando as características complexas e heterogêneas da sociedade. Neste sentido as redes horizontalizam a articulação de demandas e se utilizam de tecnologias de informação para disseminar seus posicionamentos, denúncias e propostas, bem como suas ações de solidariedade (Jacobi, 2000).

Perguntou-se em relação da importância econômica das redes para os acampados/assentados, e obteve-se como resposta que os 18 (100%) sujeitos consideram as redes extremamente importantes economicamente para suas famílias, conforme mostra o gráfico 3:

Gráfico 3 - A importância econômica das redes para as famílias dos acampamentos/assentamentos de Ponta Grossa e região

Quanto essas redes são importantes economicamente para você e sua família?

18 respostas



Fonte: a autora (2024).

Cabe destacar a expressividade da participação dos acampamentos/assentamentos universo da pesquisa nas redes de comercialização (Gráfico 1) e nas redes de geração de renda (Gráfico 1). Para Wilkinson (2008), essas redes favoreceram a reinserção econômica de agricultores familiares brasileiros excluídos do processo de modernização agrícola.

Goodman (2003) afirma que as redes de comercialização podem contribuir para uma transformação das relações de poder no âmbito dos sistemas alimentares, incluindo um maior peso e participação de consumidores e produtores na definição dos modos de produção, troca e consumo. Enfatizam ainda a ligação necessária entre experiências concretas e um movimento social e político de oposição ao modelo convencional dominante pelo agronegócio.

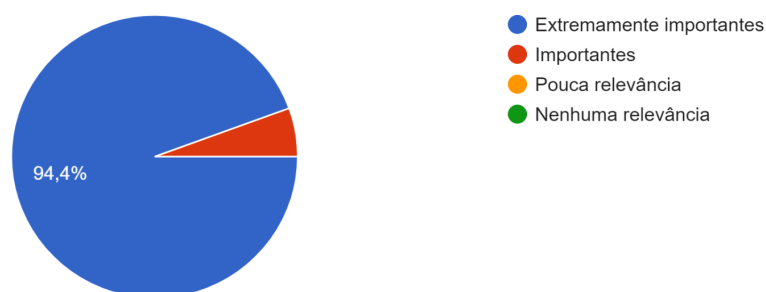
Do lado dos produtores, Brandenburg e Ferreira (2012) acrescentam que os agricultores ecológicos inseridos em um movimento social organizado contribuem para a ecologização de um rural que se situa para além das práticas agrícolas que somente visam lucro. Nesse caso, recuperam-se os interesses individuais dos agricultores transformando-os em projetos coletivos, apontando para uma racionalidade socioambiental.

Questionou-se o aspecto político das redes, e obteve-se como resposta que 17 (94,4%) dos sujeitos consideram as redes extremamente importantes politicamente e 1 (5,6%) considera as redes importantes, conforme consta no Gráfico 4:

Gráfico 4 - A importância política das redes para as famílias dos acampamentos/assentamentos de Ponta Grossa e região

Quanto essas redes são importantes politicamente para você e sua família?

18 respostas



Fonte: a autora (2024).

Nenhum dos sujeitos considerou as redes políticas com pouca ou nenhuma relevância. Para Gohn (2014), as redes cidadãos e as associações civis se apresentam como movimentos sociais de fiscalização e controle das políticas públicas, atuando em

fóruns, conselhos, câmaras, consórcios etc. Trata-se de funções de caráter político, pois representam segmentos sociais.

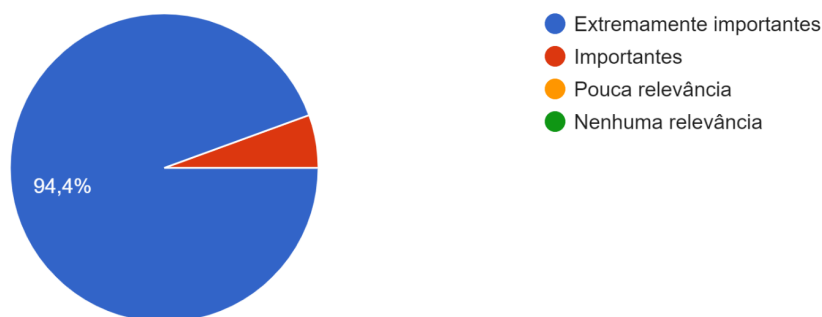
As redes se fortalecem nos planos político e institucional, sendo cada vez mais reconhecidas pela sociedade e pelos governos e solicitadas a participar dos processos decisórios. Os diversos e multifacetados atores sociais se mobilizam em torno de temas que afetam o dia-a-dia, reforçando a colaboração e a solidariedade como instrumentos eficazes para a ação e a experimentação de novas formas de resolução de problemas (Jacobi, 2000).

Questionou-se também o aspecto social das redes, e obteve-se como resposta que 17 (94,4%) dos sujeitos consideram as redes extremamente importantes socialmente e 1 (5,6%) considera as redes importantes, conforme consta no Gráfico 5:

Gráfico 5 - A importância social das redes para as famílias dos acampamentos/assentamentos de Ponta Grossa e região

Quanto essas redes são importantes socialmente para você e sua família?

18 respostas



Fonte: a autora (2024).

Destaca-se que nenhum dos sujeitos da pesquisa respondeu considerar as redes com pouca ou nenhuma relevância social. Com o fenômeno da mercantilização das práticas econômicas e das relações sociais, ocasionado por processos como a modernização da agricultura, a externalização dos processos produtivos e o crescimento das formas de trabalho assalariadas no meio rural, agricultores e camponeses têm realizado estratégias para que suas ações não tenham como finalidade apenas o dinheiro, mas sim com lógicas organizadas por meio de práticas de reciprocidade e de relações de proximidade entre as pessoas (Schneider, 2009).

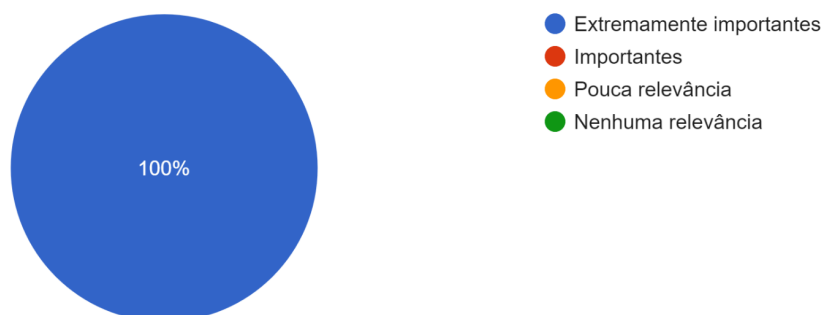
No meio rural o distanciamento entre as moradias é maior, dessa forma as redes aproximam os indivíduos, uma aproximação que acontece entre os que estão no meio rural, como deles com os indivíduos que estão nos centros urbanos. Destaca-se ainda, o poder do MST (organizado em acampamentos e assentamentos) nesse contexto, pois através dele os indivíduos vivem em comunidades, o que os aproxima ainda mais, criando laços de proximidade e pertencimento em uma relação com o território.

Perguntou-se aos indivíduos se eles consideram as redes importantes na luta pela reforma agrária e os 18 (100%) sujeitos consideram as redes extremamente importantes na luta pela reforma agrária, conforme destaca o gráfico 6, a seguir:

Gráfico 6 - A importância das redes na luta pela reforma agrária

Você considera essas redes importantes na luta pela reforma agrária?

18 respostas



Fonte: a autora (2024).

Essa importância se destaca na seguinte fala da Liderança do Emiliano Zapata:

“É claro que eu acho importante, eu tenho certeza disso e o quanto essa relação é importante para o Brasil, eu sou formadora política do Movimento Sem-Terra e hoje atuo em um grupo sobre a questão agrária da Escola Nacional e a gente vê o quanto a contradição política que nós temos vivenciado nos últimos 10 anos mais ou menos, do Brasil, tem colocado em pauta o desdobramento de uma verdadeira reforma que inclua o debate da questão agrária, a gente tem falado, não existe questão agrária, se não fizer essa questão aparecer, essa questão não existe, nós estamos inventando ela, ela não importa, ela não vem, ela não vem pra mesa, então o MST todo dia aprende a discutir um ponto da questão, é um modelo agrário de combate à fome [...]” (Liderança Emiliano Zapata).

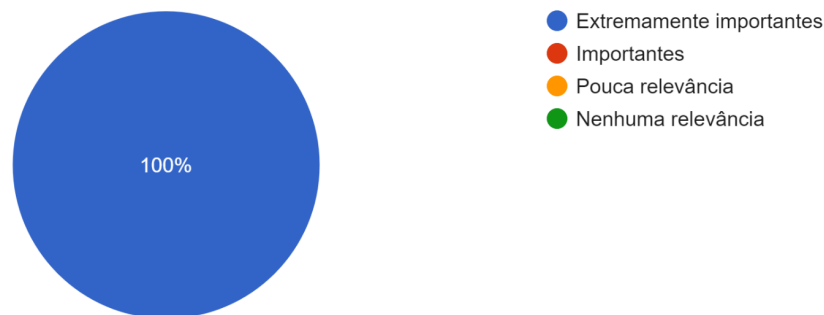
Dessa forma, a importância das redes se dá no cotidiano da luta, a favor de uma reforma agrária que não seja apenas pelo direito à terra dos que ali estão, mas a favor de toda uma sociedade, que passa fome como consequência do atual modelo agrícola hegemônico.

Por fim, perguntamos aos sujeitos se eles consideram o MST importante para a existência e funcionamento dessas redes. Obteve-se como resposta que os 18 (100%) sujeitos consideram o Movimento extremamente importantes para as redes, conforme consta no gráfico 7, a seguir:

Gráfico 7 - A importância do MST de Ponta Grossa e região para as redes

Você considera o MST importante para a existência e funcionamento dessas redes?

18 respostas



Fonte: a autora (2024).

Para a Liderança do Maria Rosa essa importância vem de todos os lados, de forma que as redes também são importantes para o MST, conforme se destacou na seguinte fala:

“Tem a sua importância em todos os lados, porque as redes fazem um trabalho muito bonito, então é um ajudando o outro, porque a rede precisa de nós e nós precisamos das redes, a UEPG por exemplo, não é só com nós que eles fazem os trabalhos, o LAMA tá indo pra outros acampamentos também, lá para Paulo Freitas desenvolvendo um trabalho com mudas, então em todo lugar nós estamos colocando a sementinha, estamos desenvolvendo os espaços que precisamos, então é muito importante e tem que ter esse vínculo [...]”
(Liderança Maria Rosa).

Dessa forma, observa-se que uma rede além de apresentar suas ligações internas, elas se conectam também com outras redes, com todos os lados e pontos de

ligação de extrema importância para os acampamentos e assentamentos do MST de Ponta Grossa e região.

Para Gohn (2014), estudar a categoria redes permite a leitura e a tradução da diversidade sociocultural e política existentes nas relações. Sem cair em visões totalizadoras da unicidade, as redes apresentam certa permanência e realizam a articulação da multiplicidade do diverso, tanto em períodos de fortes fluxos das demandas como nos de refluxos.

As redes se mostraram para além de meros instrumentos utilizados para resolver problemas decorrentes da má distribuição dos serviços sociais públicos. A sua importância se dá também em ocupar espaços nas esferas públicas, antes dominadas por representantes de interesses econômicos, enclavados no Estado e seus aparelhos. E na capacidade de reivindicação em se democratizar a gestão da coisa pública, para se ter controle social e inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas às questões emergenciais, mas políticas que contemplem o crescimento econômico com o desenvolvimento autossustentável das populações atendidas, assim como respeitem os direitos dos cidadãos (Gohn, 2014).

A seguir, a chegada da pandemia da Covid-19 foi um momento extremamente difícil, que marcou profundamente os acampados/assentados de Ponta Grossa e região. Assim, será explorado no próximo item, como as redes se apresentaram nesse momento de uma crise pandêmica e se houveram dificuldades ou não.

3.2.4 A Chegada da Pandemia de Covid-19 para os Acampamentos e Assentamentos do MST de Ponta Grossa e Região e os Impactos das Redes Neste Cenário

Em fevereiro de 2020, com o início da pandemia de Covid-19 no Brasil, os acampamentos e assentamentos do MST, assim como toda a sociedade, precisaram alterar suas rotinas e criar estratégias para enfrentar a doença e sua propagação.

Do início da pandemia, até o dia 4 de abril de 2024 foram registrados no país 38.743.918 de casos e 711.380 óbitos. No Paraná, o número de casos registrados foi de 8.221.677 e de óbitos 112.840, segundo os dados das Secretarias Estaduais de Saúde (Brasil, 2024).

Assim, neste momento da pesquisa, busca-se compreender como foi a pandemia para os acampamentos e assentamentos de Ponta Grossa e região e como as redes se apresentaram nessa nova realidade imposta.

Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, com a visão das lideranças dos acampamentos/assentamentos e com a aplicação de um questionário direcionado às famílias (identificadas como *sujeitos*).

Para entender como foi a pandemia para os acampamentos e assentamentos universo da pesquisa, perguntamos para as lideranças, como foi esse momento. Para a Liderança do Padre Roque:

“Ah, pra gente foi bem complicado na época, né? Várias famílias pegaram o vírus e aí como era uma coisa nova foi uma coisa bastante difícil pra gente passar, mas aí era um cuidando o outro ali e a comunidade conseguiu graças a Deus não ter a perda de nenhum companheiro.” (Liderança Padre Roque).

No Acampamento Padre Roque, muitos acampados trabalham fora do acampamento para complementar renda, o que refletiu em um alto contágio na transmissão do vírus. No Assentamento Maria Rosa, o isolamento social foi aderido por quase toda a comunidade, o que se destaca na seguinte fala:

“A pandemia foi uma época bem difícil para todos, não só para nós, mas também pro pessoal de fora, né? Mas para nós aqui foi muito difícil, porque como nós somos uma comunidade do interior, nós ficamos fechados na comunidade. Isso foi bom porque pouca gente se contaminou, eu acho que só duas pessoas, que eram pessoas que tinham acesso a cidade, assim nós não tivemos tanto risco [...]” (Liderança Maria Rosa)

Assim, nota-se, que quanto mais possibilidades de se manter em isolamento em suas comunidades, mais proteção contra o vírus tiveram os acampados/assentados. Para a Liderança do Emiliano Zapata *“O período da pandemia não foi positivo em nenhum aspecto, ele foi um período de recriar, reinventar uma forma de viver e lutar e reinventar respeitando aquele momento que era muito sério para nós”*.

Para compreender o papel que as redes tiveram na realidade dos acampados/assentados perguntamos quanto aos impactos econômicos, sociais e políticos das redes no enfrentamento da pandemia.

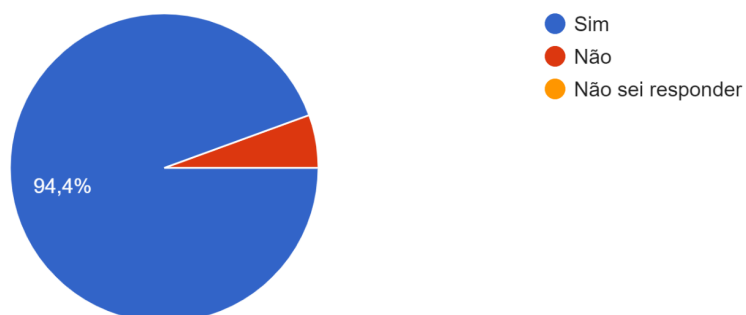
Dessa forma, perguntou-se aos sujeitos se as redes foram importantes economicamente no enfrentamento da pandemia e obteve-se como resposta que para

17 (94,4%) dos sujeitos as redes foram importantes e para 1 (5,6%) sujeito elas não foram importantes economicamente, conforme mostra o Gráfico 8:

Gráfico 8 - A importância econômica das redes no enfrentamento da pandemia

Essas redes foram importantes economicamente no enfrentamento da pandemia?

18 respostas



Fonte: a autora (2024).

Para o assentamento Emiliano Zapata não houve muitas mudanças econômicas durante o período da pandemia, pois, puderam manter como era sua organização antes da pandemia, conforme a fala de sua liderança:

“No Zapata não houve tanto essa questão da comercialização, a gente manteve o modelo comercial que tínhamos, dentro desse modelo tem muito da economia solidária, que são os grupos de vendas, de acompanhamento do produtor, que faz essa relação com o consumidor, isso foi bem mais trabalhado no período para que nós pudéssemos também escoar nossa produção através disso” (Liderança Emiliano Zapata).

As relações entre os produtores e consumidores precisaram ser fomentadas, para que as vendas não diminuíssem. Já para o Assentamento Maria Rosa, as vendas através das redes diminuíram na pandemia, conforme a fala de sua liderança:

“Pelos redes na pandemia diminuiu um pouco nossa comercialização de alimentos, até a primeira entrega na pandemia nós fazíamos as entregas na UEPG, e aí não conseguimos mais fazer lá, aí as sacolas já estavam prontas e fechou tudo, ficamos sem ter como fazer as entregas, ficamos um tempo parados até recomencarmos as entregas lá no Cáritas Diocesana, que a IESOL conseguiu pra nós, então o nosso desafio foi esse” (Liderança Maria Rosa).

Nota-se, que as dificuldades do Maria Rosa para fazer a comercialização através das redes, se deram pela falta de lugar e estrutura para fazer as entregas e não

pela falta de consumidores interessados nos produtos, mais uma vez revelando problemas de escoamento da produção.

No Acampamento Padre Roque, que mais pessoas trabalhavam fora e pegaram o vírus, precisando ficar em isolamento, as redes foram uma forma de gerar renda para as famílias, conforme a fala de sua liderança:

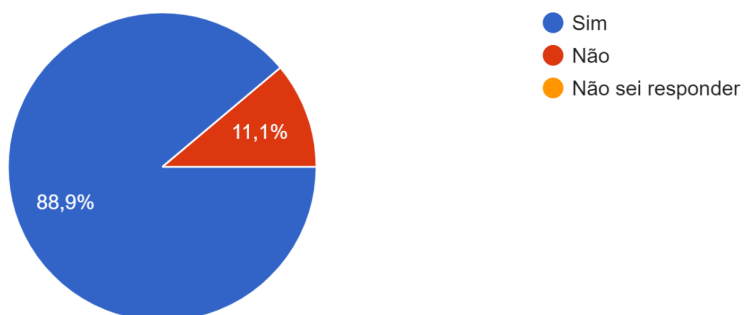
“Através dessas redes nós conseguimos pegar e comercializar e tirar uma rendinha ali, porque praticamente o povo parou de trabalhar para fora, quem morava no acampamento e trabalhava pra fora na pandemia parou de trabalhar e ficou sem renda então ajudou muito” (Liderança Padre Roque).

Em relação a importância social das redes 17 (94,4%) dos sujeitos consideraram as redes importantes socialmente no enfrentamento da pandemia e para 1 (5,6%) sujeito elas não tiveram importância, conforme o Gráfico 9:

Gráfico 9 - A importância social das redes no enfrentamento da pandemia

Essas redes foram importantes socialmente no enfrentamento da pandemia?

18 respostas



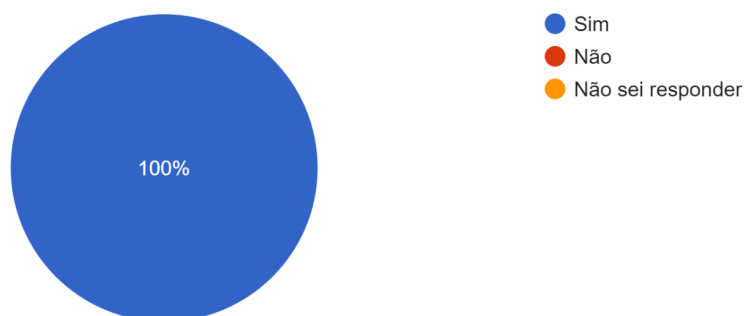
Fonte: a autora (2024).

Em relação à importância política, os 18 (100%) sujeitos responderam que as redes foram importantes politicamente no enfrentamento da pandemia, conforme mostra o Gráfico 10, a seguir.

Gráfico 10 - A importância política das redes no enfrentamento da pandemia

Essas redes foram importantes politicamente para o enfrentamento da pandemia?

18 respostas



Fonte: a autora (2024).

Aqui destaca-se os atos de solidariedade através das doações de alimentos durante a pandemia, que se tornaram verdadeiros atos políticos na luta contra a fome e na denúncia das desigualdades sociais.

"[...] vamos se reinventar e fazer ficar bom, pra pelo menos nós não ficarmos parados olhando o povo morrer, olhando o povo pedir comida, vamos descobrir um jeito novo de discutir a fome e sanar ela, com a maior segurança possível e principalmente construindo de um jeito que não trouxesse margem para que as pessoas sequer pudessem sugerir que a gente estava fazendo aquilo por exibição política, sabe? Claro que nós precisamos que o Movimento mostre para todo mundo que vamos além, mas ao mesmo tempo não é por isso que fazemos, fazemos porque é necessário que alguém faça alguma coisa, e a gente entende que a organização, o povo organizado, consegue fazer, o povo desorganizado só consegue cair mais, se desmanchar mais. Então quando está organizado se encontra junto uma saída, quando não esta acaba se perdendo a cada dia" (Liderança Maria Rosa).

Para saber sobre como se comportaram as redes durante a pandemia, perguntou-se aos sujeitos se elas se fortaleceram e novas foram criadas, se elas se fortaleceram, se elas se fortaleceram pouco, se não se fortaleceram ou se além de não se fortalecerem deixaram de existir. Obteve-se como resposta, dos 18 (100%) sujeitos que as redes se fortaleceram na pandemia e novas foram criadas (Gráfico 11).

Gráfico 11 - O fortalecimento e criação de novas redes durante a pandemia

Essas redes se fortaleceram na pandemia?

18 respostas



Fonte: a autora (2024).

Para a liderança do Padre Roque, o início da pandemia impôs dificuldades em relação a comunicação e a tecnologia.

"Tivemos bastante desafios, tanto que depois de um tempo começou as reuniões online e essas coisas de internet, que a princípio não tinha isso, então não tinha como reunir o povo devido a pandemia, então passamos muita dificuldade nesse sentido" (Liderança Padre Roque).

Cabe destacar, que o acampamento Padre Roque, por ainda ser um acampamento apresenta menos estrutura e o seu território é o mais distante do perímetro urbano em relação ao Maria Rosa e ao Emiliano Zapata. O Assentamento Maria Rosa também teve dificuldades nesse sentido tecnológico, conforme a fala de sua liderança:

"As reuniões passaram a ser online, aprendemos a fazer reunião online, aprendemos a se concentrar porque no começo era muito difícil, é um novo jeito de se reunir, cada um na sua casa e garantir os combinados, quem vai participar? Em que ordem? Como? Onde? Quantas toneladas de alimentos? Como mapear as famílias que mais precisam? Então foi um limitante, principalmente porque nunca tinha sido feito assim, então teve esse impacto negativo, mas que nós usamos para aprender [...]" (Liderança Maria Rosa).

Através desse momento difícil, os acampados e assentados percebiam a fome crescendo em números alarmantes nas cidades. Assim, o Movimento foi percebendo que seu alimento poderia ajudar a sociedade. Isso se destacou na fala da Liderança do Emiliano Zapata:

“O Emiliano Zapata quando começou a pandemia, fizemos um ato solidário, pois, quando parou as escolas parou os projetos com as escolas, e as hortas estavam cheias, bem bonitas. Ai o povo da cooperativa, a comunidade, as lideranças e os coordenadores, pensamos em doar os alimentos, pois estavam bonitos e iam se estragar. O povo de Castro se interessou e quis doar também, aí doamos muita comida, o que acabou virando um ato enorme, junto aos bancos de alimentos, aos CRAS na época, mas era uma coisa meio que espontânea e isso deu uma margem e um corpo para um projeto nacional de doação de alimentos” (Liderança Emiliano Zapata).

Para o Movimento as doações viraram redes de solidariedade, isso se destacou nas falas das lideranças e na de diversos sujeitos da pesquisa. Segundo a liderança do Emiliano Zapata:

“Desenvolvemos vários modelos assim e foi com as redes que isso aconteceu, com as parcerias, as universidades, a UEPG que é uma guerreira do nosso lado, o LAMA sempre presente desenvolvendo tecnologia de melhor comércio e começaram a desenvolver bolsas, que as pessoas da sociedade compravam, implementaram em uma cesta básica e doavam também, então nós íamos fazer uma doação de verduras, eles falavam não, vamos doar arroz, feijão, alguns vão doar gás, vamos fazer uma solidariedade mais bem planejada, então essa rede volta e se organiza junto com o Movimento e faz toda a estratégia e isso engloba tudo, as nossas cooperativas fazem o transporte, os companheiros entram com a ajuda de custo para a logística, daí a implementação das sacolas, as vilas que iam receber vinham colher e preparar os alimentos e as cestas, os líderes das vilas vinham para dentro do espaço e isso era um planejamento coletivo da sociedade local para a sociedade local e além do aprendizado, né? Tudo é aprendizado, desperta a curiosidade do querer mais, saber mais, tanto da gente como dos outros e também através dessas redes, essa implementação comercial que visa a solidariedade mas que também vê o produtor, como em um momento frágil, porque a produção é tudo que a gente tem, então se a gente tem produção a gente tem dinheiro, comércio, você vai vender, vai poder ter uma vida legal ou pelo menos não vai precisar perder o que você investiu ali, então esse criar um modelo novo, pensando que o produtor também vai depender daquela venda foi fundamental” (Liderança Emiliano Zapata).

Dessa forma, percebe-se, que os atos de solidariedade através das doações de alimentos na pandemia foram englobando diversos atores, organizações e instituições. Essas conexões tiveram grandes impactos para os sujeitos, pois, quando perguntado sobre uma experiência em rede que foi marcante para eles, foram as doações na pandemia que mais apareceram como resposta, conforme destaca-se nas falas a seguir:

“As cozinhas solidárias que se fortaleceram na pandemia, novas cozinhas foram criadas após esse período e elas podem ser um instrumento no combate à fome” (Sujeito 2).

“As doações de alimentos durante a pandemia, principalmente em Castro, que o agronegócio é muito forte” (Sujeito 3).

“As doações de alimentos das redes foram muito importantes na pandemia e também a geração de renda que as redes proporcionaram durante a pandemia, que foram essenciais para nossa sobrevivência” (Sujeito 6).

“As doações de alimentos da pandemia, pois foi algo que mudou a visão da sociedade sobre nós, aqui no acampamento destinamos áreas para o plantio coletivo destinado as doações, agora por último fizemos uma roça só de feijão para doar” (Sujeito 10).

“As doações de alimentos na pandemia” (Sujeito 13).

“As doações de alimentos na pandemia que viraram rotina para nós, no último mês doamos 800 quilos de alimentos aqui em Ponta Grossa” (Sujeito 14).

“As nossas conexões e parcerias para doar alimentos na pandemia” (Sujeito 18).

Esses atos solidários foram tomando grandes proporções, ganhando parceiros e força, o que fez com o Movimento continuasse esse trabalho mesmo com o fim da pandemia, conforme afirma a Liderança do Emiliano Zapata

“O movimento aqui no estado do Paraná atinge hoje uma média de 100 toneladas de alimentos que foi doado em todo o processo da pandemia e que mantemos doando, pois construímos uma rede solidária com todos os parceiros do MST, apoiadores e pessoas que se comovem com a situação da humanidade e que se comovem e passam a fazer uma força tarefa, de organizar, se articular, nós temos a comida e eles a boa vontade e o trabalho, a gente junta tudo, faz grupos de colheita, de preparação do solo e plantio para a solidariedade, desenvolvemos o Marmitas da Terra em Curitiba, tudo dentro do processo da pandemia, o Marmitas da Terra veio com força, se tornou um projeto de estudo do governo federal para o combate da fome” (Liderança Emiliano Zapata).

Assim, percebe-se, a relevância que as ações de solidariedade foram ganhando, marcando profundamente na vida dos sujeitos que participam/participaram delas. O MST também ganhou muita visibilidade nesse período, pois as doações foram amplamente divulgadas, nos principais veículos de informação.

O Movimento percebendo essa visibilidade, usou como estratégia para denunciar as desigualdades sociais e o abandono por parte do Estado da saúde pública e do bem estar da população, conforme se destaca na fala da Liderança do Emiliano Zapata:

“Infelizmente, através desse momento difícil, podemos implementar o verdadeiro debate da soberania alimentar, da importância de um país soberano, pois não teve como na pandemia esconder a desigualdade, na pandemia a desigualdade aflorou, então era muito óbvio, que tinham pessoas bem cuidadas porque tinham dinheiro e pessoas abandonadas, morrendo por falta de dinheiro,

não era por falta de estrutura, era por falta de dinheiro, quem tinha dinheiro poderia acessar as estruturas e quem não tinha não poderia. Meu pai faleceu de Covid porque não tinha estrutura do Estado para suportar tudo que aconteceu, então, fizemos dessa dor uma força, uma bandeira de combate a desigualdade, para as tantas injustiças que o capitalismo com toda certeza não propõe uma solução, ele propõe essa desigualdade como respaldo para absorver a força do trabalho e ditar as regras do trabalho para aqueles que trabalham. Então, isso foi muito forte durante a pandemia para nós, então tentamos esclarecer para a sociedade através de atos de solidariedade e em atos de apoio a familiares e a pessoas que sofriam tanta desigualdade, fome, miséria, abandono” (Liderança Emiliano Zapata).

Assim, o que se destaca é que as redes de solidariedade revelam a importância de uma reforma agrária para o combate à fome, pois em meio a uma crise pandêmica que atingiu a economia capitalista, foi o pequeno agricultor e a solidariedade que evidenciaram a urgência da redução das desigualdades sociais e da soberania popular.

Apoiar essa reforma agrária, que tem como proposta o uso da terra através da sustentabilidade, da diversificação de alimentos, do comércio justo com o consumidor, se torna um grande projeto de disputa contra o agronegócio e sua cultura da exploração da terra para venda de commodities.

Os maiores desafios enfrentados por eles foram em relação a tecnologia e estrutura, problemas que já existiam antes da pandemia, mas que nesse momento se acentuaram e fizeram com que eles precisassem se adaptar, seja com as reuniões online ou com os locais de comercialização dos produtos.

As comunidades em que o isolamento social podia ser cumprido, foram as que tiveram menos contágio. No Padre Roque, mais pessoas trabalhavam fora resultando em mais contágios, e neste cenário as redes se tornaram essenciais para a geração de renda dos acampados, devido a maioria desses trabalhos serem informais, muitos trabalhadores ficaram sem assistência.

A solidariedade dos Sem-Terra ficou evidente, foram diversas as doações de alimentos, que se estenderam através de uma rede solidária, que uniu a sociedade civil somando doações de gás, produtos de higiene, máscaras etc. Uma verdadeira força tarefa em prol dos que estavam nas cidades, vivenciando a fome e o desemprego.

O que se destaca é a importância da terra, através dela não faltou alimento, não faltou moradia e não houve problemas com o desemprego, e ainda unindo os trabalhadores/moradores em uma causa em comum, que foi o combate à fome e a desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho foi possível compreender que foram diversos os meios de resistência dos sujeitos do campo para permanecer no meio rural e garantir seus direitos. Neste contexto, os movimentos sociais, as redes e as diversas organizações da sociedade civil, se mostram determinantes na realidade de muitos agricultores e camponeses, por criarem espaços de trocas e articulações.

Dessa forma, a presente pesquisa, se propôs a investigar quais os impactos das redes no meio rural e na realidade dos assentamentos e acampamentos do MST de Ponta Grossa e região, que atuam diretamente com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG): Assentamento Emiliano Zapata, Assentamento Maria Rosa do Contestado e Acampamento Padre Roque Zimmermann.

Para responder a tal objetivo, o trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro capítulo, trouxe conceitos centrais para as discussões sobre Estado, sociedade civil e a luta das classes subalternas nos processos de disputa por hegemonia.

O segundo capítulo fez a discussão dos movimentos sociais e das redes como importantes espaços de articulação dos grupos sociais subalternos no meio rural. Assim, foi analisada a história de criação do MST em meio ao processo de luta pela reforma agrária no Brasil e no Estado do Paraná.

O terceiro e último capítulo buscou analisar a presença das redes no meio rural de Ponta Grossa e região, através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Com o propósito de conhecer como elas impactam no cotidiano e na vida dos acampados/assentados, e como elas se conectam enquanto instrumento de luta e articulação das classes subalternas no meio rural.

A partir dos conceitos centrais foi possível discutir as teorias em torno do Estado moderno, que justificam a formação do Estado a partir da vontade dos indivíduos e com o objetivo de proteção comum, associada há alguns bens fundamentais como a liberdade, a propriedade e a segurança, que, no Estado natural, são ameaçados por conflitos. O princípio de legitimação desse poder é o consenso expresso em um pacto ou em um contrato social, nas quais os indivíduos aceitam se

submeter renunciando a liberdade individual e natural (Bobbio 1998; Montañó e Duriguetto, 2014).

Com a teoria crítica marxista e gramsciana foram analisados os impactos dos interesses de classe na organização estatal. As disputas por hegemonia se mostram constantes entre as classes sociais, nesta disputa destaca-se o papel dos movimentos sociais e das redes, como espaços de organização das classes subalternas nessa nesse campo de disputa de interesses.

O Estado, entendido como o espaço de coerção e consenso é permeado pelas tensões e disputas entre as classes, tendo ainda uma posição de apoiador dos interesses da burguesia e propagador de sua hegemonia. As classes desfavorecidas econômica e socialmente se veem em condições de subalternidade, com suas causas e carências invisibilizadas.

Para Gramsci, conforme se fundamentou no trabalho, é necessária uma ruptura com a ordem vigente, não com uma derrubada do Estado, mas com a ocupação dos espaços do Estado, para uma pactuação de consenso e para a definição de projetos políticos, que articulados venham a germinar a criação de uma nova economia e de um novo tipo de Estado (Siqueira, 2017).

Para as classes subalternas, essa é uma luta cotidiana, pois estão em uma posição historicamente inferior, destituídos de poder e capital, posição em que se veem obrigados a criar estratégias e diferentes armas para disputar espaços e conquistar visibilidade.

É neste cenário que se situam os movimentos sociais e as redes, aqui em especial os movimentos sociais rurais e as redes nas quais eles dialogam, que lutam pela permanência e resistência dos camponeses e pequenos agricultores no campo, espaço onde o agronegócio tem hegemonia.

Com a compreensão dessa disputa, o que se afirma neste trabalho é: As redes têm papel fundamental para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Ponta Grossa e região, em sua organização e mobilização a favor da reforma agrária e da soberania popular.

As análises realizadas permitiram compreender que o papel das redes no universo dos movimentos não se reduz em um mero instrumento para a resolução de

problemas decorrentes da má distribuição dos serviços sociais públicos. A sua importância se dá também em ocupar espaços nas esferas públicas, que sempre foram dominados pela burguesia. E na capacidade de reivindicação em se democratizar a gestão da coisa pública, para se ter controle social e inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas às questões emergenciais, mas políticas que contemplem o crescimento econômico com o desenvolvimento autossustentável das populações atendidas (Gohn, 2014).

As redes se mostraram com o potencial de facilitar a participação dos acampados e assentados em espaços onde sua inserção no meio rural traz dificuldades, como nos espaços de comercialização, que deu qualidade de vida e trabalho para assentados/acampados, que antes precisavam se deslocar para os centros urbanos batendo de casa em casa para vender seus produtos.

Bem como a inserção em espaços políticos, culturais e educacionais, que se mostram de extrema importância na luta pela terra e pela disputa por hegemonia no meio rural, possibilitando que o trabalho do MST seja divulgado, compartilhado para além do espaço do acampamento/assentamento, em espaços de trocas, de compartilhamento de ideias, culturas e saberes.

Isso contribui e fortalece os grupos, enquanto classe subalterna, a transcender uma situação de exclusão da esfera pública, para uma situação de visibilidade e de reconhecimento de direitos, pois além de terem suas causas e seus projetos societários visibilizados para a sociedade, também se sentem parte dos processos decisórios e participativos.

Também se destaca o potencial das redes ambientais e de produção, que se voltam para o desenvolvimento sustentável das comunidades, preservando os territórios e suas nascentes e fazendo um plantio agroecológico, visando a recuperação de áreas antes exploradas com agrotóxicos e pesticidas. Isso demonstra a importância dos acampamentos e assentamentos do MST, por fazerem um trabalho na contramão do trabalho feito pelo latifúndio e pelas grandes indústrias, onde territórios são apenas explorados, sem estudos de impacto ao meio ambiente, em um cenário apenas de exploração destrutiva, causadora de desastres ambientais e de mudanças climáticas.

Foi possível compreender que para os sujeitos da pesquisa as redes têm extrema importância social, política e econômica. No aspecto econômico se destacam as redes de comercialização e as redes de geração de renda, que foram destacadas como de extrema relevância para os sujeitos, por possibilitarem renda até nos momentos mais difíceis, como no momento da pandemia, por exemplo.

Também foi possível analisar a importância que os sujeitos deram para as redes como instrumentos na luta pela reforma agrária, por possibilitarem articulações com diversos atores, instituições e organizações da sociedade civil, que foram decisivos em conquistas de documentos, de acesso a programas do Estado e na própria conquista da terra, como foi o caso do Assentamento Emiliano Zapata e do Assentamento Maria Rosa do contestado.

O período da pandemia de Covid-19, apresentou desafios para os assentados/acampados, que se deram pela dificuldade de acesso a internet, dificuldades quanto ao manuseio das tecnologias e dificuldades em relação ao isolamento social, pois diversos pontos de entregas de produtos foram fechados, dificultando as comercializações.

Através da solidariedade e do trabalho coletivo dentro dos acampamentos e assentamentos, os desafios impostos pela pandemia foram superados. Nesse momento tão difícil, perceberam que seu alimento poderia contribuir na luta contra a fome, que se acentuava nos centros urbanos, devido ao isolamento social e ao desemprego. Através de doações de toneladas de alimentos, notaram a visibilidade que estavam ganhando e usaram suas ações solidárias para denunciar as desigualdades sociais impostas pelo capitalismo, defendendo a soberania alimentar e popular como a solução para essas mazelas.

Finalizada essa dissertação, espera-se que a mesma possa contribuir para o entendimento da realidade na qual estão submetidos os povos e comunidades que estão inseridos no meio rural brasileiro, onde os que estão destituídos de propriedades e poder se encontram em condições subalternas de existência e se veem obrigados a lutar incansavelmente para que suas vozes e seus problemas sejam ouvidos. Destaca-se aqui, a fala da Liderança do Assentamento Emiliano Zapata:

“Como construir uma sociedade com as peças que ela precisa com as normas que ela precisa, mas discutidas por nós, povo brasileiro? Direitos para todos e deveres para todos, iguais, tanto no direito quanto nos deveres. Nós não podemos aceitar essa diferença nos deveres, porque essa diferença nos machuca, a diferença não tá nos direitos, a diferença está nos deveres porque parece que nós que somos pobres devemos mais, para obter os mesmos direitos, a gente tem que sofrer mais, tem que gritar mais, tem que se revoltar, tem que fazer loucura pra chamar atenção, enquanto o direito está lá, é de todos. Mas esses deveres nos consomem e nós esquecemos até dos nossos direitos” (Liderança Emiliano Zapata).

Através dessa fala e de todas as outras que se fizeram presentes nesta dissertação, foi possível dar voz e visibilidade à luta diária que enfrentam esses indivíduos, na maioria das vezes por direitos básicos, que lhes estão sendo negados, como o direito à moradia, à saúde, à educação e ao trabalho.

Como disputar de forma igual com a hegemonia do agronegócio quando não se tem direitos básicos? É uma luta árdua e desigual, que rouba a dignidade dos sujeitos e dificulta a preservação da identidade do camponês e do pequeno agricultor rural.

Por fim, a partir da análise de dados e dos questionamentos aguçados no desenvolver da pesquisa, notamos a necessidade de instigar novas pesquisas no sentido de investigar em quais redes os acampados e assentados de Ponta Grossa e região ainda não conseguem participar? Quais direitos eles ainda não conseguem ter acesso?

Isso se faz necessário para que novas ações, novas redes e principalmente novas políticas sejam criadas e fomentadas, olhando para o meio rural brasileiro como um território que precisa de investimentos, de infraestrutura e de acesso aos direitos sociais, civis e políticos.

REFERÊNCIAS

- ACABAR com a fome é uma luta de todos!. **MST**, 23 jun. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/06/23/acabar-com-a-fome-e-uma-luta-de-todos/>. Acesso em: 02 abr. 2024.
- ACAMPAMENTOS do MST doam 5 toneladas de alimentos no Paraná. **Brasil de Fato**, 7 abr. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/07/acampamentos-do-mst-doam-5-toneladas-d-e-alimentos-em-castro-e-ponta-grossa-parana-1>. Acesso em: 07 abr. 2024.
- ACIOLI, S. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1 esp., p. 8-19, 2007. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784>. Acesso em: 2 ago. 2023.
- ALCÂNTARA, Fernanda. MST comemora novo assentamento com presença de ministro e mais de mil convidados, em Ponta Grossa (PR). **Brasil de Fato**, 18 mar. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2024/03/18/mst-comemora-novo-assentamento-com-presenca-de-ministro-e-mais-de-mil-convidados-em-ponta-grossa-pr>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- BARNES, J. **As redes sociais e processo político**. São Paulo: Global. 1987.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 1977.
- BELEDELLI, Senira; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira de. Assentamento, sua cultura, identidade e organização. *In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 2005, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/prolam/article/view/81788>. Acesso em: 21 abr. 2023.
- BELO, D. C. **O Processo de Formação dos Acampamentos e seus impactos no Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária na Região Norte Fluminense**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campo dos Goytacazes. 2012.
- BEM PARANÁ. No Paraná, agrovila do MST recebe certificação de produção 100% agroecológica. **BEM PARANÁ**, 29 out 2021. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/no-parana-agrovila-do-mst-recebe-certificacao-d-e-producao-100-agroecologica/>. Acesso em 08 set 2022
- BENCK, L. L N. **Limites e possibilidades da Economia Solidária junto ao Acampamento Maria Rosa do Contestado Incubado pela IESOL/UEPG**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2021.

BIANCHINI, Lia. Primeiro assentamento do Paraná criado no terceiro governo Lula é comunidade 100% agroecológica. **Brasil de Fato**, 17 dez. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/17/comunidade-100-agroecologica-e-o-primeiro-assentamento-do-parana-criado-no-terceiro-governo-lula>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BOBBIO, N. *et al.* **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL, Coronavírus. Painel Coronavírus. **Ministério da Saúde**, 04 abr. 2024. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A.D.D. **Agricultores ecológicos e o ambiente rural: visões interdisciplinares**. São Paulo: Annablume, 2012.

BRENNAND, E. M. **"Enquanto governa a maldade, a gente canta a liberdade": Coletivo de Cultura do MST: caminhos para a criação de uma cultura contra-hegemônica**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. São Paulo. 2017.

BUTTIGIEG, J. A. **Sulla categoria gramsciana di "subalterno"**. Gramsci da un secolo all'altro. Roma: Editora Riuniti, 1999.

CALDART, R. S. **Princípios da Educação no MST**. Rio Grande do Sul: Iterra, 1996.

CARDOSO, F. G. Classes Sociais e construção da hegemonia das classes subalternas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p. 403-418, set. 2018. Disponível em: <https://periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9791>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 14^o. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

CARVALHO, Luiz. Marcha das Margaridas termina com anúncio de investimentos em reforma agrária. **CUT Brasil**. São Paulo. 16 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/marcha-das-margaridas-termina-com-anuncio-de-investimentos-em-reforma-agraria-161b>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CISNE, Mirla. "Institucionalização dos movimentos sociais: uma reflexão sobre luta de classe na contemporaneidade". In: V Colóquio Marx e Engels, 2007, Campinas. **Anais [...]** Campinas: UNICAMP, 2007. CD-ROM.

COHEN, J. L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, p. 419-459, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000300001>. Acesso em: 23 abr. 2023.

COMUNIDADE 100% agroecológica do MST conquista assentamento em Castro, no PR. **MST**, 12 dez. 2023. Disponível em:

<https://mst.org.br/2023/12/12/comunidade-100-agroecologica-do-mst-conquista-assentamento-em-castro-no-pr/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

COSME, C. M. **A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

COSTA, L. C. da. **Impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

DELGADO, L. R. S. **A relação serviço social e questão agrária na contemporaneidade: inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão**. 2010. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2010.

DIAS, E. F. Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes. **Revista Outubro**, Rio de Janeiro, n. 5, 1998. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/reestruturacao-produtiva-forma-atual-da-luta-de-classes/>. Acesso em: 6 fev. 2023.

DOCUMENTÁRIO sobre o MST será exibido na SINTESPO em pg. **Culturação**. Ponta Grossa, 13 de nov. de 2023. Disponível em: <https://www.culturacao.com/post/documentario-sobre-o-mst-sera-exibido-no-sintespo-e-m-pg>. Acesso em 27 de mar. de 2024.

DURIGUETTO, M. L.; SOUZA, A. R.; SILVA, K. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, p. 13-21, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802009000100003>. Acesso em: 3 fev. 2023.

EGAS, H. A. P. B.. **Movimentos sociais e Estado: resistência e contra-hegemonia na ação do MST**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19997>. Acesso em: 26 jan. 2023.

ENGELMANN, S. A. **A organização do território a partir do paradigma da agroecologia na comunidade Emiliano Zapata-Ponta Grossa-PR**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2011.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M. *et al.* A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, São Paulo, v. 4, n. 42, p. 333-362, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7787>. Acesso em: 22 jun. 2023.

FRAZÃO, Dilva. Emiliano Zapata, líder da revolução mexicana. **Ebiografia**, 16 jun. 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/emiliano_zapata/. Acesso em: 09 abr. 2024.

GAVIRIA, M. R. Identidades e representações do espaço na construção de territórios sociais num assentamento do Incra em Paraty. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 6, n. 1, 2, p. 049–060, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/16596>. Acesso em: 27 ago. 2023.

GEMIM, B. S. *et al.* Sistemas agroalimentares e redes de comercialização: uma outra relação ambiente-sociedade. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 29, n. 48, p. 147-166, 2020. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5073/2813>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 35, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2023.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Editora Loyola, 1997.

GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, p. 439- 455, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/RS3GPtZ4kHcBH4ZqQgYtmsJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2023.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GONÇALVES, E.P. **Iniciação à pesquisa científica**. São Paulo: Editora Alínea, 2001.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.

GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, Reino Unido: v.19, n.1, p. 1-7, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016702000438>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GRAZIANO NETO, F. **A verdade da terra: crítica da reforma agrária distributivista**. 1989. Tese (Doutorado em Administração), Faculdade Getúlio Vargas, São Paulo, 1989.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HACKBARDT, Gianini. A identidade cultural do ser Sem Terra. **MST**, 8 out. 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/10/08/a-identidade-cultural-do-ser-sem-terra/>. Acesso em: 06 abr. 2024.

HEGEL, G. W. F. **Grundlinien der Philosophie des Rechts**. Frankfurt: CreateSpace Independent Publishing Platform, 1995.

HEGEL, G. W. F. **Encyclopaedia of the Philosophical Sciences in Basic Outline**. Boston: Cambridge University Press, 2010.

HELD, D. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

HOBBSAWM, E. J. Marx, Engels, and Politics. **Marxism in Marx's Day**, v. 1, p. 227-264, 1982.

IESOL, Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários. **Dossiê**. Relatórios de Atividades incubação. Ponta Grossa, 2020, Google Drive.

JACOBI, P. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. **Revista de Administração pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 131-158, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6353>. Acesso em: 12 mai. 2023.

KARNAL, L. Estados Unidos, Liberdade e Cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (orgs.). **História da Cidadania**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 135-157.

KONDER, L. **Hegel. A razão quase enlouquecida**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

LIMA, Marcelo. Famílias sem terra do Paraná transformaram áreas ocupadas em espaço de agricultura orgânica. **Brasil de Fato**. Curitiba, 8 de nov. de 2023. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/08/familias-sem-terra-do-parana-transformaram-areas-ocupadas-em-espaco-de-agricultura-organica>. Acesso em: 27 de mar. de 2024.

LOSURDO, D. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 248-285, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/JKWntC6dkPCjpRXtXfFzYzk/#>. Acesso em: 5 jun. 2023.

MACPHERSON, C. B. **Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2024, Bauru. Anais [...] Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN: 85-98623-01-6.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

MEUCCI, S. (PE) Roque Zimmermann. **Sbsociologia**, Porto Alegre, 23 fev. 2020. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/pe-roque-zimmermann/>. Acesso em: 10 abr, 2024.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em:
http://cliente.argocom.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html. Acesso em: 12 abr. 2023.

MOREIRA, A. P. **Expressões vivas: a violência no campo no cotidiano do pré-assentamento Emiliano Zapata - PR**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 39-52, out. 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/176>. Acesso em: 15 set. 2023.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST**, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MST enviou mais de 13 toneladas de alimentos para Gaza; meta é chegar a 100 mil kg de comida em ajuda. **Brasil de Fato**, São Paulo, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/19/mst-enviou-mais-de-13-toneladas-de-alimentos-para-gaza-meta-e-chegar-a-100-mil-kg-de-comida-em-ajuda>. Acesso em: 2 abr. de 2024.

MENEZES NETO, A. J. A Igreja católica e os movimentos sociais do campo: A Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno Crh**, v. 20, p. 331-341, 2007. DOI: 10.9771/ccrh.v20i50.18868. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18868>. Acesso em: 2 ago. 2023.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - NERA DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra. Presidente Prudente: NERA. 2001 a 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/1481/1457>. Acesso: 5 ago. 2023.

OLIVEIRA, A. A. **Formação e trabalho no Movimento Sem Terra (MST): Processos de resistência do campesinato**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática**. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2000.

PEREIRA, D. Das classes à luta de classes. **Marxismo e Ciências Humanas**, São Paulo, p. 227-238, 2003. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/06/DP-Classes-e-luta-de-classes-2.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

PEREIRA, Iara Beatriz Falcade. Saberes agroecológicos e a vivência do cuidado como resistência e autonomia no desenho territorial da comunidade Padre Roque - Castro, PR. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, Campina Grande, p. 1-20, dez. 2021, **Anais [...]** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/78881>. Acesso em: 09 jan 2024.

PICCIN, M. B. Assentamentos rurais e geração de renda: posição social restringida, recursos socioculturais e mercados. **Economia e sociedade**, São Paulo, v. 21, p. 115-141, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/byz8v6jHjLJgWfWxjd9sCWz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 jan. 2024.

PRADO JR, C. **A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

PRONKO, M.; FONTES, V. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 397 p. ISBN: 978-85-7743-193-9.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos-Marx, Durkheim e Weber**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RIBEIRO, S. P. F. **Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora: Caminhos teóricos do movimento Docente no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROOS, D. As lutas camponesas no Estado do Paraná e os modelos da "Reforma Agrária" brasileira. **Revista Geographos**, Espanha, vol. 4, nº 31, p. 1-18, jan. 2013. Disponível em: <https://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/volumen-4-2013/revista-geographos-grupo-interdisciplinario-de-estudios-criticos-y-de-america-latina-giecryal.html>. Acesso em: 5 nov. 2023.

ROSSI, K. "A que tudo sabia": memórias da participação de Maria Rosa na Guerra do Contestado. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 14, n. 2, 2020. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/3746>. Acesso em: 10 de jan. 2023.

ROUANET, S. P.. **Mal-estar na Modernidade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROUSSEAU, J.J. **Do Contrato Social: ou princípios do direito político**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 1991.

SATRIANI, L. M. L. **Antropologia cultural e análise da cultura subalterna**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SCHERER-WARREN, I. Redes para a (re) territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. **Interface**, Irlanda, v. 1, n. 1, p. 105-124, jan. 2009. Disponível em: <https://www.interfacejournal.net/2009/01/redes-para-reterritorializacao-deespaos.html>. Acesso em: 5 de dez. de 2023.

SCHERER-WARREN, I. Redes e movimentos sociais projetando o futuro. **Revista Brasileira de Sociologia**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 187-218, 2013. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/27>. Acesso em: 2 jan. 2024.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SEMERARO, G. Intelectuais" orgânicos" em tempos de pós-modernidade. **Cadernos Cedes**, São Paulo, v. 26, p. 373-391, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/tMQPbyYGVwLjsjcT9Kjf9Tx/>. Acesso em: 2 de dez. de 2023.

SIMIONATTO, I. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, p. 41-49, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/cBXgDXkt7dJsx4Chbd6SpTD#>. Acesso em: 29 de nov. de 2024.

SIQUEIRA, R. B. **Rede puxirão de povos e comunidades tradicionais: possibilidades de disputa de hegemonia política no Paraná - entre 2007/2016**. 2017. 289 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Direito e Cidadania), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

SILVA, J. F. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar ed, 1982.

SOUZA, Lucas. Mulheres do MST ampliam geração de renda com criação de agroindústria no Paraná. **MST**, 2 dez. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/12/02/mulheres-do-mst-ampliam-geracao-de-renda-com-criacao-de-agroindustria-no-parana/>. Acesso em 01 de abr. de 2024.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil: O debate tradicional, 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta: notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo**. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

VIEIRA FILHO, J. E. R. Coronavírus e os impactos no setor agropecuário brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, p.1-5, jul. 2020. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1611>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

WANDERLEY, M. de N. B.. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, p. 82-98, 2004. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_3.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

**ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADO COM AS
LIDERANÇAS**

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AS LIDERANÇAS

Pergunta 1 - Como foi a pandemia para vocês, quais foram os desafios?

Pergunta 2 - O que você entende por trabalho em rede, organizações em rede?

Pergunta 3 - Quais as redes que vocês participam?

Pergunta 4 - Durante a pandemia, as redes foram uma forma de se organizar economicamente, socialmente e politicamente?

Pergunta 5 - Houve dificuldades para participar das redes devido ao isolamento social? Isso trouxe impactos negativos?

Pergunta 6 - Você acha que a participação do seu acampamento/assentamento e do mst de maneira geral é importante para essas redes?

Pergunta 8 - Tem alguma experiência em rede que te marcou de alguma forma?

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS DO QUESTIONÁRIO COM MORADORES

**ROTEIRO DE PERGUNTAS COM OS MORADORES DOS
ACAMPAMENTOS/ASSENTAMENTOS UNIVERSO DA PESQUISA**

Pergunta 1 - Você participa de alguma rede?

Pergunta 2 - Quanto essas redes são importantes economicamente para você e sua família?

Pergunta 3 - Quanto essas redes são importantes socialmente para você e sua família?

Pergunta 4 - Quanto essas redes são importantes politicamente para você e sua família?

Pergunta 5 - Você considera essas redes importantes para o seu acampamento/assentamento?

Pergunta 6 - Você considera o MST importante para a existência e funcionamento dessas redes?

Pergunta 7 - Você considera essas redes importantes na luta pela reforma agrária?

Pergunta 8 - Essas redes foram importantes economicamente no enfrentamento da pandemia?

Pergunta 9 - Essas redes foram importantes socialmente no enfrentamento da pandemia?

Pergunta 10 - Essas redes foram importantes politicamente para o enfrentamento da pandemia?

Pergunta 11 - Essas redes foram importantes no enfrentamento da doença da Covid-19?

Pergunta 12 - Essas redes se fortaleceram na pandemia?

Pergunta 13 - Tem alguma experiência em rede que deseja compartilhar?

ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS RURAIS DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST) DE PONTA GROSSA E

Pesquisador: CAROLINE WYNNEK

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 74617523.0.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.420.727

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS RURAIS DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST) DE PONTA GROSSA E REGIÃO. Esta pesquisa se desenvolverá em torno do debate dos Movimentos Sociais e das Redes de Movimentos Sociais. Analisando quais os limites e as possibilidades das redes de movimentos sociais no meio rural e na realidade dos assentamentos e acampamentos do MST de Ponta Grossa e região, a partir da crise pandêmica SAR Covid-19. Partindo disso, a história de criação e a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) será explorada e analisada, sendo ele um movimento social rural, de grande expressão e engajamento popular, devido a sua luta pela reforma agrária no país. Ao longo dos anos, o MST criou uma série de redes de movimentos sociais, estabelecendo relações políticas e culturais com outros movimentos que lutam por justiça social e democracia. Assim, a pesquisa buscará

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 6.420.727

entender

como se dá a participação do Movimento em

redes de movimentos sociais e quais são os impactos desta participação nas lutas coletivas dos trabalhadores e seus impactos na comunidade. Para

a compreensão dos desafios e possibilidades das redes no meio rural, a pesquisa se desenvolverá a partir do estudo realizado com as próprias

lideranças dos acampamentos e assentamentos do MST de Ponta Grossa e região, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Assim, esta

pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, de caráter qualitativo e contará com a metodologia de pesquisa bibliográfica e de campo. A partir

disso, os resultados da pesquisa trarão a dimensão dos impactos dos movimentos sociais e das redes no meio rural, tanto para a permanência

econômica dos trabalhadores nesse meio, quanto para possibilidades de convivência em comunidade e em suas lutas políticas e culturais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar quais os limites e possibilidades das redes de movimentos sociais no meio rural e na realidade dos assentamentos e acampamentos do

MST de Ponta Grossa e região, a partir da crise pandêmica SAR Covid-19.

Objetivo Secundário:

Discutir os vários usos e abordagens utilizadas em relação à expressão redes e suas tipologias no universo dos movimentos sociais; Elencar quais

as redes que os assentamentos e acampamentos do MST de Ponta Grossa e região fazem

parte; Compreender o papel dos assentamentos e

acampamentos do MST de Ponta Grossa e região nas redes que participam e como isso se apresentou durante a pandemia; Qual a percepção das

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: prospsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 6.420.727

lideranças dos acampamentos sobre a participação deles em redes e quais os desafios durante a pandemia; Identificar quais as vantagens e desvantagens de participar em redes de movimentos sociais aliado aos desafios e consequências da pandemia.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Segundo a CNS 466/2012 artigo V. 1 toda pesquisa com seres vivos envolve riscos em tipos e gradações variados, sejam eles considerados nas dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual desses. Segundo a resolução 510 de 07/04/2017 cap. IV art. 21 que traz a necessidade de que o risco ético deva ser graduado em níveis, de acordo com as características e circunstâncias do projeto, tipificação e gradação.

Assim sendo, declaramos que esta pesquisa é de baixo risco, e que tais riscos serão prevenidos/tratados das seguintes maneiras: Para assegurar a proteção de dados de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, não serão coletadas informações que possam identificar os participantes da pesquisa (tutores), como nome e endereço, dessa forma, não haverá risco de vazamento de informações que possam expor os participantes a riscos.

Benefícios:

Dentre os benefícios desta pesquisa, destacam-se a análise dos limites e das possibilidades das redes de movimentos sociais no meio rural e na realidade dos assentamentos e acampamentos do MST de Ponta Grossa e região, a partir da crise pandêmica SAR Covid-19; A discussão dos vários usos e abordagens utilizadas em relação à expressão redes e suas tipologias no universo dos movimentos sociais; Elencar quais as redes que os assentamentos e acampamentos do MST de Ponta Grossa e região fazem parte; Elencar quais os tipos de redes que os assentamentos e acampamentos do MST de Ponta Grossa e região participam; Compreender o papel dos assentamentos e acampamentos do MST de Ponta Grossa e região nas redes que participam e como isso se apresentou durante a pandemia; Qual a

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 6.420.727

percepção das lideranças dos acampamentos sobre a participação deles em redes e quais os desafios durante a pandemia; Identificar quais as vantagens e desvantagens de participar em redes de movimentos sociais aliado aos desafios e consequências da pandemia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O meio rural brasileiro é um território muitas vezes isolado e longe das redes, programas e serviços que interligam os centros urbanos. Os problemas gerados com esse isolamento territorial levou o meio rural a péssimos índices de insegurança alimentar, mortalidade infantil, incidências de endemias, insalubridade, analfabetismo e diversos outros. Nesse sentido, uma das práticas que vem se destacando, quando se acompanha os acampamentos e assentamentos rurais nos últimos anos, em especial que se fortaleceu durante a pandemia, têm sido as organizações em redes, sejam elas de várias especificações: comercialização, luta coletiva por alguma pauta, entre outras. Partindo da necessidade de se levantar quais são essas redes no meio rural e de compreender o papel delas, o objetivo principal da pesquisa será analisar qual os limites e possibilidades das redes de movimentos sociais no meio rural e na realidade dos assentamentos e acampamentos do MST de Ponta Grossa e região, a partir da crise pandêmica SAR Covid-19. A pesquisa será uma investigação qualitativa exploratória, com pesquisa bibliográfica e de campo através de entrevistas semi-estruturadas com foco nas lideranças dos acampamentos e assentamentos do MST de Ponta Grossa - PR e região, para a análise dos dados será adotado a análise de conteúdo como metodologia

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** prospsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 6.420.727

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatório estão corretamente preenchidos e anexados na Plataforma. Em anexo e de acordo com as resoluções 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto de pesquisa por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto foi aprovado sem restrições, após avaliação documental. O projeto se encontra dentro dos princípios éticos e metodológicos, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012 e 510/2016.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2177613.pdf	09/10/2023 16:26:21		Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	09/10/2023 16:25:43	CAROLINE WYNNEK	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tlc.pdf	20/09/2023 11:22:08	CAROLINE WYNNEK	Acelto
Folha de Rosto	folhaDeRostoo.pdf	09/08/2023 17:40:07	CAROLINE WYNNEK	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900
 UF: PR Município: PONTA GROSSA
 Telefone: (42)3220-3282 E-mail: propepsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 6.420.727

Não

PONTA GROSSA, 10 de Outubro de 2023

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: prospsecretaria@uepg.br

ANEXO D - TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE (TLC's) ASSINADOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TLC)

Pelo presente documento, eu Entrevistado: Caroline Wynek RG 106.931.619-90, RG 13625727-7, contato (42) 998639718, domiciliado em (a) residência em (rua, no, complemento, cidade, estado) CEP: Moio das Antas de Curitiba

de forma livre e esclarecida, declaro ceder à pesquisadora Caroline Wynek, CPF: 106.931.619-90, RG: 13625727-7, contato (42) 998639718, domiciliada/residente na Rua: Guaraci, 177- Chapada, Ponta Grossa, Paraná, CEP: 84062-430 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter documental e oral que presta às pesquisadoras/intervistadoras aqui referidas, na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, como subútil à construção de sua pesquisa "Redes de Movimentos Sociais nos acampamentos rurais dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Ponta Grossa e região". A pesquisadora acima citada fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de função profissional e local de atuação desenvolvida atualmente.

Local e Data: Costa 13 de dezembro de 2023

Caroline Wynek
(assinatura do entrevistado)

Contato da CEP-UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa Av. Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas, Bloco da Reitoria - Sala 22 - Campus Universitário, CEP: 84030-900 - Ponta Grossa - PR, Email: projetopecoetara@uepg.br, Fone: (42) 3220-3282, Horário: Segunda a Sexta, 8h às 12h e 13h às 17h.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TLC)

Pelo presente documento, eu Entrevistado: Antonio Trindade RG 64030-900, RG 13625727-7, contato (42) 998639718, domiciliado em (a) residência em (rua, no, complemento, cidade, estado) CEP: Paranaguá

de forma livre e esclarecida, declaro ceder à pesquisadora Caroline Wynek, CPF: 106.931.619-90, RG: 13625727-7, contato (42) 998639718, domiciliada/residente na Rua: Guaraci, 177- Chapada, Ponta Grossa, Paraná, CEP: 84062-430 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter documental e oral que presta às pesquisadoras/intervistadoras aqui referidas, na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, como subútil à construção de sua pesquisa "Redes de Movimentos Sociais nos acampamentos rurais dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Ponta Grossa e região". A pesquisadora acima citada fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de função profissional e local de atuação desenvolvida atualmente.

Local e Data: Costa 13 de dezembro de 2023

Antonio Trindade
(assinatura do entrevistado)

Contato da CEP-UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa Av. Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas, Bloco da Reitoria - Sala 22 - Campus Universitário, CEP: 84030-900 - Ponta Grossa - PR, Email: projetopecoetara@uepg.br, Fone: (42) 3220-3282, Horário: Segunda a Sexta, 8h às 12h e 13h às 17h.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TLC)

Pelo presente documento, eu Entrevistado: João de Jesus do Silva Neto RG 106.931.619-90, RG 13625727-7, contato (42) 998639718, domiciliado em (a) residência em (rua, no, complemento, cidade, estado) CEP: acompanhante Vitor Roque

de forma livre e esclarecida, declaro ceder à pesquisadora Caroline Wynek, CPF: 106.931.619-90, RG: 13625727-7, contato (42) 998639718, domiciliada/residente na Rua: Guaraci, 177- Chapada, Ponta Grossa, Paraná, CEP: 84062-430 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter documental e oral que presta às pesquisadoras/intervistadoras aqui referidas, na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, como subútil à construção de sua pesquisa "Redes de Movimentos Sociais nos acampamentos rurais dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Ponta Grossa e região". A pesquisadora acima citada fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de função profissional e local de atuação desenvolvida atualmente.

Local e Data: Costa 13 de dezembro de 2023

João de Jesus do Silva Neto
(assinatura do entrevistado)

Contato da CEP-UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa Av. Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas, Bloco da Reitoria - Sala 22 - Campus Universitário, CEP: 84030-900 - Ponta Grossa - PR, Email: projetopecoetara@uepg.br, Fone: (42) 3220-3282, Horário: Segunda a Sexta, 8h às 12h e 13h às 17h.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TLC)

Pelo presente documento, eu Entrevistado: João Rospini RG 64030-900, RG 13625727-7, contato (42) 998639718, domiciliado em (a) residência em (rua, no, complemento, cidade, estado) CEP: acompanhante Vitor Roque - Costa

de forma livre e esclarecida, declaro ceder à pesquisadora Caroline Wynek, CPF: 106.931.619-90, RG: 13625727-7, contato (42) 998639718, domiciliada/residente na Rua: Guaraci, 177- Chapada, Ponta Grossa, Paraná, CEP: 84062-430 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter documental e oral que presta às pesquisadoras/intervistadoras aqui referidas, na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, como subútil à construção de sua pesquisa "Redes de Movimentos Sociais nos acampamentos rurais dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Ponta Grossa e região". A pesquisadora acima citada fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de função profissional e local de atuação desenvolvida atualmente.

Local e Data: Costa 13 de dezembro de 2023

João Rospini
(assinatura do entrevistado)

Contato da CEP-UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa Av. Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas, Bloco da Reitoria - Sala 22 - Campus Universitário, CEP: 84030-900 - Ponta Grossa - PR, Email: projetopecoetara@uepg.br, Fone: (42) 3220-3282, Horário: Segunda a Sexta, 8h às 12h e 13h às 17h.

TERMO DE CONSENTIMENTO/LIVRE E ESCLARECIMENTO (TUC)

Nome completo, documento, RG	Assinatura	Assinatura do Interlocutor	Assinatura do Interlocutor	Assinatura do Interlocutor	Assinatura do Interlocutor
Pelo presente documento, eu, Entendado(a) _____, RG _____, domiciliado(a) _____, (X) residente _____ em _____ (UF) _____, no _____ (município) _____, com _____ (idade) _____, cédula _____, readoto (CEP) _____, <i>maria rose de carvalho</i>	<i>maria rose de carvalho</i>				

de forma livre e espontânea, declaro estar a pesquisadora Carolina Wysocki, CEP: 166-010-616-96, RG: 1632777-7, contato (42) 960329716, dos municípios de Rua - Quares, 177, Chapéu, Ponta Grossa, Paraná, CEP: 84062-430 sem qualquer restrição quanto aos seus efeitos presentes e futuros, a plena propriedade e os direitos autorais do depósito de cartão documental a qual que possui a pesquisadora/investidora aqui referida, na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, como subútil a construção de sua pesquisa "Redes de Movimentos Sociais nos acampamentos rurais dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Ponta Grossa e região". A pesquisadora acima citada foi consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos, o mencionado depósito, no todo ou em parte, utilizado em R&D, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins científicos, com a exclusão reservada de garantia da integridade do seu conteúdo e identificação da função profissional e local de atuação desenvolvida atualmente.

Local e Data: *Cortês 13 de dezembro de 2023*

Assinatura do entrevistado(a): *Carolina Wysocki*

Assinatura do entrevistado(a): _____

Contato do CEP/UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa Av. Carlos Cavalcanti, 4748 - Umuarama, Bloco de Relato - Sala 22 - Campus Universitário, CEP: 84039-900 - Ponta Grossa - PR. Email: pesquisadora@uepg.br

13 de 17h.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TLC)

Pelo presente documento, eu, Entrevistado: Carla Maria Schmidt RG 106.931.619-90, RG: 13625727-7, contato (42) 986330716, domiciliado em Paraná, em 13 de agosto de 2023, (Assinatura do entrevistado) Carla Maria Schmidt

de forma livre e esclarecida, declaro aderir à pesquisadora Caroline Wynnck, CPF: 106.931.619-90, RG: 13625727-7, contato (42) 986330716, domiciliada residente na Rua Quarenta, 177, Chapadão, Ponta Grossa, Paraná, CEP: 84062-430 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimonial e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depósito de caráter documental e oral que presta às pesquisadoras/entrevistadoras aqui referidas, na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, como subleito à construção de sua pesquisa "Redes de Movimentos Sociais nos acampamentos rurais dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Ponta Grossa e região". A pesquisadora acima citada fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia de integridade de seu conteúdo e identificação de função profissional e local de atuação desenvolvido atualmente.

Local e Data: Paraná, 13 de agosto de 2023

(Assinatura do entrevistado)

Contato da CEP-UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa Av. Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas, Bloco de Retiro - Sala 22 - Campus Universitário, CEP: 84030-900 - Ponta Grossa - PR, Email: propep@uepg.br, Fone: (42) 3220-3282, Horário: Segunda a Sexta, 8h às 12h e 13h às 17h.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TLC)

Pelo presente documento, eu, Entrevistado: Carla Maria Schmidt RG 106.931.619-90, RG: 13625727-7, contato (42) 986330716, domiciliado em Paraná, em 13 de agosto de 2023, (Assinatura do entrevistado) Carla Maria Schmidt

de forma livre e esclarecida, declaro aderir à pesquisadora Caroline Wynnck, CPF: 106.931.619-90, RG: 13625727-7, contato (42) 986330716, domiciliada residente na Rua Quarenta, 177, Chapadão, Ponta Grossa, Paraná, CEP: 84062-430 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimonial e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depósito de caráter documental e oral que presta às pesquisadoras/entrevistadoras aqui referidas, na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, como subleito à construção de sua pesquisa "Redes de Movimentos Sociais nos acampamentos rurais dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Ponta Grossa e região". A pesquisadora acima citada fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia de integridade de seu conteúdo e identificação de função profissional e local de atuação desenvolvido atualmente.

Local e Data: Paraná, 13 de agosto de 2023

(Assinatura do entrevistado)

Contato da CEP-UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa Av. Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas, Bloco de Retiro - Sala 22 - Campus Universitário, CEP: 84030-900 - Ponta Grossa - PR, Email: propep@uepg.br, Fone: (42) 3220-3282, Horário: Segunda a Sexta, 8h às 12h e 13h às 17h.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TLC)

Pelo presente documento, eu, Entrevistado: Carla Maria Schmidt RG 106.931.619-90, RG: 13625727-7, contato (42) 986330716, domiciliado em Paraná, em 13 de agosto de 2023, (Assinatura do entrevistado) Carla Maria Schmidt

de forma livre e esclarecida, declaro aderir à pesquisadora Caroline Wynnck, CPF: 106.931.619-90, RG: 13625727-7, contato (42) 986330716, domiciliada residente na Rua Quarenta, 177, Chapadão, Ponta Grossa, Paraná, CEP: 84062-430 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimonial e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depósito de caráter documental e oral que presta às pesquisadoras/entrevistadoras aqui referidas, na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, como subleito à construção de sua pesquisa "Redes de Movimentos Sociais nos acampamentos rurais dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Ponta Grossa e região". A pesquisadora acima citada fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia de integridade de seu conteúdo e identificação de função profissional e local de atuação desenvolvido atualmente.

Local e Data: Paraná, 13 de agosto de 2023

(Assinatura do entrevistado)

Contato da CEP-UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa Av. Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas, Bloco de Retiro - Sala 22 - Campus Universitário, CEP: 84030-900 - Ponta Grossa - PR, Email: propep@uepg.br, Fone: (42) 3220-3282, Horário: Segunda a Sexta, 8h às 12h e 13h às 17h.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TLC)

Pelo presente documento, eu, Entrevistado: Carla Maria Schmidt RG 106.931.619-90, RG: 13625727-7, contato (42) 986330716, domiciliado em Paraná, em 13 de agosto de 2023, (Assinatura do entrevistado) Carla Maria Schmidt

de forma livre e esclarecida, declaro aderir à pesquisadora Caroline Wynnck, CPF: 106.931.619-90, RG: 13625727-7, contato (42) 986330716, domiciliada residente na Rua Quarenta, 177, Chapadão, Ponta Grossa, Paraná, CEP: 84062-430 sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimonial e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depósito de caráter documental e oral que presta às pesquisadoras/entrevistadoras aqui referidas, na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, como subleito à construção de sua pesquisa "Redes de Movimentos Sociais nos acampamentos rurais dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Ponta Grossa e região". A pesquisadora acima citada fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia de integridade de seu conteúdo e identificação de função profissional e local de atuação desenvolvido atualmente.

Local e Data: Paraná, 13 de agosto de 2023

(Assinatura do entrevistado)

Contato da CEP-UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa Av. Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas, Bloco de Retiro - Sala 22 - Campus Universitário, CEP: 84030-900 - Ponta Grossa - PR, Email: propep@uepg.br, Fone: (42) 3220-3282, Horário: Segunda a Sexta, 8h às 12h e 13h às 17h.